

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

ANDRÉA VICENTE

**PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS
NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

FLORIANÓPOLIS

2022

ANDRÉA VICENTE

**PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS
NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Prof.^a Dra. Luisa Tombini Wittmann

FLORIANÓPOLIS

2022

ANDRÉA VICENTE

**PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS
NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Prof.^a Dra. Luisa Tombini Wittmann

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Doutora Luisa Tombini Wittmann
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Elison Antonio Paim
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Caroline Jacques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 29 de abril de 2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Vicente, Andréa

Presença indígena em São José da Terra Firme : outras narrativas são possíveis no ensino de História / Andréa Vicente. -- 2022.

152 p.

Orientadora: Luisa Tombini Wittmann

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2022.

1. Ensino. 2. História. 3. Indígena. 4. Site. 5. Narrativas. I. Wittmann, Luisa Tombini. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos meus filhos, Augusto e Vítor, que tiveram que ter paciência para lidar com as minhas ausências, cansaços e falta de tempo ao longo destes dois anos.

Ao meu marido Rodrigo, pela presença e diálogo nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Elison Antônio Paim, que me apresentou o ProfHistória e me incentivou a continuar os estudos em meio as suas aulas na Formação Continuada em São José. Me mostrou que era possível. Seu trabalho junto aos docentes de escolas públicas é muito importante.

A todos os docentes do ProfHistória pelos saberes, pelas novas perspectivas no campo do Ensino, pelas conversas e debates transformadores.

À Professora Luisa Tombini Wittmann, pela orientação constante, pela preocupação que sempre teve comigo e com a minha pesquisa. Muito obrigada pela atenção, pela compreensão, pelas conversas e pela companhia nestes dois anos tão difíceis por conta da pandemia. Sua dedicação e paixão pelo que faz me inspiram.

RESUMO

No projeto colonial pensado para São José (SC) no século XVIII, não havia espaço para as populações indígenas. Tal fato resultou em episódios violentos, mas dada a resistência dos povos originários o que se seguiu foi um longo apagamento histórico que tem se mantido até a contemporaneidade. Assim, os agentes da administração municipal que se sucederam trataram de produzir e preservar uma história única que destaca apenas a importância dos colonizadores europeus. Por conta disto, a presente pesquisa reúne informações provenientes de fontes coloniais, pós-coloniais e atuais e apresenta uma outra narrativa histórica pensada a partir de um diálogo com pesquisadores, memorialistas e com os próprios indígenas, por meio da análise dos TCCs do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (UFSC), de livros, vídeos e entrevistas concedidas por eles. A partir desta pesquisa historiográfica, feita a luz da Nova História Indígena e em diálogo com alguns autores decoloniais, a presença e a agência dos Guarani e dos Laklãnõ Xokleng em São José se evidenciam em todos os períodos históricos, quando consideramos sua extensão territorial inicial no século XIX. Assim, tomando a lei 11.645/2008 e suas diretrizes como referência foram elaboradas atividades, vídeos e textos sobre o tema, os quais juntos compõem o conteúdo do site **“Presença Indígena em São José da Terra Firme”**, disponível em www.historiaindigenasj.com, pensado para auxiliar docentes na composição de novas abordagens para o ensino de história indígena neste município.

Palavras-chave: Eurocentrismo; Nova História Indígena; Narrativas Indígenas; Ensino de História Indígena e Sites.

ABSTRACT

In the colonial project designed for São José (SC) in the 18th century, there was no space for indigenous populations. This fact resulted in violent episodes, but given the resistance of the native peoples, what followed was a long historical erasure that has lasted until the present time. Thus, the agents of the municipal administration that followed each other tried to produce and preserve a unique history that only highlights the importance of European colonizers. Because of this, the present research gathers information from colonial, post-colonial and current sources and presents another historical narrative thought from a dialogue with researchers, memorialists and with the indigenous themselves, through the analysis of the TCCs of the Course of Indigenous Intercultural Degree (UFSC), of books, videos and interviews granted by them. From this historiographical research, carried out in the light of the New Indigenous History and in dialogue with some decolonial authors, the presence and agency of the Guarani and the Laklãnõ Xokleng in São José are evident in all historical periods, when we consider their initial territorial extension in the XIX century. Thus, taking Law 11.645/2008 and its guidelines as a reference, activities, videos and texts on the subject were prepared, which together make up the content of the website “Indigenous Presence in São José da Terra Firme”, available at www.historiaindigenasj.com, designed to assist teachers in the composition of new approaches to teaching indigenous history in this municipality.

Keywords: Eurocentrism; New Indigenous History; Indigenous Narratives; Teaching Indigenous History and Sites.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Vista do Cambirela do C.E.M. Antônio Francisco Machado	13
Figura 2- Dona Maria indígena Kaingang	14
Figura 3- Visita à aldeia M'byá Guarani de Biguaçu	16
Figura 4- Território de São José da Terra Firme no século XIX	18
Figura 5- Mapa da fronteira entre São José e Palhoça, em destaque Ilha da Casca	73
Figura 6- Placa de homenagem aos milicianos	76
Figura 7- Mapa aldeia guarani e São José	79
Figura 8- Mapa ponta sul da ilha e Enseada de Brito no continente	84
Figura 9- Traçado caminho das tropas	87
Figura 10- Recorte do mapa de Santa Catarina 1907	88
Figura 11- Mapa povos indígenas em SC	93
Figura 12- Mapa de Santa Catarina - 1923	95
Figura 13- Página inicial do site educativo	107
Figura 14- Abertura do vídeo do site - Agência Indígena	108
Figura 15- Abertura do vídeo do site - Territórios indígenas em São José da Terra Firme ...	109
Figura 16- Atividade Presença Indígena em São José da Terra Firme	112
Figura 17- Trecho da atividade Agência Indígena na história de São José da Terra Firme ...	113
Figura 18- Imagem da atividade sobre o M'bya Reko guarani	115
Figura 19- Trecho da atividade do site "Narrativas, visibilidade e respeito"	116
Figura 20- Recorte da atividade "Territórios Laklãnõ Xokleng em São José"	117
Figura 21- Trecho do texto da atividade do site "Memória e identidade em São José"	118
Figura 22- Trecho da aba "História" do site	119
Figura 23- Recorte da aba "Cultura" do site	120
Figura 24 - Mapa territórios históricos dos povos indígenas	121
Figura 25- Trecho da aba "Narrativas" do site	122
Figura 26- Trecho da aba "Legislação"	123
Figura 27- Slide show com mapas e imagens disponibilizado na página inicial do site	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

CEM – Centro Educacional Municipal

SINTRAM-SJ – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

PPGH – Programa de Pós-graduação em História

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LDB – Lei de Diretrizes e Base

PNE – Plano Nacional de Educação

SPI – Serviço Proteção ao Índio

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

UEMS – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul

NTIC'S – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. A escola e o ensino de História Indígena entre desafios e perspectivas.....	29
2.1 Ensino eurocentrado e avanços históricos na legislação educacional: As Diretrizes operacionais para a implantação da lei 11.645/2008 e sua aplicação.....	29
2.2 O ProfHistória e a importância de uma História ensinada que dialogue sobre e com os povos indígenas	42
3. A escola como espaço para disputas narrativas: os povos indígenas como protagonistas na História.....	51
3.1 Narrativas históricas e narrativas indígenas na educação.....	51
3.2 O que os indígenas da região mais próxima a São José têm a nos dizer sobre o assunto.....	58
4. Presença indígena em São José da Terra Firme.....	65
4.1 A força do eurocentrismo em narrativas diversas sobre os povos indígenas em São José.....	65
4.2 Presença/agência histórica indígena: para uma nova História Indígena em São José.....	78
5. Os sites como meios de difusão do conhecimento histórico para o ensino e sua potencialidade como espaço de posicionamento político da Nova História Indígena.....	98
5.1 A importância das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História e a produção de sites educacionais.....	98
5.2 Ensino de História Indígena e o site “Presença Indígena em São José da Terra Firme”.....	104
6. Considerações Finais.....	126
Referências.....	131
Anexos.....	141

1 - INTRODUÇÃO

Seu Timóteo, não conta tudo com detalhe e ainda alerta. (...) temos que ter muito cuidado para quem vamos contar. Para que a nossa história não fique ao vento, para que ela não se torne mito, porque todas as histórias guarani são sagradas e merecem ser reverenciadas por quem for contar. (...) Estas histórias (esses mitos) têm importância fundamental para nós e mesmo os Juruá entenderem o nosso sistema, que chamamos de Teko (direito, moral, regras). Sem esse conhecimento, que envolve a cabeça e o coração, é impossível compreender os índios Guarani.

Elizete Antunes, 2015

No trecho acima, Elizete Antunes, em seu TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos apresenta a importância das histórias contadas pelos mais velhos para o povo guarani. Ela destaca, por meio da narrativa de seu Timóteo, o receio que os anciões guarani têm de que sua história fique ao vento e se torne um mito, ou seja, que sejam esquecidas e desqualificadas. Elizete, ao falar de seu Timóteo, deixa claro um posicionamento. Os guarani não querem a sua história negada ou desrespeitada pela sociedade e não querem que suas histórias sejam contadas de qualquer jeito. Portanto, será desta forma, abrindo a “cabeça e o coração” que venho apresentar a minha pesquisa a partir desse trabalho acadêmico.

Já faz um tempo que a temática indígena chama a minha atenção, diria até que está relacionada com a minha própria história familiar. Eu nasci e vivi na região continental de Florianópolis até os oito anos, depois a minha família se mudou para São José (SC), onde moro até hoje. Quando eu era criança a minha avó me contava algumas histórias sobre os indígenas da região em que ela cresceu (Angelina-SJ/SC). Em uma destas ocasiões confessou que a minha trisavó ou bisavó era uma indígena, mas não deu detalhes. A minha mãe confirma esta história de descendência com orgulho. Além disso, mesmo sendo de origem muito humilde, minha mãe costumava me presentear com bonecas que, segundo ela, eram meninas indígenas. Eram bonecas simples de plástico, as que a minha mãe podia comprar. Elas tinham os cabelos lisos, compridos e escuros. Eu brinquei muito com elas, eu as admirava, achava bonitas e, como eram

bonecas que vinham quase sem roupas, eu me divertia tentando fazer peças para vesti-las. Hoje a minha mãe afirma que dizia que as bonecas eram “índiazinhas” porque “vinham quase peladas”, mas eu achava que eram indígenas mesmo.

Naquela época eu pensava que os “índios”¹ eram todos iguais. O meu pai os chamava de bugres², colocava medo. Esta imagem mental lentamente se consolidava em mim, também por conta dos filmes de faroeste que passavam na TV nos anos 80, onde o elemento indígena era sempre representado como um inimigo difícil, o malfeitor que precisava ser derrotado e exterminado para abrir espaço aos pioneiros. Eu me perguntava o porquê de tudo aquilo, não entendia os motivos da guerra³.

O meu sentimento que misturava admiração e curiosidade pelas populações indígenas era constantemente minado pelas narrativas da maioria dos adultos que colocavam medo e tratavam com desdém. A imagem que me foi apresentada sobre os povos indígenas estava relacionada a uma “história única” que me tornava, assim como conta Chimamanda Adichie, impressionável e vulnerável “diante de uma história, particularmente durante a infância”. (ADICHIE, 2019, p. 13)

Felizmente, ao estudar, me tornar adulta e professora estas imagens foram se modificando pouco a pouco. No entanto, o conhecimento adquirido nesta fase de minha vida ainda não foi o suficiente para evitar os equívocos que cometi em relação aos jovens indígenas que passaram por mim nas escolas e em relação aos povos originários no geral, por conta das narrativas eurocentradas as quais eu acolhi e repassei nas minhas aulas em muitas ocasiões. Hoje eu consigo perceber meus erros e faço uma reflexão sobre a minha formação social na família e na escola. Penso que a partir do contato com o conhecimento advindo das formações que fiz e que me apresentaram outras perspectivas, ao prestar atenção e ouvir as vozes de lideranças, novos sentidos e percepções foram sendo construídos sobre os povos africanos e indígenas.

¹ Segundo Daniel Munduruku não existem índios no Brasil. Índio “é uma palavra que manifesta uma determinada postura das pessoas (...) é um apelido que nos colocaram. Não sabiam como nos chamar e disseram que nós éramos os tais dos índios, porque erraram o caminho para chegar às Índias”. (MUNDURUKU, 2017)

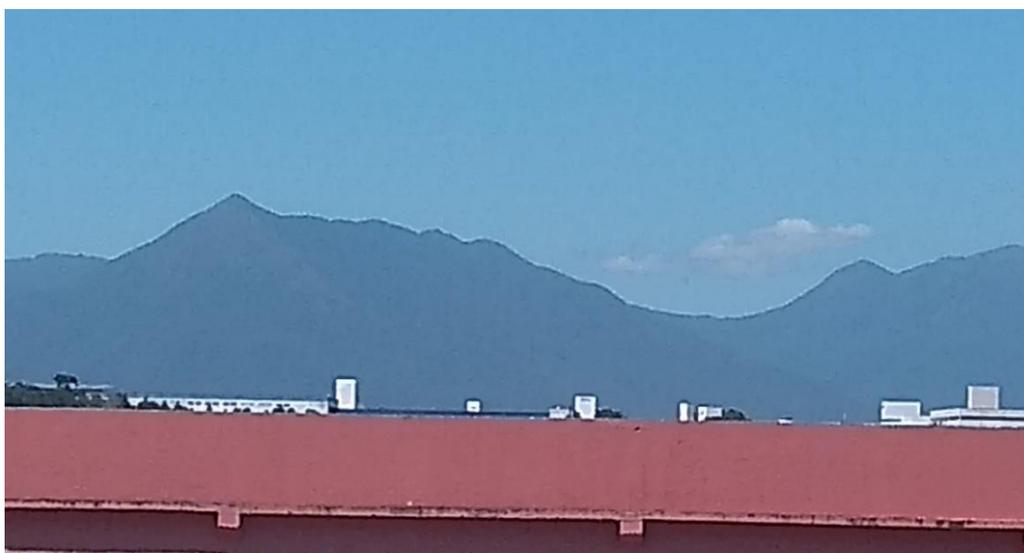
² O termo bugre tem sua origem na Europa Medieval e esteve, por muito tempo, associado a seitas consideradas heréticas. Com a chegada dos europeus à América, o termo bugre passou a ser associado aos povos indígenas por conta de seu modo de viver e suas relações com a natureza. No Brasil o termo passou a nomear os indígenas estigmatizados, entendidos pelos europeus como selvagens e bravios. Os Laklãno Xokleng até hoje são chamados de bugres.

³ No documentário *Guerras do Brasil.doc - As Guerras de Conquista* - Ailton Krenak fala da guerra constante e permanente entre os povos originários que buscavam e ainda buscam a defesa de seus territórios, contra os indivíduos europeus que empreendiam, e ainda empreendem, a conquista e a tomada de suas terras.

O interesse mais consciente pela temática surgiu em 2008, com a aprovação da lei 11.645/2008 e a obrigatoriedade do ensino de história afrobrasileira e indígena em sala de aula. Na oportunidade a notícia desse novo desafio me deixou insegura, uma vez que, durante a minha graduação na UFSC – 1996 a 2000 – a formação nestas áreas não foi efetiva. Não tínhamos disciplinas obrigatórias na grade curricular que abordassem a história sobre a ótica da diversidade étnico-racial.

Diante deste cenário, fui estudar um pouco mais por interesse próprio e tentar dar novo enfoque às questões étnicas em sala de aula. Em 2011 elaborei um projeto didático chamado “Diversidade Ameríndia”, no Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado, escola de São José na qual leciono desde 2003. Com a ajuda do professor Santiago, que havia sido meu professor de matemática no ensino fundamental e que agora reencontrava como colega de profissão, montei o projeto. Santiago é indígena boliviano da nação Aymara⁴ e ficou muito contente em atuar como parceiro na execução do trabalho.

Figura 1- Vista do Cambirela do C.E.M. Antônio Francisco Machado

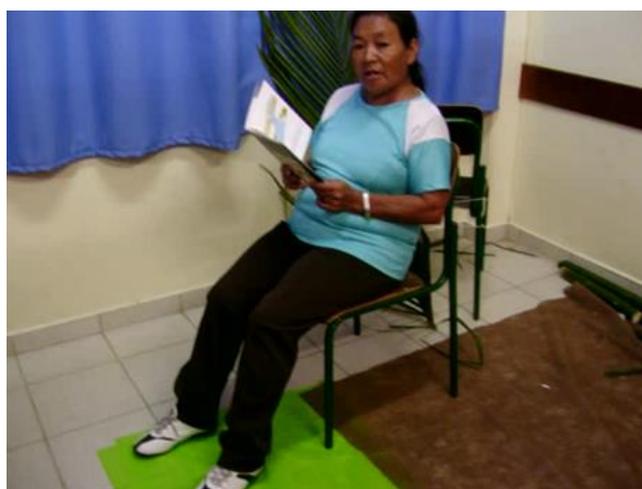


Vista das salas de aula (ala sul) do C.E.M. Antônio Francisco Machado em São José. O maciço do Cambirela, localizado no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, município de Palhoça, nos convida a contemplação do mundo criado por Nhanderu para os guarani todos os dias. Foto Andréa Vicente/ 2022.

⁴ Povo indígena da América do Sul que habitava originalmente o Planalto dos Andes Centrais na Bolívia e no Peru. Hoje somam quase 2,5 milhões de pessoas espalhadas por vários países.

Nossos estudantes pesquisaram muitos aspectos acerca da diversidade dos povos indígenas na América e no Brasil. Analisamos mapas, falamos sobre as diversas línguas, pinturas, conhecimentos ancestrais sobre ervas curativas, música, diferenças e similaridades. Para o dia da mostra pedagógica, o professor Santiago convidou uma senhora indígena Kaingang, a professora bilíngue Dona Maria, para visitar a escola. Ele a encontrou em Florianópolis vendendo artesanato, a convidou e ela topou. Ela foi até a nossa escola, contou histórias na sua língua mãe e as traduziu para que todos conhecessem um pouco de sua cultura. No auditório ela respondeu muitas perguntas e foi muito aplaudida. Durante a palestra um menino chegou até mim e disse: “*Minha avó fala esta língua!*”. Foi neste momento que percebi quão importante, quão real era a presença indígena naquela escola. Na verdade, a presença indígena sempre esteve ali, silenciosa, bastou um estímulo e um olhar mais atento e surgiu com força na figura do professor Santiago, de dona Maria e do menino que se identificou. Isso só aconteceu porque eles se sentiram acolhidos e contemplados a partir do estudo de suas histórias e de seus antepassados. Não falamos de extermínio, mas de existência e resistência. Os outros estudantes também se conectaram à ancestralidade inspirada por D. Maria, por isso gostaram tanto da visita dela. Dona Maria ficou muito agradecida e contente com a recepção que teve na escola. Tudo isto me tocou.

Figura 2- Dona Maria indígena Kaingang



D. Maria, contando histórias na língua Kaingang no
C.E.M. Antônio Francisco Machado, em 2011. Foto: Andréa Vicente/2011.

Outra presença indígena importante em nossa escola foi a da professora e bióloga Ivanice Alves da Silva, que em 2011 e 2012 lecionou a disciplina de ciências para os nossos

estudantes. Nice, como é conhecida, é natural do Amazonas, município de Borba, e é filha de pai indígena da etnia Mura⁵. Hoje é servidora efetiva do município na área da saúde, mas está licenciada e atua no Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José (SINTRAM-SJ).

Um tempo depois, em 2013, participei do curso on-line “História dos Índios no Brasil”, oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que trouxe novas propostas e olhares sobre o ensino de história indígena⁶. Passei então a buscar mais a narrativa indígena da região. Junto a equipe pedagógica da escola, marcamos uma visita à aldeia Guarani M’bya, em Biguaçu, município vizinho a São José.

A visita aconteceu em setembro de 2013, para nos acompanhar convidei o professor de Filosofia da escola, Adílson Rodrigues, descendente de Kaingang e nascido em Nonoáí⁷ - RS. Ele já conhecia os guarani de Biguaçu. Efetivo na rede a mais de uma década, trabalhou em nossa escola até 2017. Hoje o professor leciona nas escolas Vilson Kleinubing, Maria Luiza de Melo, São Luíz e Solemar, todas escolas do município de São José, além do Instituto Estadual de Educação.

Houve pouca preparação para a visita, por conta da ausência desta temática na minha formação docente. O trabalho com os educandos ficou no âmbito de discussões sobre a diversidade dos indígenas na América e um estudo referente ao conteúdo presente no livro didático: o contato com os europeus e as contribuições indígenas ao povo e a cultura brasileira. Porém, apesar da minha falta de conhecimento, os próprios indígenas se encarregaram de narrar aos estudantes o funcionamento da aldeia, mostrando e explicando suas tradições, sua relação com a natureza, seus rituais. Destacaram a importância do fogo e da casa de rezas, a importância dos mais velhos e das crianças para a comunidade. Eles foram os protagonistas e construíram suas próprias narrativas. Os jovens gostaram muito da visita, de fazer a trilha na mata, de ouvir as histórias embaixo da árvore sagrada, de conhecer a escola e a casa de rezas. Trocaram contatos e mensagens pelos celulares com os indígenas, o que os deixou surpresos de ver os jovens guarani utilizando a mesma tecnologia que eles. A visita quebrou paradigmas.

⁵ Os Mura são povos indígenas que vivem no Amazonas e ocupam áreas dos rios Madeira, Amazonas e Purus. Vivem tanto em Terras Indígenas, quanto nos centros urbanos regionais como Manaus, Autazes e Borba. Em seu longo histórico de contato, sofreram diversos estigmas, massacres e perdas demográficas, linguísticas e culturais. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura>

⁶ O Curso de Extensão na Modalidade à Distância: **História dos Índios no Brasil**, coordenado pela Prof^a Dra. Luisa Tombini Wittmann, aconteceu de 21 de agosto a 31 de outubro de 2013. Totalmente on-line, foi viabilizado pelo uso da plataforma Moodle Udesc. Pensado para professores de História, articulou a leitura de textos, discussões em fóruns e a elaboração de um projeto pedagógico sobre a temática no final do curso.

⁷ Nonoáí é um município fundado por colonizadores em 1838 no Rio Grande do Sul. Território ancestral dos Kaingang, Nonoáí (RS) é separado de Chapecó (SC) pelo Rio Uruguai. O nome foi uma homenagem ao cacique Kaingang que fez um acordo com os brancos, “permitindo” que construíssem uma estrada de ferro na região.

Figura 3- Visita à aldeia M'byá Guarani de Biguaçu



Visita dos estudantes dos 7^{os} anos, do C.E.M. Antônio Francisco Machado, à aldeia M'bya Guarani de Biguaçu em 2013. Fotos: Andréa Vicente.

Posteriormente, levei os mesmos educandos ao museu de São José. Eles ficaram contentes com a visita e com os objetos que lá estavam, mas ficaram mais curiosos para saber sobre os povos indígenas do município. Para surpresa de todos havia, e há até hoje, apenas uma salinha com poucos artefatos. Um espaço congelado no tempo, com poucos objetos que não dão conta de criar uma narrativa mais humanizada sobre os povos originários. O acervo é pequeno, consiste em alguns ornamentos, poucos artesanatos, uma canoa em miniatura, representando uma canoa feita com um tronco só, arcos e flechas, um crânio de onça e uma carranca trazida do Nordeste. O formato da exposição do acervo não contribui para sensibilizar e muito menos demonstrar a agência que os povos indígenas tiveram na história da cidade. A leitura que fazemos sobre a exposição no Museu Municipal é a de que os agentes da administração municipal de São José priorizaram e ainda priorizam, um discurso que enaltece a colonização açoriana e permanece invisibilizando historicamente sujeitos indígenas e negros.⁸

⁸ O apagamento histórico segue ainda hoje quando o poder administrativo municipal ignora pesquisas relevantes sobre a história das populações de origem africana em São José e não se articula para difundir estes conhecimentos com os professores e professoras da rede. Uma destas pesquisas foi realizada por Janaina Amorim da Silva, a qual demonstra o protagonismo negro a partir de sua dissertação (2011) intitulada: **“Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição”** (PPGH/UDESC). Já Mylene Silva de Pontes Visani pensa a educação sob a ótica da lei 10.639/2003, em sua dissertação (2018) do ProfHistória/UFSC **“Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma Proposta de Ensino de História e Patrimônio Cultural dos Povos Africanos e Afrodescendentes”**. Estas pesquisas não têm recebido o devido apoio e não tem sido divulgadas pela Secretaria de Educação do município. Ainda sob uma perspectiva multicultural existe um vídeo institucional chamado **“Redescobrimdo São José”**, produzido pela Secretaria Municipal de Cultura, que considera as contribuições culturais dos povos indígenas e africanos na história josefense. No entanto, ainda que reservando um lugar a esses povos na narrativa, mantém os povos indígenas como existentes apenas no passado, o que reforça o imaginário do branqueamento, da assimilação e do extermínio. Vídeo institucional disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-MYsTGDS8>

Apesar de ser este o único espaço de memória sobre os povos indígenas no município de São José, existem evidências de suas existências na região em diferentes períodos. Por conta disto, o objetivo principal dessa dissertação é disponibilizar, a partir da seleção e análise de fontes coloniais, pós-coloniais e atuais sobre os povos originários de São José e em diálogo com eles, informações, documentos, relatos e atividades que possibilitem uma nova escrita e um novo ensino da história indígena local que valorize a trajetória destes grupos e que esteja em consonância com as diretrizes para implementação da Lei 11.645/2008. Estes recursos pedagógicos e o conhecimento produzido com a pesquisa, possibilitaram a elaboração de uma proposição didática em formato de site, que visa orientar professores sobre como tratar o assunto na educação básica.

O site temático é constituído de textos interativos sobre as histórias dos Guarani e Laklãnõ ⁹Xokleng em São José, além de imagens, mapas, vídeos (alguns de autoria própria), leis e atividades com orientações aos docentes, relacionadas aos temas: Narrativas e visibilidade indígena, Cultura M'byá Guarani, Presença indígena em São José, Agência Indígena em São José, Territórios Laklãnõ Xokleng em São José e Memória e identidade josefense. O site foi projetado para ser atrativo e esclarecedor a respeito da temática.

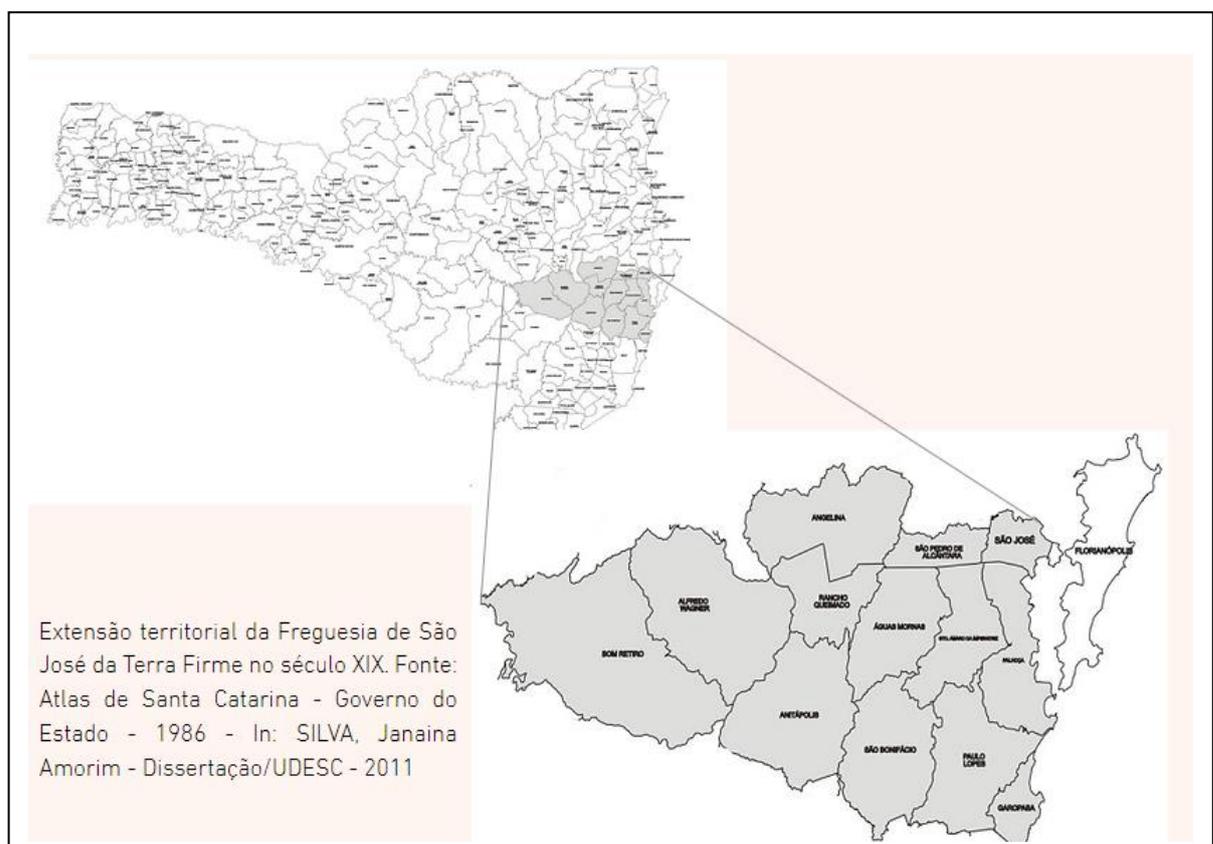
Para a construção desta nova narrativa levamos em conta a maior extensão territorial do município, a da época em que era uma freguesia no século XIX, abarcando então relatos também provenientes dos territórios que anteriormente pertenceram a São José. Assim, consideramos as fontes de informação disponíveis na internet¹⁰ sobre a presença indígena provenientes dos atuais municípios de Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Bom Retiro, Garopaba, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara, entre os séculos XVI e o XXI. Nesse quesito sempre tendo em mente que, com o avanço da colonização ao longo das décadas, o município de São José da Terra Firme foi perdendo territórios para novas freguesias que, posteriormente, se tornaram municípios a fim de viabilizar a administração e ampliar as terras conquistadas/colonizadas. Assim, a redução das fronteiras josefense, de certa maneira,

⁹ De acordo com Carli Caxias Popó, a denominação **Xokleng** foi criada pelos colonizadores para nomear este povo indígena. Por conta disto, a comunidade deste grupo decidiu adotar um nome de identificação própria tradicional. Desta forma, passaram a se reconhecer como Laklãnõ (gente do sol). https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/07/TCC_Carli_REVISADO.pdf

¹⁰ Foi o ambiente virtual com suas bibliotecas digitais repletas de arquivos documentais digitais, teses, dissertações e artigos que possibilitaram a concretização da presente pesquisa, feita quase que totalmente on-line, durante a pandemia de Covid 19.

acompanhou a perda dos territórios indígenas, sem as mesmas disputas e violências é claro. Foi o que aconteceu com os guarani que foram empurrados para poucos espaços no litoral, os quais ainda precisam de luta para serem mantidos. Dos seus territórios ancestrais sagrados pouco restou. Hoje vivem com pouca terra, onde estão suas aldeias, em áreas próximas a São José. Ademais, não é possível pensar a territorialidade indígena se estivermos em demasiado amarrados aos limites fronteiriços impostos pela colonialidade¹¹.

Figura 4- Território de São José da Terra Firme no século XIX



Disponível em Território: <https://www.historiaindigenasj.com/hist%C3%B3ria>

Para este fim a pesquisa destaca a presença indígena utilizando fontes coloniais e pós-coloniais provenientes de momentos diversos da história deste território. No período colonial, entre os séculos XVI-XVIII, no qual a presença aparece nos relatos de colonizadores. No período imperial, século XIX, quando o número de colonos europeus aumenta nas terras firmes

¹¹ Colonialidade é uma estrutura de dominação que, mesmo após o fim do período colonial, se mantém até a atualidade sob a égide do capitalismo. O termo foi cunhado inicialmente por Aníbal Quijano no final dos anos 1980.

de São José e a presença indígena se revela por meio de relatos e episódios descritos em artigos e livros históricos do período, em diligências policiais de delegacias municipais ao presidente da província de Santa Catarina¹² e em trabalhos acadêmicos sobre o período. No século XX, por meio da análise de livros escritos sobre a história municipal, produzidos por historiadores e memorialistas, e que ainda hoje são as principais fontes para o ensino de história local nas escolas de São José. Cabe destacar a importante obra do antropólogo Silvio Coelho dos Santos sobre os Laklãnõ Xokleng, versão digitalizada¹³, e que também foi utilizada como fonte nesta dissertação. E, finalmente, no século XXI, a partir das narrativas dos próprios indígenas, disponíveis na internet e em seus livros, e nos TCC's do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acervos de museus, informações prestadas pela Secretaria de Educação do Município de São José e evidências percebidas por mim nas escolas, durante os meus dezenove anos de magistério neste município em que a presença indígena se fez reconhecer, também foram importantes para demonstrar a presença e a necessidade de mudança na tratativa da temática no ensino municipal. As lacunas históricas, causadas pela escassez de fontes, levam a necessidade deste recorte temporal e espacial mais amplo.

O povo Guarani M'byá, que habitava e ainda habita este território, é elemento central deste estudo e a análise de sua cultura e história compõe parte importante da proposição didática (site) relacionada à história indígena josefense. Isto se dá por conta de ser a etnia guarani a única que ainda possui aldeias próximas de São José. No entanto, também é evidenciada a presença e a agência do grupo Jê, representado pelos Laklãnõ Xokleng, que também circulavam e viviam no território estudado e aparecem muito nas narrativas coloniais e pós-coloniais, sendo chamados de “bugres”, de “botocudos”¹⁴ ou de “bororenos”. As representações e relatos sobre eles foram problematizadas, apontando generalizações, estigmatizações e invisibilizações presentes nos discursos, a partir da análise das disputas de poder, dos embates e das transformações que sofreram os povos indígenas ao longo do tempo, destacando-os como sujeitos importantes da história.

Infelizmente, a maioria das narrativas históricas sobre São José da Terra Firme nos leva a pensar que os povos indígenas do município estão todos no passado, que foram todos exterminados. Mas como esta narrativa é possível? São José tem aproximadamente 246 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em

¹² [Pasta Arquivo indígena Estado de Santa Catarina 1842-1907.pdf](#)

¹³ [Santos_1973_IndiosEBrancoNoSulDoBrasil.pdf](#)

¹⁴ Denominação dada a grupos indígenas que utilizavam o botoque, ornamento de madeira fixado abaixo do lábio.

2019. Mesmo com fronteiras bem menores agora, o município recebe pessoas de todos os lugares do Estado, do país e do continente. Há uma grande diversidade de indivíduos e culturas que se refletem nas escolas municipais. Temos hoje (2021) 38 crianças provenientes de famílias indígenas autodeclaradas matriculadas em nossa rede de ensino, segundo informação da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, existem os estudantes que se identificam mais fortemente, por terem alguma conexão com as aldeias, seja por terem parentes indígenas, serem descendentes, ou por terem experimentado alguma convivência ou proximidade com núcleos indígenas. No censo de 2010, 418 pessoas que viviam em São José se declararam indígenas¹⁵. O que demonstra que estes sujeitos não estão apenas no passado, eles fazem parte do presente e precisam ter um futuro como cidadãos.

CEIs E ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ	NÚMERO DE ESTUDANTES INDÍGENAS AUTODECLARADOS NA MATRÍCULA
CEI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	02
CEI ONDINA SCHMIDT GERLACH	02
CEI PROFESSORA REGINA BASTOS	01
CEI SANTA INES	02
CEM ARAUCÁRIA	02
CEM ESCOLA DO MAR FLÁVIA SCARPELLI L.	05
CEM GOVERNADOR VILSON KLEINUBING	01
CEM INTERATIVO	02
CEM LUAR	01
CEM M ^a HORTÊNCIA FURTADO	01
CEM MORAR BEM	03
CEM SANTA ANA	03
CEM SANTA TEREZINHA	02
CEM VILA FORMOSA	01
CEM ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO	03
CEM JARDIM SOLEMAR	02
COLÉGIO MUN. M ^a LUIZA DE MELO	03
EBM ALBERTINA KRUMMEL MACIEL	01
EBM PROFESSOR ALTINO FLORES	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ano letivo 2021.

Além disso, em São José está localizada uma coordenadoria regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Frequentemente o local é espaço de manifestações de povos indígenas da região e de outras localidades do Estado. No entanto, parece que esses fatos têm

¹⁵ Segundo o Censo de 2010, 418 pessoas se autodeclararam indígenas no município de São José. A cidade apresentou um número maior do que os municípios de Palhoça (414) e Biguaçu (307) ambos com aldeias em seus territórios. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>

sido negligenciados, pois não há políticas sociais, educacionais e culturais que tratam de temáticas envolvendo grupos indígenas no município. Também é importante destacar que o município avançou um pouco em relação à lei 11.645/2008, ao promover discussões sobre a temática a partir da criação do setor de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que vem discutindo algumas questões. Neste ano de 2021 foi oportunizado a representantes guarani, da aldeia M'byá Biguaçu, um espaço na Feira da Freguesia¹⁶ para exporem e venderem a sua arte indígena. Ainda assim, no que diz respeito à educação, o município não conseguiu promover o entendimento da legislação e a superação de práticas pedagógicas equivocadas por parte dos professores da rede que, na maioria das vezes, silenciam em relação a estes temas. Seriam necessárias ações mais eficazes, que levassem a mudança educacional municipal, no que tange a história e ao reconhecimento do importante papel dos povos indígenas. Existem algumas abordagens pedagógicas importantes em relação aos povos indígenas na Rede Municipal de Ensino de São José, porém elas têm sido um resultado muito mais do empenho individual de alguns poucos formadores e mesmo da vontade de alguns docentes, do que de uma política pública municipal de inclusão. Para se ter ideia, muitos professores, com o aval de suas escolas, ainda comemoram o “Dia do Índio” sem problematizá-lo e sem considerar as vozes dos indígenas de hoje. Muitos ainda discutem a questão indígena apenas nesta data, momento em que professores, principalmente das séries iniciais, ainda pintam o rosto das crianças e fazem pena de papel para pôr na cabeça delas.

Neste sentido, em São José as narrativas históricas municipais de hoje são praticamente as mesmas que foram repetidas por décadas: “São José é fruto do trabalho do imigrante”¹⁷, este é um trecho do atual hino municipal, um símbolo que invisibiliza toda a participação e contribuição de indígenas e negros na história da cidade. Apesar das críticas que foram feitas nos últimos anos, não se vê vontade política para mudar essa realidade. O hino ainda é trabalhado nas séries iniciais como elemento importante da história municipal, novamente a “história única” que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a “ser maior do que o outro”. Segundo ela, “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p.23). Este tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta a produção de estereótipos e cria uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

¹⁶ Evento cultural mensal organizado pela administração municipal.

¹⁷ O hino municipal de São José, composto pelo maestro José Acácio Santana, foi instituído pela Lei nº 863, de 27 de janeiro de 1973. A letra do hino encontra-se disponível no link: <https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/hino.pdf>

Por isso acredito ser de fundamental importância revisitar o passado deste município, a fim de coletar informações, relatos, vestígios que possibilitem destacar a presença de grupos indígenas no processo histórico que deu origem a esta cidade e a sua população. Interpretar os relatos históricos dos colonizadores com os conhecimentos que se tem hoje sobre os povos indígenas, tecendo uma nova versão que conteste discursos que ocultam a presença destes indivíduos, ouvindo indígenas e tentando entender o que houve e o que ainda acontece com eles é necessário para iniciar um movimento de mudança na educação municipal.

Hoje, os indígenas estão presentes, são sujeitos com história e saberes importantes. Não podem ser ignorados e precisam ser ouvidos. Eles estão utilizando diversos meios para passar suas mensagens e estão promovendo esforços para dialogar e debater com diversos setores. Nós necessitamos ouvi-los. Além disso, a administração municipal, a escola e os docentes precisam ser lembrados que o ensino da história e da cultura indígena, respeitando os termos das diretrizes, é uma obrigação prevista na lei 11.645/2008. Esta precisa ser cumprida a fim de efetuarmos o processo de desconstrução de estereótipos, preconceitos e exclusão.

Desta forma, o desafio e as perguntas que fazemos são: Como promover uma educação que possibilite a visibilidade histórica dos povos originários, na região de São José, superando narrativas eurocêntricas cristalizadas ao longo do tempo, os equívocos e o próprio racismo dos tempos atuais, possibilitando o sentimento de empatia em relação aos povos indígenas? Como a construção de uma nova narrativa histórica municipal, que contemple a presença/participação indígena, pode contribuir para a mudança na visão/concepção dos educandos/as sobre a importância desses povos? A produção de um site, entendido como um espaço de memória e de difusão, poderia contribuir para uma mudança na educação josefense a partir da divulgação de uma nova narrativa histórica indígena municipal, composta também por perspectivas e saberes originários?

Para tentar responder a estas perguntas analisaremos as fontes de pesquisa anteriormente mencionadas, a legislação atual referente ao ensino de história indígena e as narrativas de indígenas da região (vídeos, sites, TCC'S), a fim de tentar possibilitar a construção de uma nova história para São José que inclua a presença e a agência dos grupos indígenas. Estabelecer este debate com lideranças e intelectuais indígenas é fundamental para se promover o entendimento e se fazer a reflexão sobre os eventos narrados nas fontes não-indígenas e nas análises sobre os processos legais e educacionais.

Desta forma, pretendemos romper com a narrativa histórica colonizadora que engloba passado e presente, à medida em que cria e executa novas formas de dominação, opressão e

invisibilização, compondo a colonialidade (QUIJANO, 2009). É necessário problematizar os discursos que reproduzem preconceitos e que induzem os jovens a acreditar que existe apenas a perspectiva do colonizador, do vencedor. Por isso o estudo da história indígena é necessário. Reconhecer o papel e a sabedoria originária pode nos ajudar a abrir caminhos de mudança, além de fazer justiça e trazer reconhecimento a esses grupos.

A ideia que transparece nos discursos históricos sobre São José e sobre os municípios que anteriormente faziam parte de seu território é a de que o lugar dos povos indígenas é apenas no passado, quando não são totalmente ignorados ou invisibilizados. Mas, o processo histórico não é estático, é dinâmico, e seus atores estão sempre se resignificando, se reinventando. Por isso precisamos revisitar o passado e repensá-lo com a mente aberta para outras lógicas de ser, de saber e de poder, superando o eurocentrismo que foi “inventando” o indígena conforme as conveniências colonialistas e capitalistas. Como afirma Quijano:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (...) Sua contribuição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 9 apud BALLESTRIN, 2013, p.103)

Sabendo disto, ouvir os indígenas e possibilitar que nossos educandos possam ouvi-los pode ser entendido como um ato de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser¹⁸, principalmente quando estas ações pedagógicas partem de um ambiente educacional periférico e repleto de diversidade. Por isto importa muito que os grupos indígenas e seus descendentes, que também estão em nossas escolas, possam se sentir contemplados e respeitados. Nós precisamos nos deixar atingir pelas suas experiências históricas e ouvir o que os indígenas têm a nos dizer, conhecer as suas sabedorias. Segundo Davi Kopenawa, indígena yanomami¹⁹,

¹⁸ Discutida inicialmente pelo sociólogo Aníbal Quijano (1989), a colonialidade do poder foi historicamente construída a partir dos interesses do capitalismo e da modernidade, oferecendo este sistema como única forma de existência de uma sociedade. A colonialidade concentra o poder social nas mãos de homens brancos, tendo como justificativa a superioridade racial e de gênero, à revelia de outros sujeitos sociais (mulheres, indígenas, negros e outros). O filósofo Nelson Maldonado-Torres (2009) defende que a partir da colonialidade do ser os grupos hegemônicos procuram criar meios para desqualificar, subalternizar e invisibilizar, negando a alteridade e a existência de sujeitos outros. Já a colonialidade do saber se dá quando o conhecimento eurocentrado é o único válido, este tema é discutido por Walter Dignolo e Nelson Maldonado-Torres entre outros. (BALLESTRIN, 2013)

¹⁹ Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte de seu território, relativamente recente. Seu território cobre, aproximadamente, 192.000 Km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco – Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami> – Acesso em 04.04.2022 às 15:30h.

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir de nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte. (KOPENAWA, 2015, p.75)

Nesta ótica do trabalho historiográfico e do ensino de história existe o reconhecimento da importância dos saberes e atuações de povos que sempre foram negligenciados na construção das narrativas históricas e que agora reivindicam seu protagonismo e reconhecimento de seus direitos pela sociedade atual. Neste sentido a decolonialidade é um caminho.

No conjunto de autores da decolonialidade percebe-se uma série de possibilidades outras para a produção de conhecimentos, especialmente os histórico-educacionais; para formas múltiplas de ser; para valorização de saberes e fazeres diversos e valorização das experiências vividas. (PAIM, 2016, p.150).

Em seu texto o professor Elison Paim (2016) aponta a necessidade de se utilizar a decolonialidade na educação e aponta alguns caminhos que os estudiosos da área vêm nos mostrar. Ele nos alerta sobre a importância de uma educação que busque a desconstrução de metanarrativas que põe os europeus como únicos capazes de racionalizar e progredir. Defende que o ensino seja direcionado para o cuidado com o outro e que os conhecimentos populares, indígenas e afro-brasileiros sejam considerados e respeitados. Nos mostra que “decolonizar os conhecimentos exige levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (p.151)

A necessidade de uma mudança nas perspectivas educacionais é certa, e a proposta decolonial se abre como uma possibilidade importante, diria até uma necessidade urgente na tarefa de desconstruir as narrativas hegemônicas eurocêntricas em São José. Para isto é necessário:

Uma educação que prepare para o diálogo com os “outros”, aqueles que historicamente foram minorizados, foram ditos sem história, inferiores, sem cultura e tantos outros adjetivos que os desqualificaram. Uma educação que exalte as diferenças entre os povos, sem, no entanto, hierarquizá-las. (PAIM, 2016, p. 162)

Para tanto, além do diálogo com autores do grupo Modernidade/Colonialidade, para o entendimento das colonialidades do poder, saber e ser, necessitamos também pensar o papel da ideia de raça no processo de conquista das terras indígenas e o silenciamento dos sujeitos racializados. Pensando epistemicídio, refletimos sobre as percepções de Sueli Carneiro para compreendermos melhor os domínios do saber nas redes de ensino. Afinal, para ela:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela

negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Para analisar as fontes históricas sobre a presença indígena em São José, o diálogo com a Nova História Indígena²⁰ também foi fundamental, pois possibilitou novas perspectivas na busca da agência histórica dos povos originários. Isto porque, ao perseguirmos a presença e a agência indígena na história, quase sempre nos deparamos com documentos produzidos apenas pelos colonizadores europeus, no entanto, é certo que outros sujeitos também fizeram parte dos processos/eventos que envolveram estes escritos que, por vezes, podem ser interpretados revelando sua agência histórica. Assim,

o pesquisador vai em busca tanto de materiais produzidos pelos indígenas quanto pelas pessoas que direta ou indiretamente, se relacionaram com eles. É certo que a atenção deve estar redobrada para evitar a simples repetição de discursos unilaterais. Novos horizontes surgem a partir de um olhar mais atento às fontes disponíveis. Uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores do documento textual. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da cultura de quem a produziu. (WITTMANN, 2015, p. 18)

Wittmann (2015) nos apresenta caminhos para a mudança desta realidade, a partir do uso teórico e metodológico da Nova História Indígena. Através desta nova perspectiva atuamos na produção de novas narrativas históricas que partem de diversas realidades destes povos, escutando suas vozes e tornando-os sujeitos ativos de suas próprias histórias.

No Brasil de hoje se almejam o respeito para com as populações indígenas, a compreensão e o reconhecimento delas como protagonistas, e não apenas vítimas da história. Demonstra-se que foram e são agentes do contato. Isso é o que a Nova História Indígena denomina “agência indígena”. As sociedades indígenas sofreram, sem dúvida, com a conquista da América. Encaram, inclusive, as consequências dessa longa e excludente história. Contudo, mesmo diante de um processo violento, não se deve reduzir a dinamicidade histórica às atrocidades dos brancos. Houve ações indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive daquelas resultantes de relações de poder bastante desiguais. (WITTMANN, 2015, p. 16)

Portanto, embora a maioria das fontes oficiais disponíveis em relação ao território que pertenceu ao município de São José apresente a visão do lado europeu, é possível analisar como

²⁰ Por muito tempo os povos indígenas foram apagados da escrita da História. Considerados povos sem história, foram promovidos a vítimas passivas pela historiografia de grande parte do século XX. No entanto, a partir do final da década de 1970, o papel dos índios na História começou a ser redimensionado e os indígenas passaram a conquistar protagonismo. A Nova História Indígena passou desde então a perseguir as ações, interpretações e relevâncias de sujeitos e povos indígenas em diversas realidades e períodos históricos.

e o que foi narrado fazendo novos questionamentos que resultem em aspectos que contribuirão para a escrita de uma nova narrativa histórica.

Em relação ao ensino de história, a proposição didática resultante desta pesquisa possibilita que nos afastemos de conteúdos engessados e sem sentido. Nos leva a compreender a importância de promover reflexões que sejam significativas a todos os estudantes, construindo alternativas de futuro para todos os sujeitos. Com isso os discentes poderão escolher sobre o que lutar e entender que é possível mudar a sua realidade. Para chegar a isto é importante que os/as professores/as problematizem as narrativas hegemônicas eurocêtricas. Revisitem, reinterpretem e atribuam, junto aos educandos, novos sentidos para o passado no presente. Abordar questões que façam os/as educandos/as se identificarem, se sensibilizarem e quiserem buscar a transformação. Levá-los a ouvir a voz das minorias que foram sistematicamente estereotipadas pela história tradicional colonizadora pode construir um futuro em que as pessoas se importem mais com a vida de todos.

Após a análise crítico-analítica das fontes citadas anteriormente, elaboramos a proposição didática do conhecimento sistematizado, criando possibilidades para o seu ensino nas escolas das redes municipais. A divulgação desta proposta no formato de site se fará através do compartilhamento do seu link em plataformas digitais. O site disponibiliza atividades problematizadoras sobre a cultura M'byá Guarani, sobre a presença e a agência indígena em São José, sobre a importância de ouvirmos as narrativas de indígenas, sobre os territórios ancestrais e sobre a construção da memória e da identidade josefense. No site os docentes também encontrarão vídeos, imagens, mapas e informações sobre a história indígena em São José da Terra Firme. Além disto, este ambiente digital ainda atua como um espaço virtual propagador das pautas e das vozes de indígenas e disponibiliza informações sobre a lei 11.645/2008 e as suas Diretrizes operacionais.

A presente dissertação traz no seu primeiro capítulo uma discussão sobre a legislação educacional e o ensino de história indígena. Com o título **“A escola e o ensino de história indígena entre desafios e perspectivas”**, o capítulo apresenta uma reflexão sobre os avanços e desafios educacionais possibilitados e propostos, nas últimas décadas, por uma série de leis que propõe ações relevantes com intuito de melhorar a qualidade da educação no país. Com foco na Lei 11.645/ 2008 e em suas diretrizes, fazemos uma discussão sobre os problemas provenientes da colonialidade na sociedade que criaram a necessidade de ações legais contemporâneas para reparar problemas históricos do Brasil (eurocentrismo, epistemicídio, genocídio, racismo e a invisibilização de sujeitos subalternizados e racializados). Ainda nesta

parte da dissertação promovemos um debate com as dissertações dos mestres do ProfHistória a fim de entender os desafios, os equívocos na tratativa da temática e a importância de um ensino de história que dialogue sobre e com os povos indígenas.

O segundo capítulo da dissertação intitulado **“A escola como espaço de disputas narrativas: os povos indígenas como protagonistas da História”** aborda a importância de ensinar história a partir da criação de novas narrativas que subvertam o currículo tradicional eurocentrado. Para isso intelectuais indígenas são chamados ao debate para juntos pensarmos e construirmos caminhos que possibilitem a construção de narrativas históricas que valorizem a alteridade, o conhecimento e a cultura dos povos indígenas. Analisando a partir da ideia de decolonialidade na construção do conhecimento histórico, ouvimos o que o povo Guarani, mais próximo de São José tem a nos dizer. Por meio da análise do documentário “Morro dos Cavalos: Terra Guarani” nos colocamos em lugar de escuta e reflexão para entender o modo de ser e de viver deste povo e assim poder conectar estudantes com esta lógica diferente, presente tão perto de nós e muitas vezes entre nós (considerando que temos educandos indígenas e descendentes).

Com o título **“Presença indígena em São José da Terra Firme”**, a terceira parte da dissertação persegue a trajetória de indígenas em São José, a partir da análise de fontes históricas coloniais e pós-coloniais, e constrói uma nova narrativa sobre a história destes povos no município. Na primeira parte analisamos as principais obras que contam a história da região, apontando o eurocentrismo presente nas mesmas, ao mesmo tempo em que destacamos alguns vestígios da presença e da agência indígena nas entrelinhas dos textos e depoimentos. Na segunda parte do capítulo analisamos fontes coloniais, relatos dos primeiros navegadores e colonizadores da ilha e da Terra Firme em ocasiões em que mencionaram a presença e a agência dos carijós-guarani, nos concentrando mais na região litorânea, a primeira a ser colonizada. Depois analisamos documentos do século XIX que revelam a forte presença de indígenas nos sertões e o receio que tinham os colonizadores de avançar sobre estas terras, territórios dos temidos botocudos Laklãnõ Xokleng. Os europeus promoveram ataques extremamente violentos contra este grupo para que a colonização avançasse sertão adentro ao longo dos séculos XIX e XX. Por isto as narrativas de indígenas guarani remanescentes, que resistiram a este processo, que hoje vivem na região, são valorizadas também nesta parte da dissertação. Elas nos dão a dimensão de que a história indígena deve ser contada também a partir da ótica dos povos originários. Por conta disto, todos os documentos históricos foram analisados à luz da Nova História Indígena, em diálogo com a perspectiva decolonial.

No último capítulo denominado **“Os sites como meios de difusão do conhecimento histórico e sua potencialidade como espaço de posicionamento político no ensino de História Indígena”** apresentamos o nosso material didático que objetiva difundir elementos importantes da pesquisa realizada e problematizar temas de relevância para os povos indígenas, por meio de um site temático. Por isto destacamos a importância das novas tecnologias de informação e comunicação na educação e no ensino de História e de História Indígena. Além disto, apresentamos o material, disponível no link www.historiaindigenasj.com, e a discussão teórica que acompanha o mesmo.

2 A escola e o ensino de História Indígena entre desafios e perspectivas

2.1 Ensino eurocentrado e avanços históricos na legislação educacional: As Diretrizes operacionais para a implantação da lei 11.645/2008 e sua aplicação

A escola é uma instituição importante, disso não temos dúvidas, mas que tipo de conhecimento é trabalhado e produzido nas salas de aula? O que tem sido comum é que os conteúdos abordados sejam o resultado do conhecimento produzido pela sociedade ocidental. Mas o que é a sociedade ocidental? A sociedade ocidental é aquela que, ao longo do processo de colonização, se elegeu hegemônica e superior a todas as outras culturas do planeta. O etnocentrismo europeu impediu, e ainda impede, os sujeitos de reconhecer a importância dos saberes dos diversos povos envolvidos no processo de formação da sociedade brasileira. Saberes estes muitas vezes tomados/ expropriados (conhecimentos sobre o território e suas riquezas naturais, práticas de cura, etc) ou encobertos pelo poder hegemônico dos europeus. Felizmente os povos que foram submetidos à dominação colonialista se mantêm resistindo por meio de seus saberes culturais tradicionais, se reinventando e produzindo novos saberes. Apesar da resistência, este processo de ataque e destruição dos saberes não eurocentrados persiste e é chamado de epistemicídio. Segundo Carneiro:

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p. 96)

Este processo contínuo torna os conhecimentos indígenas e africanos ainda pouco visíveis nos espaços escolares da atualidade. No projeto de modernidade, iniciado pela sociedade ocidental do século XVI, não havia espaço relevante para outros povos e culturas que não os do continente europeu. Com o processo de colonização, os europeus impuseram o seu poder institucional, criando mecanismos para negar e ocultar saberes outros, embranquecendo o conhecimento produzido e ensinado e definindo quem teria e quem não teria acesso a estes saberes. Sobre isto Aníbal Quijano vai além com a sua ideia de “Colonialidade do poder”, para ele “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (QUIJANO apud BALLESTRIN, 2013, p. 99). Isto significa que há uma continuidade do projeto de superioridade iniciado com o pensamento eurocentrado da

modernidade que até hoje cria estratégias para manter a hierarquia e a hegemonia branca sobre os outros grupos racializados.

Reflexões como estas possivelmente não eram feitas pelos professores nas salas de aula até a década de 1990, já que estas são reflexões mais recentes sobre o ensino. Mas por que destacar a década de 1990? Porque foi um período de intensificação da luta dos movimentos identitários, de questionamentos relacionados à importância da inclusão de conhecimentos referentes a estes grupos antes negligenciados nas escolas e de conquistas no campo da educação. Foi uma década de adaptação da legislação, das instituições e da sociedade em relação às novas conquistas da Constituição de 1988.

Assim, no campo da legislação educacional, em 1996 é sancionada a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), a lei previa o mínimo de 200 dias letivos ou 800 horas, formação docente, horas de atividades extraclasse remuneradas, piso do magistério, ampliação do número de vagas à população, gestão participativa, ensino voltado ao entendimento da sociedade, liberdade para aprender, ensinar, divulgar a cultura, o pensamento e a arte, pluralismo de ideias, compromisso com a diversidade étnico-racial e outros avanços.

Por ser muito ampla, a LDB criou a necessidade de detalhar melhor o que, para quem e como as mudanças deveriam ser executadas. Neste sentido, em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação estabelecendo metas, diretrizes e estratégias para a educação nacional por um período de dez anos. Algumas de suas diretrizes se referiam a difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. Todos eles relacionados, de forma marginal, as pautas indígenas²¹. (PNE/2001, p. 68)

Apesar das conquistas legais, percebemos que o conhecimento escolar ensinado, resultado de um longo processo colonizador, continuou priorizando visões de mundo e perspectivas eurocêntricas em detrimento de outras lógicas de ser e de saber (PAIM, 2016). Sendo assim, nossa sociedade tem sido tomada pela cultura eurocêntrica que padroniza os sujeitos em um processo perverso e impede a percepção da importância da diferença. Este processo vem a muito tempo negando a sabedoria de muitos grupos humanos, usurpando seus saberes, desqualificando e estigmatizando suas diversas formas de viver e de se relacionar com

²¹ O Plano Nacional de Educação, PNE/2001, previa a implementação da Educação Indígena e definia como metas: atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela Educação Indígena, universalizar uma política nacional de educação escolar indígena, garantir a oferta de programas educacionais às comunidades indígenas, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por elas vivenciadas. Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso em áreas indígenas, criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada, entre outras metas.

a natureza. O Prof^o Dr^o Edson Brito, indígena Kayapó²², também reforça este argumento, em seu artigo “A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?”, ao afirmar que:

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo... (KAYAPÓ, 2014, p. 39)

Ao apontar a ação genocida do Estado brasileiro, Kayapó se refere a atuação histórica de toda a estrutura administrativa do Brasil colonial, imperial e republicano no intento de tomar os territórios tradicionais indígenas e modificar seu modo de vida, sob o pretexto de integrá-los a “civilização”. No entanto, dada a resistência, o Estado atuou no processo ou se omitiu diante da escravização, da expulsão, do assassinato dos povos indígenas e do seu apagamento histórico, por todo o país, ao longo de todo esse tempo. Convém destacar que em Santa Catarina o processo seguiu esta mesma tendência. Clóvis Brighenti e Luísa T. Wittmann, no Atlas Geográfico de Santa Catarina, no capítulo 2 sobre os povos indígenas, relatam que neste Estado os povos Guarani, Laklãnõ Xokleng e Kaingang sofreram muito com a tutela estatal. Havia um projeto de poder que determinava um lugar bem definido para os povos indígenas. Eles tinham que ser transformados, “civilizados”, miscigenados e assimilados pela sociedade não-índia, para então desaparecerem. Desta forma, institui-se uma política governamental que tratou de criar órgãos e postos - SPI²³ - (Serviço de Proteção ao Índio - 1910 a 1967) – para dominar as aldeias, controlar os indígenas e modificar suas formas de vida. As intervenções tinham como objetivo sedentarizar os indígenas, proibir suas línguas e práticas culturais tradicionais, ou seja, afastar os indígenas dos colonos brancos e vigiar as suas ações. Segundo estes autores:

No caso de Santa Catarina, constam como crimes cometidos pelo Estado, dentre outros, o roubo das terras e do patrimônio indígena (madeira e arrendamentos) e a prática da tortura. A forma encontrada pelos chefes de postos para manter os indígenas silenciados era através de maus tratos. Tortura em troncos (forma de amassar o osso do tornozelo da vítima), transferência para outra reserva, prisões insalubres e trabalhos forçados faziam parte da rotina. [...] Os motivos para punição variavam desde uma simples bebedeira, sair da Terra Indígena sem comunicar ao chefe do posto, até

²² Os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do caudaloso rio Xingu, desenhando no Brasil Central um território quase tão grande quanto a Áustria. É praticamente recoberto pela floresta equatorial, com exceção da porção oriental, preenchida por algumas áreas de cerrado. Fonte [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)). – Acesso 04.04.2022, as 14:20h.

²³ O SPI - Serviço de Proteção ao Índio – foi criado em 1910 a partir da ideia de que o Estado deveria responder pelos indígenas, ou seja, que precisava tutelá-los. Sob a inspiração de ideais positivistas, o SPI foi organizado pelo major Cândido Mariano da Silva Rondon. Suas premissas visavam integrar os indígenas de forma progressiva, assimilando essas populações à sociedade não-indígena, transformando os indígenas em trabalhadores “civilizados”. (SILVA E COSTA, 2018, p. 74-77).

denúncias de roubo de madeira e arrendamento de terras. (BRIGHENTI E WITTMANN, 2018, p. 13).

Enquanto o Estado agia, no século XIX e XX, contendo os povos indígenas, expropriando seus recursos, tomando suas terras e atuando para o seu desaparecimento cultural e/ou físico, ao ser conivente com os massacres cometidos ou ao conduzi-los à “integração” forçada e violenta, a escola silenciava sobre a existência destes grupos e tratava de reproduzir as narrativas historiográficas de que os indígenas eram sujeitos do passado, a partir de um discurso de extermínio. Este processo tem se mantido até hoje, esta visão está presente no imaginário popular, através de estereótipos cristalizados, muitas vezes reforçados no ambiente escolar. Apesar de haver mudanças, os povos indígenas ainda são invisibilizados e estigmatizados nas salas de aula. Além disso, os historiadores que atuaram junto ao Estado no processo genocida, criando narrativas que romantizaram e negaram estes sujeitos, agiram como partícipes do processo de dominação colonial. Dominação que ultrapassa o período colonial. Que se faz presente até hoje por meio do patriarcalismo, do racismo, do sexismo, do poder político e econômico burguês, da hegemonia intelectual e cultural branca, entre outras heranças colonialistas arraigadas à nossa sociedade. Este processo violento e contínuo de controle sobre os corpos e saberes de todos os sujeitos historicamente racializados, subalternizados e indesejados, por representarem ameaça ao modo de viver ocidental e a ordem mundial capitalista impostos durante o colonialismo, é chamado de colonialidade. Segundo Quijano: “O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo” (QUIJANO, 2009, p. 73).

Vale lembrar que muitos historiadores dos séculos XIX e XX, criaram narrativas que correspondiam às intenções do Estado Brasileiro, esses sujeitos “fizeram usos do passado em seus discursos com o objetivo de melhor evidenciar a legitimação de um determinado projeto político” (SILVA, 2014, p. 20). Em muitos momentos, a escrita da história serviu aos interesses do governo e no caso dos indígenas este objetivo estava relacionado a idealização destes sujeitos e a sua negação como indivíduos dignos de direitos. Apesar do elemento indígena ser considerado símbolo da Nação e estar presente na literatura, o seu lugar sempre foi no passado. Não havia espaço e visibilidade no presente e muito menos lugar no futuro, já que a política era de assimilação e extermínio.

Diante dessa lamentável realidade social e educacional, as mudanças na legislação aconteceram tardiamente, posto que já estava consolidada uma visão geral preconceituosa do brasileiro sobre as nações indígenas. As mudanças legais, conquistadas por diversos

movimentos de representação e luta pelos direitos de negros e indígenas e por apoiadores, ocorreram apenas nos anos 2000. A lei 10.639/2003, passa a buscar a reparação de injustiças históricas atribuindo às populações de origem africana e aos seus saberes um papel de maior destaque e dignidade, fugindo do estigma da escravidão, face a um currículo educacional dominado pela história e pensamento eurocêntrico. Segundo Almeida e Sanchez (2017):

a Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira. A legislação representa um avanço na democratização do currículo. (ALMEIDA E SANCHEZ, 2017, p. 57)²⁴

Posteriormente, em 2008, se deu a aprovação da lei 11.645, mais um avanço para os povos indígenas resultado de uma longa luta do Movimento Indígena, junto a antropólogos, historiadores e outros acadêmicos, pelo direito à diferença, à existência, à pluralidade étnica e cultural e ao reconhecimento de seu papel social.

A inclusão de temáticas relacionadas à África, aos afro-brasileiros e aos povos indígenas nas salas de aula significaram um grande passo para tentar resolver a falta de representação destes grupos nos conteúdos ensinados nas escolas. A relevância está em promover o sentimento de pertencimento nos estudantes negros/as e indígenas, que raramente se viam contemplados nas narrativas escolares de uma forma digna, ampliando a ideia de cidadania e, diferentemente do que se fazia no passado, valorizando as diferentes origens da população brasileira.

No entanto, a falta de formação docente sobre a história e cultura africana e indígena prejudica o processo. Representações equivocadas sobre os povos e a cristalização de estereótipos continuaram a acontecer nas salas de aula. O desafio é superar o imaginário que os brasileiros têm sobre estes grupos, produzindo informação e possibilitando o combate ao racismo.

Por conta disso, nos últimos dez anos percebemos grande esforço por parte da academia e de movimentos de luta em realizar debates e promover formação a fim de superar os equívocos criados por uma visão limitada e racista sobre as várias formas de ser gente. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana²⁵ já existiam desde 2004, dando suporte para a aplicação

²⁴ <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/?format=pdf&lang=pt>

²⁵ Esta diretriz de 2004, orientava os sistemas de ensino a formularem projetos que valorizassem a História e a Cultura dos povos afro-brasileiros e africanos e o entendimento de uma educação mais comprometida com as relações étnico-raciais, com a diversidade da nação brasileira, igual direito à educação de qualidade, formação para a cidadania e construção de uma sociedade justa e democrática (DIRETRIZ, 2004, p. 10).

da lei 10.630/2003, faltava a questão indígena que, apesar da relação evidente, não era especificada nas diretrizes. Esta lacuna foi resolvida com a lei 11.645/2008. No entanto, a formação acadêmica dos educadores sobre o tema foi por muito tempo insuficiente para dar conta de um trabalho adequado sobre o assunto. Esta constatação se deu por meio de pesquisas realizadas em todo o país, as quais perceberam a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as ações que vinham sendo realizadas por parte das Secretarias Estaduais e Conselhos Estaduais de Educação para a implementação da lei e para a promoção de um ensino que realmente promovesse a compreensão e desse visibilidade aos povos indígenas. Todos estes esforços culminaram na criação e publicação, pelo Conselho Nacional de Educação, das **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas indígenas na Educação Básica**, subsidiando a aplicação da Lei 11.645/2008. Um documento importante, resultado de anos de estudos e debates em comissões e fóruns e da provocação e pressão de professores, gestores educacionais, operadores do direito e representantes dos povos indígenas. A homologação das diretrizes para implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica se deu apenas em 18 de abril de 2016²⁶ e é, ainda hoje, um documento pouco debatido e até pouco conhecido nas escolas do país.

Também em 2016 aconteceram as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. Segundo Nazareno e Araújo (2018), que analisaram o documento em relação ao Ensino Médio, na primeira versão da BNCC (2015 e 2016), mais democrática por conta de ser o resultado da análise de 12 milhões de contribuições populares, os povos indígenas ganharam mais destaque ao ser proposto “um estudo mais denso sobre as culturas indígenas, em suas peculiaridades em torno de distintas concepções de história, de temporalidades, de cosmologias”. Já na BNCC revisada, a que foi aprovada em 2017, a discussão foi simplificada se concentrando mais nas conquistas recentes de direitos dos indígenas, sem abordar o passado, impossibilitando aos estudantes compreenderem as contribuições dos povos indígenas para a composição do Brasil como um todo²⁷. Segundo os autores: “os conteúdos compreendidos como integrantes da cultura europeia ganham mais espaço entre os objetivos de aprendizagem levando-nos a suspeitar da pretensa intenção de criticar o ensino pautado em bases eurocêtricas” (p.56).

²⁶ As diretrizes foram homologadas no dia seguinte à aprovação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff pelo plenário da Câmara para garantir a conquista.

²⁷ Apesar de existirem muitos trabalhos na historiografia, há pouca abordagem destas pesquisas nos Livros Didáticos, sendo ainda hoje priorizadas apenas informações sobre os indígenas do início da colonização, no século XVI, e sobre os da atualidade, no século XXI.

Sendo assim, é fato que a lei 11.645/2008 demorou muito para ser aprovada. Também é verdade que a LDB, apesar de propor mudanças importantes, não foi capaz de promover as modificações necessárias por si só. A legislação foi sendo alterada, mas as discussões que poderiam promover mudanças não foram acolhidas, resultando na BNCC, que não ampliou o debate. Desde que estas leis entraram em vigor até agora não temos visto as mudanças necessárias acontecerem nas escolas, pelo contrário, nos últimos anos ou o racismo tem se intensificado ou a sociedade tem manifestado seu racismo histórico, estrutural, mais abertamente e sem medo de punição no país, fato que também tem sido percebido nas escolas e salas de aula.

Tudo isto acontece em meio a atuação e resistência dos grupos identitários, que agem disputando espaços, apresentando suas perspectivas e promovendo debates. Diante da visibilidade conquistada por negros e indígenas na contemporaneidade, dos avanços legais e da difusão de seus saberes nas redes sociais e em outras mídias, os grupos que almejam conservar e ampliar o projeto colonial de expropriação de todas as terras e seus recursos ambientais, reagem com violência. Acreditamos que foi por conta da atuação e resistência dos grupos hegemônicos, os que historicamente detém o poder, que as diretrizes para o ensino da História e da Cultura dos povos indígenas foram publicadas com tanto atraso. Como professora de escola pública, não vejo na rede em que atuo, grande interesse por parte de muitos colegas professores/as em abordar o tema. E a secretaria da educação avança timidamente nesta pauta. Digo isso porque existem algumas ações, mas elas não têm causado as mudanças necessárias, ou seja, o preconceito ainda é muito grande e os conteúdos, ou ainda são muito eurocêntricos/coloniais nas unidades de ensino ou a temática indígena aparece somente de forma pontual, como por exemplo no dia 19 de abril. Somado a isto, existe ainda o negacionismo histórico e as teorias de conspiração que circulam e ganham força nas redes sociais convencendo estudantes e, infelizmente, também colegas professores de que a desigualdade social e racial histórica é uma invenção de “organizações comunistas e globalistas”. Sabemos que quem está por traz destes discursos são grupos com interesse em manter indígenas, negros e outros sujeitos nos seus lugares históricos de subalternizados, impossibilitando que eles tenham protagonismo e influência, impedindo que eles ensinem outras lógicas de ser e viver a partir de suas culturas, experiências, patrimônios e modos de vida. Querem uma “nação” com uma cultura única, sem diferenças, fácil de controlar o corpo coletivo, fácil de invisibilizar e até exterminar os indesejados.

Mas será que a existência de leis resulta na garantia de mudanças a partir do respeito das normas? Se assim fosse teríamos escolas públicas realmente transformadoras, com isso eu não quero dizer que nessas instituições não existam professores, discentes e técnicos que atuem pela transformação, quero sim afirmar que existe muita resistência nos ambientes escolares, nas comunidades, nas gestões municipais e estaduais e nos agentes políticos que não tem interesse em respeitar os avanços e garantir uma formação que possibilite aos estudantes compreenderem a sua realidade, o funcionamento social, o jogo de poder e a estrutura colonial histórica que deu origem a nossa sociedade atual.

Com a minha experiência educacional, em uma escola municipal por quase vinte anos, aprendi que as mudanças só ocorrem por meio de luta, de cobrança e de repetição de falas contrárias ao que sempre foi o “normal”: o autoritarismo, as aulas tradicionais, as decisões tomadas sem discussão, os favorecimentos pessoais, as negociatas envolvendo a coisa pública, a exclusão da comunidade escolar, os rótulos criados para professores e estudantes, o preconceito social, racial, de gênero e de sexualidade e muitos outros problemas que são frequentes nas escolas. O que tudo isto tem a ver com os povos indígenas? Tudo, os indígenas fazendo parte de nossa sociedade estão lá, no meio de tudo isso, vivendo, sofrendo, resistindo de diversas formas as violências que a comunidade escolar e o poder público impõe a eles todos os dias. E a escola segue auxiliando a reproduzir o que acontece na sociedade, transformando “diferenças em desigualdades” (DIRETRIZES, 2016, p. 8). Assim perde a oportunidade de promover mudanças sociais que possam de fato auxiliar no surgimento de ações que possibilitem que todos os jovens possam ter um futuro em um mundo mais consciente por meio de uma formação que contemple todos os sujeitos. Assim,

Efetivamente, o acolhimento da diferença cultural pela escola contribui decisivamente para a construção de um pacto social mais democrático, igualitário e fraterno, promovendo tolerância como sinônimo de respeito, aceitação e apreço pela riqueza e diversidade das culturas humanas. (DIRETRIZES, 2016, p. 8).

Por outro lado, é um erro pensar que a temática indígena não é trabalhada nas escolas do país. Segundo Circe F. Bittencourt (2013), em seu artigo “História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos”, os povos indígenas sempre estiveram presentes nos estudos escolares, de forma romantizada, estereotipada ou estigmatizada, mas aparecem nas salas de aula desde o século XIX até os dias de hoje. No entanto, esta presença no ensino sempre esteve vinculada aos estudos do período colonial, sendo que os povos indígenas “desaparecem de cena” quando são abordados outros momentos da história (p.101). Ela também lembra que, com a aprovação da lei 11.645/2008, percebeu-se o surgimento de muitas manifestações

contrárias às mudanças determinadas pelo documento. Vindas de setores conservadores da sociedade as críticas estavam relacionadas a dizer que a lei era o resultado de “pressões ideológicas e corporativas” que trariam prejuízos para o sistema educacional básico brasileiro (p.103). De lá para cá, esta situação de reação conservadora só tem se intensificado, negando a existência do racismo e difundindo ideias que contribuem para a intensificação da exclusão social e da desigualdade.

Estas ideias se refletem no contexto escolar, aparecem nas negações e em argumentos defendidos por muitos estudantes e mesmo professores que consideram os povos indígenas e afrodescendentes como os próprios “responsáveis” por sua situação atual, ou seja, partem do pressuposto que eles perderam seus direitos a partir do momento que se “renderam” a conquista dos europeus no período colonial. Por este e por outros motivos, grupos negacionistas/conservadores se empenham em desconstruir iniciativas educacionais que busquem a superação de estereótipos e que questionem atitudes preconceituosas que persistem no meio social. É bom tomarmos cuidado com estes ataques, pois as conquistas e os avanços sociais não são permanentes e não estão assegurados, eles estão sempre em risco. É o que afirma Gersem Baniwa²⁸:

Esse arcabouço jurídico e as experiências inovadoras de escolas indígenas são ferramentas importantes que precisamos reconhecer e valorizar muito, porque são conquistas. Porém, são conquistas que não estão garantidas, pois, em algum momento, podemos perdê-las no campo do direito, daí a necessidade de constante vigilância. (BANIWA IN BERGAMASCHI, 2012, p.133)

Ao mesmo tempo em que toda essa resistência aos avanços da lei acontece, existe todo um movimento que, na última década, tem intensificado os estudos e as produções sobre a temática no intuito de promover mudanças a partir da aplicação da lei. Segundo Bittencourt (2013), novas propostas de ensino da História Indígena, derivadas da Nova História, já vinham promovendo mudanças, a partir de 1998, na abordagem desta temática. Para ela:

É claro que não se trata de uma mera inversão de conteúdos tradicionais, visto que a concepção histórica que os informava encontra-se hoje ultrapassada por novas correntes, particularmente aquelas derivadas da Nova História e que constituem o cerne das novas propostas. (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 1998, p. 3 apud BITTENCOURT, 2013, p. 129)

²⁸ Os Baniwa habitam a fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiairi e Cubate, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainía e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Fonte: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa#:~:text=Os%20Baniwa%20vivem%20na%20fronteira,Isabel%20e%20Barcelos%20\(AM\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa#:~:text=Os%20Baniwa%20vivem%20na%20fronteira,Isabel%20e%20Barcelos%20(AM).). Acesso em 04.04.2022 às 14h.

Edson Kayapó, conversando com Circe Bittencourt, diz que a lei 11.645/2008 é o resultado de “mobilizações sociais pelo direito à igualdade e à diferença, setores progressistas e democráticos da sociedade brasileira pressionaram para vir à tona os debates sobre as questões étnico-raciais na escola, especialmente no que se refere à temática indígena”. Passou a pôr a perspectiva colonial/oficial de matriz cultural europeia, “*história branca*”, sob reflexão. Esse fato resultou na exigência de mudanças na escola e de uma nova postura de professores sobre a questão indígena. (p. 51)

Mas vamos tentar entender o que o documento das Diretrizes para implementação da lei 11.645/2008, resultado de uma série de estudos e debates, tem a nos dizer. O texto das diretrizes do Conselho Nacional de Educação orienta os sistemas de ensino e suas instituições a aplicar adequadamente a lei visando garantir a qualidade da educação brasileira. A aplicação adequada deste documento está diretamente relacionada à necessidade de construir relações sociais positivas que valorizem a diversidade da população brasileira e possibilitem o destaque das contribuições e atuações históricas dos povos indígenas, tendo como finalidade superar preconceitos e discriminações étnico-raciais. O texto das diretrizes ainda destaca que apesar da grande quantidade de estudos e informações sobre os povos indígenas, a desinformação e o preconceito ainda estão muito presentes na sociedade brasileira. Isto se reflete, no campo educacional, na forma de equívocos que refletem generalizações, estigmatizações, invisibilizações e negação da importância dos povos indígenas na construção e no cotidiano atual do nosso país. Os equívocos mais frequentes apresentados pelos estudos que constam no documento das diretrizes e que aparecem nas narrativas docentes, nos materiais didáticos e na mentalidade popular, todos provenientes de uma lógica/história colonizadora são:

- Reificação da imagem do indígena como um ser do passado e em função do colonizador;
- Apresentação dos povos indígenas pela negação de traços culturais (sem escrita, sem governo, sem tecnologias);
- Omissão, redução e simplificação do papel indígena na história brasileira;
- Adoção de uma visão e noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos;
- Generalização de traços culturais de um povo para todos os povos indígenas;
- Simplificação, pelo uso da dicotomia entre índios puros, vivendo na Amazônia versus índios já contaminados pela civilização, onde a aculturação é um caminho sem volta;
- Prática recorrente em evidenciar apenas características pitorescas e folclóricas no trato da imagem dos povos indígenas.

- Ocultação da existência real e concreta de povos indígenas particulares, na referência apenas “aos índios” em geral;
- Ênfase no “empobrecimento” material dos estilos e modos de vida dos povos indígenas.

Por conta dos equívocos e diante da falta de divulgação e conhecimento do conteúdo do documento é que se faz necessário o destaque das diretrizes. Sendo assim, penso que deve ser importante refletir sobre estes erros.

Cabe ainda ressaltar que o documento das diretrizes enfatiza que a inserção da temática indígena se dê em “todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola”. Desta forma, o texto ressalta que os professores de todos os níveis escolares e de todas as áreas precisam de formação e acesso a conhecimentos relacionados aos povos indígenas, para que também possam incluir este tema em seus conteúdos, tratando-o adequadamente e evitando os estereótipos presentes no imaginário social, construídos historicamente pelo processo colonial. Assim acredita-se que só um trabalho conjunto, reunindo todos os educadores, possa promover uma educação realmente antirracista.

Ademais, uma educação que dê destaque às diferenças pode contribuir “para a construção de identidades mais plurais e solidárias” entre os jovens (Diretrizes CNE/CEB nº 7/2010 apud Diretrizes CNE/CEB nº 14/2015, p. 4).

Se faz ainda necessário pensarmos que as diretrizes para implementação da temática indígena já tem seis anos desde a sua homologação, no entanto, os agentes políticos que assumiram o governo brasileiro desde então não parecem muito preocupados com esta pauta, pior, mostram-se negacionistas do conhecimento histórico e apresentam falas e ações equivocadas e preconceituosas em relação aos povos indígenas, dando mais apoio ao agronegócio, aos grileiros, acusando os povos indígenas pelos crimes ambientais que eles mesmos têm cometido. Por isso, as ações propositivas previstas no documento das diretrizes, as mudanças nos livros didáticos mais recentes e os cursos de formação realizados até hoje ainda não foram suficientes para realizar as mudanças necessárias no ensino das escolas de todo o país. Por isso o impacto das diretrizes ainda não tem sido percebido como deveria.

Ainda assim, algo muito positivo tem acontecido, cada vez mais, os próprios indígenas têm tomado a frente e assumido o papel de contar suas histórias, apresentar suas culturas e ocupar os espaços sociais. Nos últimos anos uma grande diversidade de materiais foi produzido e publicado por diversos grupos indígenas na internet e em editoras. Produtores ou coprodutores, foram muitos os vídeos, canais, entrevistas, textos, *lives*, debates e palestras em que os indígenas apareceram como protagonistas especiais discutindo temas importantes

relacionados às suas histórias, questões ambientais, culturais, ancestrais, educacionais, raciais, de saúde, enfim uma série de assuntos altamente relevantes foram debatidos por várias lideranças das aldeias e das cidades.

A autoria indígena em publicações de materiais didáticos e pedagógicos e a sua presença como palestrantes/formadores nas instituições de Educação Básica está prevista nas Diretrizes, no entanto, dentro das escolas esta presença formadora e de materiais indígenas ainda pouco tem se efetivado. Neste sentido, a produção de um site (produto do ProfHistória) como um espaço de difusão da história, da cultura, das interpretações e saberes indígenas no âmbito regional pode contribuir para uma educação antirracista que atua dentro do que legislam as diretrizes.

Convém ainda destacar que a homologação e a publicação do documento das Diretrizes para implementação da lei 11.645 foi um passo importante no caminho para a promoção de uma sociedade com mais respeito às diferenças, mais aberta ao diálogo e mais democrática. Isto porque orienta para uma educação que leve os estudantes a reconhecerem que os povos indígenas no Brasil são diversos entre si, que têm direitos originários sobre as suas terras, que o seu modo de vida e cultura são importantes e positivos, que são agentes da história do país, que têm direito de manter sua língua e visão de mundo, que estão sujeitos a mudança e, como qualquer outro ser humano, são dinâmicos e se reinventam no contato com o outro, que não estão desaparecendo e tem um futuro pela frente. O documento ainda orienta que “a temática seja trabalhada durante todo o período formativo do educando, em diferentes disciplinas e com diferentes abordagens, sempre atualizadas e plurais, evitando que o tema fique restrito a datas comemorativas” (p. 9).

Diante de tudo isto volto a repetir minha argumentação inicial: o documento das diretrizes e a lei 11.645 são muito importantes, mas sem algumas ações de luta e cobrança, as leis não mudarão a realidade. É preciso empenho de um número maior de pessoas, que necessitam ser mobilizadas, sensibilizadas por todos os que reconhecem a importância da constituição de uma sociedade mais plural e este é o nosso papel. No texto das Diretrizes, a Câmara de Educação Básica destaca a importância da participação de toda a sociedade brasileira para exigir dos sistemas de ensino uma educação mais participativa e plural, que reconheça a importância dos povos indígenas na sociedade brasileira, promovendo estudos, encontros, estimulando trabalhos colaborativos, criando espaços específicos com materiais sobre os povos indígenas e o tratamento adequado aos casos de racismo, preconceito, discriminação e intolerância. Isso significa que sem um envolvimento maior dos sujeitos, as

mudanças educacionais necessárias ou não se concretizarão ou levarão muito tempo para serem atingidas. Quem vai exigir o cumprimento destas diretrizes? As lideranças do Movimento Indígena, indigenistas, professores e educandos formados com conhecimento e sentimento de empatia em relação aos povos indígenas podem ajudar.

2.2 O ProfHistória e a importância de uma História ensinada que dialogue sobre e com os povos indígenas

Nos últimos anos a percepção dos professores/as de história de todo o Brasil sobre a falta de formação para lecionar conteúdos sobre a temática indígena fez com que muitos dos mestrandos/as do ProfHistória se voltassem ao estudo e a produção de trabalhos relacionados a esta questão nas salas de aula. Entrando em contato com estes trabalhos percebemos que o interesse de alguns tem relação direta com a necessidade de subsídios para possibilitar a implementação da Lei 11.645 de 2008, mas para outros não se trata apenas disso. Percebemos nestas dissertações que há uma grande preocupação com a forma como a temática indígena vem sendo abordada em materiais didáticos e nas salas de aula, há um desconforto com as lacunas existentes na trajetória desses povos na história escrita e ensinada, com a invisibilidade desses sujeitos nas narrativas utilizadas nas escolas e com os equívocos relacionados à questão indígena quando o tema é discutido com os educandos. Além disso, a maioria destes professores/as, hoje mestres pelo ProfHistória, demonstram grande sensibilidade e preocupação com a situação de seus educandos indígenas, ou descendentes destes, buscam o conhecimento dentro e fora das aldeias, preocupam-se com a relação da escola com as comunidades indígenas mais próximas ou com a presença e agência destes povos na história da região em que atuam.

Todos estes professores/as cresceram e foram ensinados em escolas que trabalham dentro da lógica do colonialismo/capitalismo, por conta disso apresentam em seus trabalhos seus dilemas pessoais, seus preconceitos, suas reflexões e contradições diante dos conhecimentos adquiridos nas universidades e de suas práticas pedagógicas. Mas que relação cada um destes professores/as tem com os povos indígenas? Encantamento, admiração, empatia, respeito, reconhecimento? O que quer que seja, este sentimento foi o responsável por despertar o interesse em realizar análises críticas que muito tem contribuído para melhorar e ampliar as possibilidades de ensino sobre a história indígena nas salas de aula de todo o Brasil. Esta pode ser uma pista do que precisamos estimular em nossos discentes.

Este movimento é positivo porque aumenta o número de pessoas empenhadas em reparar injustiças históricas há muito perpetuadas contra estes povos. Todas estas ações dos professores/as só vêm a somar à luta dos povos originários, que hoje procuram, cada vez mais, dominar os códigos não-índios e mostrar que os projetos governamentais do Estado Brasileiro de eliminação e extermínio, por meio de políticas que se diziam de integração e assimilação,

não foram eficazes. Para exemplificar a situação, Ailton Krenak²⁹, em entrevista concedida ao site Amazônia Real, em fevereiro de 2020, fala que:

Antes se botava fogo na maloca ou matava um coletivo inteiro, mas isso não era nem notícia. Nos seringais antigos as pessoas sumiam; a notícia não saía nem no jornal do seringal. Nas pequenas vilas, nos primeiros assentamentos que estavam começando a colonizar na Amazônia, os madeireiros e os caçadores invadiam, botavam fogo e pronto. Hoje, temos comunidades indígenas de Norte a Sul do País interagindo e em uma rede ativa de informação e mobilização. Nós aumentamos nossa capacidade de resistir e mobilizar e estamos mais capacitados para enfrentar isso do que no passado. (KRENAK, 2020).

Krenak nos mostra que apesar dos ataques e da omissão do estado em relação a violência contra os povos indígenas, estes se mantiveram resistindo, agindo e existindo. No entanto, ele ainda destaca que, apesar de parecer uma contradição, analisando as últimas décadas, hoje se vive um momento de intensificação do racismo em relação aos povos indígenas. Ele destaca que: “Talvez na história recente do Brasil, o povo indígena não tenha sofrido um ataque tão sistemático como nesse período, com este governo. Porque tem declaração dos agentes públicos que incentiva a violência contra a pessoa indígena” (KRENAK, 2020).

Por conta disso, mais do que nunca, precisamos unir forças para combater a dinâmica perversa de dominação capitalista que trata a vida dos seres humanos e de todos os outros seres vivos como algo absolutamente descartável e sem valor, que segue segregando historicamente as pessoas que não interessam ou não integram seus projetos de futuro. Neste sentido, os trabalhos de pesquisa do Mestrado Profissional de História, sobre temáticas étnico-raciais, têm contribuído muito para possibilitar mudanças de perspectivas importantes na busca de caminhos mais plurais para se entender a sociedade brasileira, pensar o ensino e o momento em que vivemos.

Sobre isso, Rodrigo Vareiro Companhoni, em sua dissertação de mestrado do ProfHistória, pela Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), intitulada “Tempo, Território e História: Percepções do Ará – tempo/espaço Kaiowá e guarani”, afirma que trabalhar com a temática indígena e inserir os conhecimentos produzidos por estes “povos da América, do Brasil e do Mato Grosso do Sul na Educação Básica é uma ação emancipadora e

²⁹ Os Krenak ou Borun constituem-se nos últimos Botocudos do Leste. Sua língua pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, a qual denominam Borun. Vivem na margem esquerda do rio Doce, em Minas Gerais, entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena, onde estão até hoje, numa reserva de quatro mil hectares criada pelo SPI, que ali concentrou, no fim da década de 20, outros grupos Botocudos do rio Doce: os Pojixá, Nakre-ehé, Miñajirum, Jiporók e Gutkrák, sendo este o grupo do qual os Krenák haviam se separado. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak> – Acesso 04.04.2022 as 15:10h.

de rebeldia necessária, não somente para estes povos, mas para todos nós trabalhadores pobres e explorados deste continente” (COMPANHONI, 2020, p. 10). Segundo ele, nossos problemas sociais têm raízes históricas e somente auxiliando os jovens a ter consciência deste passado desigual é que poderemos formar pessoas que pensem e atuem para buscar soluções para a desigualdade, o racismo e muitas outras mazelas.

Além de tudo isto, cabe ainda ressaltar a importância do surgimento, na última década, de cursos de licenciaturas interculturais indígenas. Estas têm auxiliado estes povos a se instrumentalizar, a apresentar suas culturas e contar suas próprias histórias. A procura por estes cursos também tem nos revelado uma demanda importante de indígenas que se preocupam em se apropriar de elementos/conhecimentos para compreender a sociedade brasileira como um todo a fim de opinar sobre as suas perspectivas acerca do mundo não-indígena e, principalmente, para preparar as suas crianças indígenas para um futuro em meio a esta sociedade e para melhorar a vida dentro das comunidades. É o que afirma o Prof. Dr. Gersem Baniwa:

Nos últimos 30 anos os povos indígenas no Brasil, no meu entendimento, tomaram essa decisão de apostar na educação. E a chegada muito forte à universidade faz parte dessa aposta: escola pode ser um instrumento importante para o presente e para o futuro desses povos, em todos os aspectos, seja para maior interação com o mundo envolvente, com o mundo não indígena de forma mais ampla possível, o que mostra o grande interesse pelo diálogo e por uma convivência, mas também há interesses específicos, como melhorar as condições de vida nas aldeias. (...) o acesso às políticas públicas depende desse domínio cada vez maior do mundo da universidade e do mundo escolar, para melhorar as condições de vida nas aldeias e possibilitar que os indígenas não precisem abandonar suas aldeias e terras para se aventurar nas cidades, como vem acontecendo. Os povos indígenas sempre preferem permanecer em suas aldeias e em seus territórios, desde que as condições de vida sejam melhoradas. (BANIWA in BERGAMASCHI, 2012, p. 137 e 139).

Desta forma é importante refletir sobre que futuro os indígenas poderiam pensar em ter em uma sociedade que coloniza o pensamento dos jovens o tempo todo, negando a existência de seus seres, criando e reproduzindo o tempo todo estereótipos que corroboram para a perpetuação do racismo, do machismo e da desigualdade. Por conta disto estes povos já vêm se organizando a um bom tempo para ocupar os espaços de fala e agora estão se preparando ainda mais para serem ouvidos³⁰.

Toda essa luta por transformação no ensino de história indígena na educação Básica é muito importante, pois, infelizmente, o discurso colonial que inferioriza ainda está muito

³⁰ Um dos instrumentos para esta preparação é a educação escolar indígena. Desde 1991 “os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena.” Sites: <https://www.gov.br/funai/pt-br> e [D0026 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br)

presente nas escolas. É o que nos mostra a professora Patrícia A. Oliveira Farias em sua dissertação do ProfHistória com o título “Representações docentes sobre alunos indígenas e as implicações da lei 11.645/2008”, ao relatar a forma como o corpo docente de sua escola entendia os estudantes indígenas que frequentavam a unidade e a comunidade próxima da qual eles pertenciam.

[...] me efetivando em 2004 como Professora do Ensino Básico II na disciplina de História em uma escola no bairro vizinho ao Jaraguá³¹, onde desde o princípio pude notar relatos de uma comunidade que “se diz indígena, mas que na verdade é uma favela”, onde seus habitantes eram descritos como “gente suja, preguiçosa, um monte de bêbados e acomodados”. Estas visões estereotipadas presentes em nosso cotidiano, que percebem estes povos ou como “selvagens”, “bárbaros”, “sujos” ou como “ingênuos”, “puros” parecem ser continuidades de visões presentes em outros contextos e épocas. (FARIAS, 2019, p.13)

O relato da professora Patrícia nos dá a dimensão do quanto são importantes ações de intervenção nos espaços escolares a fim de implantar a lei e sensibilizar os professores para a trajetória, luta e resistência histórica dos povos indígenas no Brasil. Um país com tamanha pluralidade cultural, mas que ainda tem professores que demonstram grande desconhecimento sobre os povos originários, desconhecimento que, muitas vezes, se traduz em visões preconceituosas em relação ao entendimento de outras formas de ser e viver. É por conta disto que o diálogo sobre e com os povos indígenas torna-se tão relevante.

Este preconceito existente nas escolas e apresentado acima pela professora Patrícia tem levado os docentes a cometerem muitos equívocos ao abordar a temática indígena. Segundo Companhia, a educação que damos na escola não condiz com a realidade histórica e cultural do povo brasileiro, o que fazemos nas salas de aula é europeizar os sujeitos. O autor destaca que:

O que está em questão é a padronização de pensamento e modo de vida que leva, mesmo que inconscientemente, ao desprezo a tudo o que está fora daquilo que foi normatizado. Desta forma, povos indígenas, como os Kaiowá e Guarani, são continuamente discriminados dentro e fora da sala de aula por não partilharem dos mesmos costumes, tempo e história, ditados a partir da Europa. Esta situação se acirra no encontro destas duas visões de mundo... (COMPANHONI, 2020, p. 9).

O professor destaca a padronização e a normatização dos seres humanos, o preconceito advindo desta situação e a grande importância que tem a escola em desconstruir este vício ou o

³¹ Jaraguá é um território na Região Noroeste da cidade de São Paulo. Lá situa-se o Pico do Jaraguá, o ponto mais alto do Município próximo de onde passam as rodovias Bandeirantes e Anhanguera. É neste lugar que estão situadas as aldeias guarani Tekoa Pyau e Tekoa Ytu, na Terra Indígena Jaraguá, “numa área de 17 mil metros quadrados. Além de diminuta para uma terra indígena, o terreno não é adequado para a agricultura. A caça é quase inexistente e o rio próximo está poluído e não tem peixes. A água utilizada na aldeia vem da Sabesp. A situação em que vivem estas comunidades indígenas é precária. Eles enfrentam problemas, preconceitos, falta de dinheiro e recursos...” (MOTTA, 2007, p. 01 - 03). O histórico desses povos é de luta pela manutenção de suas terras e de resistência frente aos desafios de viverem cercados pela megalópole paulista.

problema que ele pode ser ao perpetuá-lo. Neste sentido, é fundamental promover a compreensão de que a nossa história é fruto do movimento de diferentes povos e suas contribuições no tempo. É importante ser crítico em relação ao colonialismo e entender que a história do local em que vivemos, e que nos identificamos, é repleta de pluralidades e não monopólio de apenas alguns grupos hegemônicos.

Também nesta linha, Farias defende a ideia de que a lei 11.645 é fruto de profundas e acirradas discussões promovidas por vários setores da sociedade civil ao longo de anos. No entanto o Brasil, um país marcado pela diversidade social, não tem conseguido, mesmo com a lei, evidenciar esta questão ao longo do Ensino Básico, havendo uma maior promoção da identidade branca/ europeia e um progressivo apagamento da agência indígena.

Já a professora Elizabeth Vieira Macena, em sua dissertação do ProfHistória, “A aplicação da lei 11.645 nas escolas públicas de Ponta Porã subsídios para o Ensino da temática indígena”, destaca que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 apresentam o Brasil como um país multicultural, no entanto, o estudo sobre estas múltiplas culturas, tão necessário para o combate ao preconceito e a discriminação de indígenas e negros, não tem acontecido da forma que deveria. Há um silenciamento sobre a história desses povos. “Essa carência de materiais didáticos resulta da preponderância da colonialidade do saber que, não reconhece os povos negros e indígenas como produtores de conhecimento” (MACENA, 2018, p. 30). Desta forma nega-se toda a experiência e os ensinamentos destes grupos, suas perspectivas sobre o meio em que viveram, suas percepções sobre o mundo. Aprender a trabalhar com os conhecimentos de outras culturas e povos em sala de aula é fundamental para superar esta colonialidade³².

Além disso, segundo aponta Roseli da Cunha Sanches em sua dissertação também do ProfHistória, “Fronteiras Étnicas e educação de indígenas na escola urbana Municipal Júlio Manvailer”:

O direito de todos à educação, aqui compreendida enquanto processo de escolarização, está estabelecido na Constituição brasileira. Entretanto, a escola ainda se caracteriza por ser um lugar onde a inclusão não se efetiva em toda a extensão, reproduzindo o histórico das relações sociais no Brasil. Embora nas últimas décadas tenhamos alcançado grandes conquistas no campo da educação, ainda existem obstáculos a serem superados no sentido de assegurar a plena realização desse direito tão importante. (SANCHES, 2018, p.11)

A autora destaca que todos têm direito à educação, mas as narrativas utilizadas nas escolas não têm contemplado todos os sujeitos. Os conhecimentos relativos aos povos indígenas

³² Pensada inicialmente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, a colonialidade é uma face da modernidade relacionada à criação de uma estrutura de dominação/exploração que parte dos interesses do capitalismo e leva em consideração uma hierarquia racial e sexual. (PAIM, 2016, p.145).

e negros continuam sendo relegados e deixados em segundo plano. Sobre isso a professora Roseli Sanches afirma também que um passo importantíssimo para exercer este direito de inclusão em sua totalidade seria promover junto aos professores uma grande reflexão a ponto de motivá-los a seguir caminhos diferentes dos que estão acostumados a seguir, rever e mudar as suas práticas a fim de criar possibilidades para contemplar, compreender e respeitar as diferenças em sala de aula.

Além disso, Roseli Sanches reflete principalmente sobre a presença de jovens indígenas que frequentam a sua escola em ambiente urbano e que não se veem respeitados e muito menos contemplados nos conteúdos das aulas. Ela nos ajuda a lembrar da questão dos territórios históricos que no passado pertenciam aos povos indígenas e o surgimento de centros urbanos nestas mesmas regiões. Com o passar do tempo e com a colonização destes lugares, a partir da “disputa territorial, os diversos espaços sociais são marcados como sendo ou não lugar de índio, indicando que a reserva indígena é o espaço, hoje diminuto, que lhes cabe” (SANCHES, 2018, p. 11). Sendo assim, o senso comum, pautado na lógica colonial passou a entender que o índio só é índio se estiver na aldeia, fora dela aquele sujeito deixa de ser quem é, perde a sua identidade e os seus direitos. Sobre isso a autora acredita que:

É nesse contexto de disparidades, mas também de possibilidades, que percebemos a presença dos estudantes guarani e kaiowá que vivem nas aldeias de Amambai, Mato Grosso do Sul, e optam por estudar em escolas urbanas. As fronteiras étnicas vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá se refletem na escola. Tem origem nas relações construídas historicamente, que causam grande impacto econômico e cultural entre esses coletivos indígenas. Os Guarani e Kaiowá vivem, na contemporaneidade, as consequências do processo de colonização e da ocupação de seus territórios. (...) O processo de territorialização se expressa de várias formas (...) A ele, os povos indígenas do Brasil e os Kaiowá e Guarani também reagem de diversas formas. A preocupação de territórios e ocupação de espaços de poder tem sido uma das estratégias, da qual a educação escolar é um dos campos. (SANCHES, 2018, p. 11)³³

Sanches nos lembra que a educação escolar sempre foi colonizadora no Brasil e que desde a época do ensino dos jesuítas, seu objetivo era apagar a diferença, proibindo os indígenas de falar a língua materna e de praticar a sua cultura. Mesmo assim, muitas famílias indígenas de hoje preferem colocar os filhos na escola urbana, pois acreditam que o ensino é “melhor”,

³³ A luta dos Guarani-Kaiowá por suas terras é um processo complexo que tem gerado conflitos violentos no sul do Estado do Mato Grosso do Sul em função de inúmeras disputas. De um lado os fazendeiros de olho na valorização das terras da região e de outro os povos indígenas requerendo a reintegração de seus territórios históricos.

Síntese da matéria de Juliene Katayama - G1 - disponível no link: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms-16-06-16.htm>

- Acesso em 20.10.2021 as 10:34h.

no entanto, o que encontram são fronteiras étnicas, hierarquia de conhecimentos, preconceitos e reprodução de estereótipos.

No entanto, na visão de Baniwa os povos indígenas buscam sim nas escolas não-índias elementos para se instrumentalizar e melhorar o presente e o futuro de seus povos. Segundo ele, é urgente desconstruir os preconceitos que foram consolidados ao longo de centenas de anos de colonização, mas, apesar dos problemas, para ele a escola ainda é um “lugar privilegiado e estratégico para reduzir ou eliminar a intolerância, o preconceito, a discriminação e o racismo entre pessoas e povos” (BANIWA in BERGAMASCHI, 2012, p. 141). Mas Baniwa também defende uma educação diferenciada para os povos indígenas, pois, segundo ele:

A escola hoje pretendida pelos povos indígenas é isso, que a escola indígena respeite e valorize também os conhecimentos e as culturas indígenas. Não está em discussão a importância do acesso aos conhecimentos da escola tradicional, o que se quer é a valorização dos dois saberes, indígena e não indígena, no mesmo nível de importância. (BANIWA in BERGAMASCHI, 2012, p. 128)

Sobre estereótipos e generalizações a professora Carla Cristina Bernardino Ramos, em sua dissertação também do ProfHistória “Presença Indígena em Araruama: Patrimônio e Ensino de História”, nos aponta o problema da reprodução do termo “índio” nas escolas, por conta de este ser um símbolo da suposta submissão indígena aos projetos colonialistas. Segundo ela: “A naturalização da dicotomia ‘branco’ e ‘índio’, acaba por simplificar a diversidade de histórias produzidas pelas populações indígenas, reduzindo suas ações a movimentos de aceitação ou de reação aos processos de imposição social, político, econômico e cultural dos europeus” (RAMOS, 2016, p.10). Este processo de simplificação também aparece na escola, onde todo o foco acaba sendo a conquista e o contato, não dando o protagonismo necessário aos diversos povos indígenas, diversidade que muitas vezes nem é considerada, e desconsiderando sua atuação no processo histórico.

Diante de tudo isto, percebemos que o que tem faltado nas escolas é uma tomada de consciência em relação a importância dos povos indígenas na história do país. Foram eles, os povos originários destas terras, que ensinaram os que vieram de fora sobre as coisas daqui. Nomearam tudo, transmitiram sua sabedoria sobre como viver neste território. No entanto as suas contribuições não foram valorizadas no passado e ainda não são no presente. As suas terras ancestrais, tão fundamentais para a manutenção de sua cultura e de seu modo de ser, foram majoritariamente tomadas.

Infelizmente, nas escolas de hoje e em todos os lugares, narrativas e memórias hegemônicas eurocêntricas continuam sendo perpetuadas em detrimento de perspectivas diferenciadas sobre o mundo e a natureza. Perdemos sempre ao não reconhecermos a

pluralidade humana e os seus diferentes saberes. Nossos currículos escolares estão centrados no conhecimento do colonizador, por isso não colaboram para superar a intolerância e o racismo.

Em função de tudo isto é necessário que as redes de ensino promovam mudanças significativas para transformar esta realidade. Mas se as redes não tiverem esta iniciativa, uma vez que nem sempre existe a preocupação em respeitar leis que beneficiem as minorias, que os próprios professores/as promovam estas mudanças em suas salas de aula. Neste sentido, cabe pensar em alternativas para realizar uma educação histórica que possibilite o diálogo sobre e com os povos indígenas. Esta seria uma boa forma de criar um sentimento de respeito, empatia e até identidade, ao mesmo tempo em que a alteridade seria também destacada. Sobre esta questão a professora Carla Cristina B. Ramos nos alerta e acrescenta que:

Identidade e alteridade são construídas e reconstruídas de maneira relacional. No momento em que se define quem é o outro, as diferenciações são criadas. Ao mesmo tempo em que a identificação acontece, há a seleção, a classificação e uma “normalização” que é responsável por hierarquizar os indivíduos, definindo o que seja aceitável/visível e o que não é aceitável/invisível no conjunto de padrões representativos dos sujeitos sociais em determinado contexto. (RAMOS, 2016, p.10)

Neste debate sobre os problemas e dilemas em se tentar criar sentimentos identitários nas escolas sempre é importante alertar sobre os riscos de homogeneizar culturas e povos tornando-os genéricos e de diferenciá-los em demasiado mantendo a hierarquização. Percebemos que apesar destas armadilhas pedagógicas realmente existirem, tentativas devem ser feitas na busca de aumentar o conhecimento dos estudantes sobre a história e a cultura destes povos, afinal “não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece” (BANIWA in BERGAMASCHI, 2012, p. 141).

Também sobre a questão da identidade a professora Thais Elisa Silva da Silveira, em sua dissertação do ProfHistória, “Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e ensino de História na região metropolitana do Rio de Janeiro”, nos diz que:

Os modelos explicativos utilizados pela sociedade em geral para entender a população indígena dificultam a compreensão da legitimidade da diferença e das transformações culturais pelas quais estes povos passaram ao longo de cinco séculos. É muito comum um tipo de pensamento que entende que cada povo possui uma cultura que o caracteriza e diferencia dos outros. A partir desta lógica, acredita-se também que esta cultura é o pilar definidor da identidade. Quando a cultura se modifica, por motivos diversos, estes povos se tornam estátuas de mármore deformadas ou quebradas, perdendo para sempre a estrutura do que os definiam. (SILVEIRA, 2016, p. 17)

Neste trecho a professora alerta para outro perigo, o de imaginarmos que os povos indígenas se identificam apenas com suas diferentes culturas e que estas são estáticas, então

aqueles indígenas que não vivem nas aldeias ou que se transformaram no contato, porque a cultura é sempre dinâmica no seu processo de transformação, deixam de ser indígenas por viverem em um contexto urbano. Thais lembra ainda que os modelos de civilidade impostos por narrativas colonizadoras reduzem os povos indígenas a invisibilidade, de tal forma que toda a sua subjetividade é incompreendida e apagada, impedindo que as pessoas percebam as transformações e adequações pelas quais tiveram que passar para resistir e sobreviver. Apesar das mudanças culturais que sofreram ao longo dos anos, os povos indígenas, em meio a suas diferenças, conseguiram também conservar suas identidades. Mais do que isso, diante da manutenção e até intensificação de ataques, esses povos passaram a exigir seus direitos, a se reafirmar e a se manifestar em diversos espaços.

Por isso percebemos a necessidade de se criar um sentimento identitário em nossos estudantes que passe pela aceitação de todos os grupos étnicos que compõem e que construíram o Brasil. A ancestralidade do brasileiro é mais indígena e negra do que branca. Para nos identificarmos com esses sujeitos precisamos conhecê-los, entender seus modos de vida, sua tradição, ouvir o que eles têm a nos dizer, enfim, conhecer sua história e cultura.

3 A escola como espaço para disputas narrativas: os povos indígenas como protagonistas na História

3.1 Narrativas históricas e narrativas indígenas na educação

A transmissão de conhecimento de geração em geração fez com que nós chegássemos ao século 21 com o número de 305 povos e aproximadamente 180 idiomas falados. Então, tem um sistema de mundo que inclui um modo de pensar a vida e a educação.

<https://lunetas.com.br/ailton-krenak/>

A história é escrita por pessoas, os historiadores. Cada um em seu tempo, pautados em suas culturas e vivências, escolhem seus campos de estudo e “diferem, não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica” (BURKE, 1992, p.332). Assim, existem maneiras diferentes de narrar os eventos, escolhas teórico-metodológicas a serem feitas, um grande número de perspectivas e possibilidades de perceber o passado. Cada historiador tem um propósito, uma intencionalidade com o seu discurso.

Esta reflexão desencadeada pelo historiador Peter Burke, sobre a diversidade de interpretações e estilos textuais que compõem a escrita da história, nos faz pensar sobre como seria escrever uma história diferente sobre os povos indígenas. Pensamos que, neste momento, se faz necessário refletir sobre qual seria a melhor abordagem, os elementos de sensibilização, descrição e estilo, fugindo de armadilhas e equívocos, a fim de garantir uma narrativa que possibilite um protagonismo para estes povos.

Segundo Ana Maria Monteiro (2012), as interpretações e os posicionamentos de quem analisa as fontes também são fatores importantes a serem levados em conta no processo de construção da escrita da história. O tempo presente, com suas complexidades e suas particularidades, também se reflete no momento de produzir novas narrativas.

Uma escrita que implica uma criação a partir do posicionamento do historiador, com base em suas referências culturais, históricas e políticas, e que se expressa numa narrativa histórica, produto de atribuição de sentidos pelo historiador aos fatos estudados. (MONTEIRO, 2012)

Neste sentido, Ana Maria Monteiro (2012) dialogando com Koselleck nos fala da narrativa como um “espaço de experiências”, onde quem escreve pode trazer ao seu tempo muitas possibilidades com o “estudo em outro tempo” objetivando a humanização a partir de

uma conversa entre as gerações, “um agir sobre o presente: um horizonte de expectativas de diferentes tempos em diálogo gerador de sentidos”.

Pensamento histórico que se desenvolve na busca de compreender e atribuir sentido às ações humanas e, assim, humanizá-las, além de produzir conhecimento histórico – uma historiografia – que tem na relação entre presente e passado um aspecto central para a possibilidade de sua produção. (MONTEIRO, 2012)

Também Rüsen (2011) fala que é necessário reconstruir as narrativas do passado, de forma que ganhem sentido para quem se depara com elas. Assim, a escrita e o ensino de história, podem atuar a serviço da vida quando resignificam o passado, projetando essas experiências ao tempo presente, criando nexos e metas de ação possibilitando perspectivas de futuro.

(...) quando inserida no contexto de orientação da vida prática, a explicação histórica torna-se simultaneamente mais aberta ao futuro. Assim formatada, a explicação histórica abre espaço para o aparecimento de metas do agir que não mais estão conectadas a uma representação teleológica do curso da história, prendendo-se agora com o caráter interpretativo e significativo (be-deutenden) das metas da ação. (RÜSEN, 2011)

Neste sentido, é fundamental que a produção de uma narrativa histórica nova que pretenda superar os sentidos dantes cristalizados sobre os povos indígenas parta das “metas de ação” dos próprios povos, representados por seus líderes e intelectuais, inclusive intelectuais do campo historiográfico. Além disso, é fundamental o diálogo com os sujeitos em estudo no presente a fim de compreender as dinâmicas culturais e as resistências indígenas na conservação e resignificação do que Krenak chama de “sistema mundo”. Para o historiador indígena Casé Angatu Xukuru Tupinambá³⁴:

(...) acreditamos na necessidade do diálogo entre o ensino das Histórias e Culturas Indígenas, bem como na produção de conhecimentos acadêmicos com os saberes originários ancestrais presentes nas linguagens indígenas atuais. Diálogo esse capaz de enfrentar o descompasso entre as histórias escritas e lecionadas e as linguagens indígenas portadoras de memórias que consideramos fundamentais para a aplicação da Lei 11.645/2008. (ANGATU, 2015, p. 184)³⁵

³⁴ Tupinambá é a denominação de um grande grupo indígena que habitava o litoral brasileiro da Bahia até o Rio de Janeiro na época da colonização. Tiveram grande protagonismo em episódios históricos coloniais promovidos pelo contato com os europeus. Inicialmente receberam bem os portugueses, mas deixaram de apoiá-los por conta das doenças, escravizações e traições. Em virtude de seus rituais antropofágicos foram estigmatizados, mas também se tornaram personagens recorrentes nas narrativas europeias criando um grande imaginário sobre a América. No entanto, famosos por serem grandes guerreiros, empreenderam combates junto e contra os portugueses e contra outros povos indígenas, em momentos diferentes da história, movidos por suas próprias intenções. Hoje são conhecidos como Tupinambás de Olivença e vivem no Sul do Bahia.

³⁵ SANTOS, Carlos José Ferreira dos (Casé Angatu) – “Histórias e Culturas Indígenas” - Alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: De qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? Revista História e

Este tipo de narrativa, que valoriza os saberes dos povos indígenas e persegue a sua compreensão, é fundamental na educação. No ensino de história indígena esta proposta possibilita que nos afastemos de conteúdos engessados e sem sentido. Nos leva a compreender a importância de promover reflexões que sejam significativas a todos os educandos, construindo alternativas de futuro para todos os sujeitos. Para chegar a isto é importante também que os professores problematizem as narrativas hegemônicas eurocêntricas, revisitem, reinterpretem e atribuam, junto aos discentes, novos sentidos para o passado no presente. Abordar questões que façam os estudantes se identificarem, se sensibilizarem e quererem buscar a transformação. Levá-los a ouvir a voz das minorias que foram sistematicamente estereotipadas pela história tradicional colonizadora pode construir um futuro em que as pessoas se importem mais com a vida de todos.

Neste sentido, Durval de Albuquerque Jr. também orienta para a necessidade de questionarmos “o poder, a exploração e a dominação” através da escrita e do ensino da história, apontando a importância da reflexão e denúncia de todas as formas de “escravidão, de repressão, de vigilância, de disciplina e controle”. Apresenta a importância de uma história que tenha a liberdade como uma meta. Em relação a isso ele defende que:

(...) a história tem hoje a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemorações e efemérides. (...) afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras mal feitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado. (ALBUQUERQUE JR., 2012).

Albuquerque Jr. refere-se às narrativas enviesadas, como as que encontramos nos principais livros sobre a história de São José. Discursos oficiais que, quando não invisibilizam, estigmatizam e generalizam os povos indígenas. É necessário então fazer defeitos nestas memórias, fazê-las errarem o seu objetivo de dominação, fazendo novas perguntas às fontes, atribuindo-lhes novos sentidos e construindo uma nova narrativa.

Mas qual seria a melhor maneira de ensinar, explicar ou narrar a história indígena? Sabemos, por estudos apresentados anteriormente, que a escolha de um caminho narrativo inadequado nas aulas de história pode ter sérias consequências sociais. Muitos estereótipos

sobre indígenas e populações de origem africana têm se mantido vivos entre a população brasileira e a escola tem uma parcela de responsabilidade neste quesito, por conta de não fazer a reflexão de seu papel no projeto civilizador e continuar trilhando caminhos equivocados na tratativa das histórias destes povos. A escola ainda relembra, reforça e, por vezes, até ensina crianças e jovens a serem preconceituosos quando generaliza os povos e valoriza padrões de ser da cultura branca em detrimento aos modos de vida indígenas. Sabemos que não é só a escola que educa, existem muitos outros estímulos na família, nas igrejas, nas mídias... A sociedade é racista e os professores fazem parte dela, mas a escola perde muitas vezes a oportunidade de fazer o contraponto e atuar para a mudança na construção de uma sociedade mais plural. Segundo Edson Kayapó, historiador indígena, faz-se necessário que “professores, alunos e demais agentes das escolas problematizem e se apropriem dos conhecimentos sobre o tema, tornando-se produtores e protagonistas da produção de outras histórias que avancem contra a versão dominante”. (KAYAPÓ, 2014, p. 64)

Ainda segundo Kayapó, nas últimas décadas diversos estudos “produziram perspectivas historiográficas que auxiliaram na revisão da história oficial, no sentido de introduzir os povos indígenas na história, dando-lhes audibilidade e visibilidade” (p. 47). Portanto, a narrativa do extermínio e de lugar dos indígenas apenas no passado está ultrapassada. Ao mencionar as contribuições de E. P. Thompson para a historiografia ao considerar a historicidade da cultura, Maria Regina Celestino de Almeida destaca que, segundo ele, “a cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, que deve ser apreendido como um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências” (ALMEIDA, 2013, p. 22). Assim, Almeida nos mostra que os povos indígenas que foram interpretados pelos colonizadores desde o início da colonização como passíveis de serem transformados em bons cristãos e embranquecidos para assim desaparecerem, podem até ter passado a agir de forma diferente ocasionalmente, conforme as imposições colonizatórias, mas o sentido que estas pessoas davam as novas ações e hábitos ao “mudarem”, não era o mesmo que tinham os europeus.

Sendo assim, mesmo modificando alguns de seus hábitos tradicionais para poder se relacionar e conviver com os não-índios, os indígenas não deixaram de ser quem eram. Sobre isso Kayapó nos diz que: a “percepção dos indivíduos e grupos indígenas como passivos, vitimados por uma relação de dominação que não deixou margens para nenhum tipo de reação ou inovação” desconsidera a cultura como um produto flexível da história. Segundo ele, “os povos indígenas podem ser visualizados como agentes ativos nos processos de contatos com os

não-índios”, o que significa que os indígenas se apropriaram de elementos da cultura ocidental para se fortalecer na nova realidade pós-contato. (KAYAPÓ, 2014, p. 51 e 52).

Ou seja, esta é uma nova forma de perceber os povos indígenas, é uma nova narrativa da história, que agora trata os povos indígenas como sujeitos importantes, uma história em que apresenta estes povos com um lugar no processo, um lugar de planejar estratégias de sobrevivência e resistência, onde os povos não aparecem somente como vítimas, mas também como protagonistas. Esta é a narrativa da Nova História Indígena, Maria Regina Celestino de Almeida, John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e outros, que visa redimensionar o papel dos indígenas na história.

Como exposto anteriormente, tanto nas diretrizes, quanto nas análises acadêmicas é fundamental que o ensino de história indígena almeje propiciar aos estudantes momentos de escuta e de ensinamentos advindos destes sujeitos. Ouvir, contemplar e compreender a cultura e a história dos povos originários, partindo de sua própria perspectiva, garante que o estudante se conecte mais com estes grupos, sentindo que eles estão no presente, que fazem parte de nossa sociedade e que tem muito a nos ensinar.

Aprender sobre história indígena contada por eles pode colocar em xeque, relativizar a história colonizadora e os interesses capitalistas de diversos grupos ao nos ensinar que existem outras maneiras de entender e se relacionar com o meio ambiente, que é possível superar os preconceitos e reivindicar direitos e respeito em nossa sociedade. Os educandos podem perceber que eles têm escolhas a fazer para o futuro, que a cultura não é rígida e que histórias diferentes podem ser escritas.

Narrativas protagonizadas por indígenas nos levam a pensar em novas possibilidades discursivas que traduzem a pluralidade e resultem em uma aproximação urgente dos jovens com os diferentes povos indígenas. Esta estratégia contribui efetivamente para o desenvolvimento de empatia e, conseqüentemente, para a diminuição do racismo. Mortari e Wittmann (2019), citando autores pós-coloniais e decoloniais, afirmam que

As narrativas africanas e indígenas evidenciam experiências, visões e formas de ser, estar, viver no mundo e, portanto, expressam dinâmicas, histórias, lutas e memórias de grupos diversos, contribuindo para a ampliação do conhecimento e para a dignidade humana ((MORTARI E WITTMANN, 2019, p. 16).

Os indígenas que falam e apresentam suas narrativas no presente demonstram sua luta ancestral pelos territórios históricos onde seus antepassados foram enterrados. Suas ações refutam os estereótipos do extermínio e de seres pretéritos. Eles vêm contar uma outra história, apresentar suas trajetórias e expor suas resistências. Quando um indígena fala, conta a sua

história, deixa de ser colonizado, subalternizado e se transforma em um sujeito de ação, ele se torna uma fonte nova que muda o passado negligente e o presente omissivo da historiografia colonizadora. É o que demonstra o antropólogo Gersen Baniwa na fala abaixo:

A cultura colonial não aceita de forma alguma que até hoje não há sinais de superação dos povos originários. O indígena é considerado um ser inassimilável pela cultura dominante. Aquele que não adere, que não se entrega. Por isso, indesejável. Nesse sentido, o modo de vida dos indígenas, se não servir como alternativa, ao menos é outra forma de viver. (BANIWA, 2017)³⁶

Esta atribuição de novos sentidos e percepções deve ser destacada aqui como essencial ao ensino da História Indígena. Para revelar aos educandos novas perspectivas se faz necessário um giro em relação a quem conta a história, o que significa refazer os caminhos em busca de outras trajetórias, ressignificar todo o conhecimento perpassado pelo colonizador, o qual tem sido imposto e ao qual nós fomos expostos desde sempre. Precisamos nos dispor a ouvir os que nunca foram ouvidos. É o que defende o grupo decolonialidade que sugere que para superarmos as injustiças, as violências e as omissões históricas invertamos a lógica colonial e nos colocamos em um lugar de escuta, a fim de ouvir todos os sujeitos a muito silenciados. Estes indivíduos em seus “locus de enunciação” podem então nos contar sobre suas próprias existências, nos ensinar seus saberes e experiências. É o que fez o pesquisador guarani, Ismael de Souza ao nos mostrar a importância das Opy, nas aldeias guarani, para a transmissão dos conhecimentos. Segundo ele, para os guarani:

(...) a principal forma de repassar o conhecimento, não importa o dialeto, é através da oralidade. O lugar de ensinar é principalmente na opy. A casa de reza é o centro da cultura guarani, o lugar mais sagrado que existe, onde se escuta, se aprende e se ensina. (SOUZA, 2020 APUD GOTTER, 2021, p. 56)

Estes depoimentos possibilitam o “alargamento das formas narrativas” e apontam “um caminho importante para a construção da diversidade praticada, rumo ao que poderíamos chamar de equilíbrio das histórias”. (ACHEBE, 2013 apud MORTARI E WITTMANN, 2019, p.23). Sobre isso Mortari e Wittmann, acrescentam que desta forma as populações podem se libertar de amarras determinadas por narrativas do passado e acrescentam:

O processo de geração de empatia, durante a absorção de uma história, acontece quando a narrativa nos transporta para o mundo da personagem, fazendo com que nos identifiquemos com ela, com seu grupo, com suas lutas. (MORTARI E WITTMANN, 2019, p. 23).

³⁶ Trecho da palestra de Gersen Baniwa no III Congresso Internacional Formação em Educação Intercultural e Práticas de Descolonização na América Latina, ocorrido em julho de 2017 na Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/99084-e-preciso-superar-a-epistemologia-colonial-diz-gersem-baniwa> Acesso em 10.06.2021 às 19h.

Posto isto, ensinar a partir das narrativas dos povos indígenas é fundamental para que os estudantes entendam que todos os ataques contra estes povos e suas culturas fazem parte de um projeto de “desenvolvimento” que põe em risco toda a humanidade. Este é um debate com um ponto em comum que aproxima os povos indígenas de outros grupos humanos e, assim, auxilia na “constatação de que, apesar de organizarem suas existências em outras lógicas, trata-se de povos de carne e osso, não mais idealizados como personagens de ficção romântica do passado”. (KAYAPÓ, 2014, p. 58). Essa seria uma ótima maneira de fazer os jovens identificarem nos indígenas elementos que eles admiram, gerando encantamento. Desta forma, perceberiam que são diferentes pela cultura e modo de vida, mas iguais por serem seres humanos com qualidades e defeitos. Todos fruto do processo histórico da colonização, processos de imposição e de adequação, conflitos e resistências.

É neste sentido que analisar e problematizar as narrativas dos colonizadores europeus do território josefense sobre os povos indígenas que viviam nestas terras se torna tão importante, pois além de destacar sua presença na história, também cria a oportunidade de relativizar a visão de que os indígenas são seres perfeitos, “bons selvagens”, que pertencem apenas a um passado imutável, retirando-lhes a condição de seres humanos com subjetividades, resistências e capacidade de se transformar diante das adversidades. Ouvir o que os povos indígenas têm a dizer neste momento é fundamental.

Aqui no município de São José estas novas narrativas históricas sobre os povos indígenas ainda não são frequentes. Entender, problematizar e valorizar a presença indígena no passado e no presente ainda não tem sido prioridade na política educacional municipal. Na verdade, esta é uma realidade distante, pois, nos últimos anos, as administrações municipais não têm concentrado esforços em iniciativas que demonstrem preocupação em abordar de forma mais eficaz o conteúdo da lei e de sua diretriz. Houve a realização de algumas poucas ações, mas, de forma geral, permanece silenciando sobre a participação indígena no seu processo histórico e, principalmente, sobre a sua presença na atualidade.

3.2 O que os indígenas da região mais próxima a São José têm a nos dizer sobre o assunto

O documentário “**Morro dos Cavalos: Terra guarani!**”, produzido pela organização indígena dos povos Guarani no Brasil denominada Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), foi publicado no YouTube, em 27 de maio de 2015.³⁷ Este material é uma fonte importante da presença histórica guarani em São José, uma vez que apresenta imagens e narrativas importantes que remetem às reivindicações originárias deste povo na região. Este vídeo destaca a presença guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando-os protagonistas de sua própria história. No vídeo os guaranis têm a oportunidade de mostrarem que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado.

A montagem, pensada e executada por indígenas, divide o documentário em quatro partes. A primeira delas, intitulada “Morro dos Cavalos – Terra Guarani!”, sensibiliza e informa o espectador sobre o contexto em que se desenrola o problema central, ou seja, a contestação de vários setores sociais ao direito guarani à esta terra e a resistência à permanência deles na região. A segunda parte, com o título “A luta pela demarcação”, se refere à apresentação de argumentos e fontes históricas (fotografias, mapas e relatórios) para comprovar o direito dos guarani à terra. A terceira parte, “A ofensiva midiática”, relata as disputas narrativas e os ataques da mídia e do governo do Estado contra a comunidade guarani do Morro dos Cavalos. A quarta parte, “A duplicação da BR 101”, esclarece as tentativas de diálogo, por parte dos indígenas, na busca de uma solução razoável para o “problema da rodovia BR 101” (para os guarani o “problema” não é a sua presença na região). A quinta e última parte do vídeo, intitulada “Ataques à demarcação”, refere-se ao relato das conquistas obtidas por este povo e os frequentes ataques promovidos a cada avanço alcançado pela comunidade. Destacam-se os processos judiciais contra a demarcação, face à resistência guarani na manutenção de seu modo de vida em sua terra ancestral.

³⁷ Esta comissão é formada por coletivos guaranis do Sul e Sudeste e atua na luta pela terra. Fundada entre 2006 e 2007, tem promovido ações para a defesa dos interesses guarani, nos processos de demarcação de terras indígenas. Segundo a entidade: “Atualmente, existem mais de 600 ações judiciais em que se disputa a permanência das comunidades em terras nas regiões abrangidas pela CGY.”

Informações obtidas no site <http://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/> - acessado em 13/06/2021.

Nesta linha, o documentário torna-se um instrumento que atua na denúncia das ameaças sofridas, o que para Didi-Huberman (2018) poderia significar um “abrir os olhos”, a fim de provocar a indignação humana diante da injustiça mostrada e narrada, uma “prova visual” da relação ancestral dos guarani com a terra, um recurso de sensibilização para dar uma “lição de humanidade”. Estes objetivos podem ser percebidos ao longo do vídeo, que já inicia com uma mensagem importante: em uma tela escura o título “Morro dos Cavalos – Terra Guarani”, seguido de uma imagem panorâmica da região, é apresentado ao som de um caminhão em alta velocidade, uma referência à BR 101. A rodovia, seu fluxo intenso de veículos e seus ruídos, evidenciados em muitas cenas, despertam sentimentos de angústia nos que percebem a ameaça que esta representa à presença indígena, principalmente às crianças guarani que brincam em seu entorno. Esta ameaça pode ser interpretada de várias formas: ameaça à vida, ameaça à tradição, ameaça ao meio ambiente, à ancestralidade, e principalmente à permanência indígena em sua terra tradicional, tema central e objeto de denúncia do audiovisual.

Aqui vale um parênteses para destacar que, segundo Wittmann e Brighenti (Atlas, 2019), grupos de origem Guarani começaram a ocupar a costa de Santa Catarina a mais de um milênio. Sabemos disto por conta dos estudos arqueológicos que vem a tempos juntando elementos para desvendar informações sobre a presença indígena no estado. As “datações mais antigas estão entre os anos 930 e 980 em Imbituba” (BRIGHENTI E WITTMANN, 2019, p. 40). Uma presença duradoura, uma ocupação efetiva de longa duração, e, como resultado, hoje lhes restam apenas 0,8 % de todo o território catarinense.

Voltando ao vídeo, na sequência, um ancião guarani observa à sua frente o movimento da rodovia e uma retroescavadeira que aguarda o momento da construção de mais uma faixa. Que futuro ele poderia vislumbrar para a sua gente? Na cena subsequente se vê uma pequena parte da aldeia, do outro lado da rodovia. O povo guarani atravessado pela dita "civilidade", por muitos desconsiderado e impactado violentamente pelo avanço do “progresso”.

É o que narram Hyral e Eunice, lideranças guarani, enquanto passam as imagens. Denunciam o problema da demarcação das terras indígenas, fruto do preconceito social, da especulação imobiliária e dos entraves criados pelo poder público. Vale destacar que o Estado brasileiro, de 2015 (época em que o documentário foi produzido) para cá, tem intensificado os ataques aos direitos indígenas, dando sequência ao projeto colonizatório que promove a exploração da terra, de todos os recursos naturais e usurpa os territórios dos povos originários. Marcos Moreira, guarani, em seu TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul

da Mata Atlântica, define para nós a importância que os guarani vêm em seus territórios. Segundo ele:

Quando se fala do território guarani, estamos falando de espaço, tempo, convivência, terra, animais, plantas medicinais, deuses e da crença, ou melhor o nosso yvy rupa (território ou berço da terra), tudo junto. O filho de NHANDERU o NHAMANDU que criou o povo guarani que deu o ARANDUA (sabedoria e conhecimento) para que pudesse até hoje praticar o NHANDE REKO (nosso sistema), desde o significado de ocupação territorial de ter o respeito e manejo sobre a natureza. (MOREIRA, 2015, p. 14)

Moreira ainda destaca que as “antigas aldeias e atuais estão por onde nossos antepassados sonharam”. Ele se refere a lugares escolhidos/revelados por Nhanderu³⁸ para que neles pudessem viver, rezar, reverenciar e praticar sua cultura ancestral. Entendo que deve ser algo como este sonho que é revelado no documentário, logo após a apresentação do problema. A imagem de uma queda d’água, o som da correnteza, as cenas da floresta nos dão a ideia do que se passa no interior da terra indígena e aos poucos vamos nos conectando com o ambiente e as perspectivas guarani. É a imagem do mundo guarani, o seu ponto de vista e o seu modo de viver.

Na segunda parte, “A luta pela demarcação”, seu Adão, caminha por uma trilha dentro da terra indígena, ele, a testemunha, percorre os caminhos da sua lembrança, o que ele viu e viveu, e conta que foi para a aldeia para ser um professor. Ele fala dos relatórios que foram feitos na época em que chegou na aldeia. Estes embasaram o processo de demarcação das terras. Enquanto ele narra, imagens fotográficas são exibidas: a baía da enseada, a construção da escola da aldeia, moradores indígenas antigos na floresta ou na frente de suas casas... Seu Adão afirma que os guarani já viviam na região antes da construção da BR 101. Uma mulher guarani, com as unhas pintadas de vermelho, apresenta fotos de seus ancestrais vivendo nas terras há muito tempo e conta histórias de sua infância, em uma época em que a rodovia federal não passava por ali. Estes relatos são interrompidos pelo canto do coral das crianças guarani na Opy, a casa de rezas, onde se mantém a fogueira sempre acesa. O fogo é sagrado para os guarani. Segundo Ismael de Souza, pesquisador guarani,

É muito fácil dizer apenas casa de reza, pois a opy tem um significado bem maior. Não é apenas uma “casa”, que serve apenas para nos abrigar. É a partir da opy que se ergue uma aldeia, que se aprende todas as coisas. Antigamente tudo era aprendido dentro dela, pois era ali que eram passados todos os ensinamentos e também as pessoas saíam formadas para a vida. (SOUZA, 2020 APUD GOTtert, 2021, p. 56)

³⁸ Nhanderu Ru Etê é o primeiro deus que existiu. Ele fez o mundo e criou outros deuses que também são nhanderus. Fonte: <https://historiaculturaguarani.org/quem-sao-os-deuses-guarani-mbya/>

O vídeo documentário guarani segue com imagens dos indígenas nas trilhas em meio à floresta, a paisagem vista por quem vive lá. Vale destacar que as imagens deste documentário rompem com imaginários estereotipados sobre os indígenas ao apresentá-los mudados pelo tempo e pelo contato, utilizando recursos tecnológicos como a fotografia, adotando a vestimenta ocidental (todos estão vestidos), brincando de skate (criança no início do vídeo), pintando as unhas de vermelho.

Seu Adão segue contando sobre o interesse da comunidade em demarcar a terra e do papel da FUNAI que enviou antropólogos até a aldeia para fazer um estudo mais aprofundado sobre as origens da comunidade. Este estudo culminou em um relatório que reconheceu a região do Morro dos Cavalos como Terra Indígena. Este documento foi publicado pela FUNAI em 17 de novembro de 2002. Seguem, no vídeo, imagens comprobatórias da existência do relatório, mapas genealógicos, listas de presença e fotos das reuniões, imagem de desenhos e manuscritos em cima de um mapa do relevo da região com informações sobre o cotidiano guarani no lugar. Em 2008, o Ministério da Justiça reconheceu a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Imagens dos documentos oficiais são apresentadas para legitimar a posse destas terras. Uma vitória!

Na terceira parte do documentário, intitulada “A ofensiva midiática”, seu Adão fala das contestações e narrativas contrárias à presença indígena na região, sendo a Revista Veja a primeira a iniciar os ataques. Ele diz que a revista alegava que os guarani que moravam na região eram indígenas do Paraguai. Apesar de todas as evidências da longa presença guarani na região, os veículos de imprensa (inicialmente a Revista Veja e posteriormente o jornal Diário Catarinense), a serviço das elites catarinenses, continuavam a empreender ataques a fim de desqualificar e impedir o acesso dos guarani aos seus direitos originários. A imagem da matéria publicada é apresentada na sequência do audiovisual. Historicamente, sempre que grupos indígenas se opunham ou ameaçavam os projetos colonizadores ou sempre que algum território ocupado por indígenas despertava o interesse de grupos econômicos detentores de poder, os indígenas eram aldeados, removidos e expulsos de seus territórios. Mesmo com a constituição de 1988, através da qual estes povos passaram a ter direito a diversidade, a autogestão e ao usufruto de terras demarcadas pelo Estado, os ataques e tentativas de usurpação não cessaram e demonstram o grande racismo que persiste em nossa sociedade e que conserva a sua dominação colonial.

Por conta dos ataques sofridos, o documentário procura apresentar elementos que comprovem a conexão ancestral das pessoas da aldeia com a localidade, por isso são interessantes os relatos, as fotos e documentos apresentados para provar a sua presença na

região. Com isso, fazem um esforço para demonstrar que não são seres que ficaram no passado, que têm história e que não são invisíveis. Também demonstram ter se apropriado dos códigos não-indígenas e de suas tecnologias, mostrando que mudaram, que tiveram que se reinventar e se adaptar à vida na sociedade colonizada, embora tenham mantido muitas de suas práticas.

Na sequência, Hyral guarani, da aldeia M'byá de São Miguel, e Eunice Antunes, do Morro dos Cavalos, falam dos relatos da liderança indígena Srº Milton Moreira³⁹. Achrom estranho seu depoimento dado à mídia, de que os guarani que vivem no Morro dos Cavalos não são “brasileiros”. Eunice comenta que provavelmente ele foi pressionado. Ela destaca que a versão guarani, a “versão verdadeira” nunca foi ouvida. Quando os indígenas tentavam falar as autoridades “viravam as costas” e os indígenas eram silenciados.

Na parte intitulada “A duplicação da BR 101”, Eunice conta que a proposta da construção de um túnel, por baixo do Morro para desativar a atual rodovia, não avançou e que existem três processos judiciais contra a demarcação da Aldeia Morro dos Cavalos. Na última parte do documentário, “Ataques à demarcação”, Eunice lamenta as dificuldades que sofrem as populações indígenas para obter respeito a suas práticas culturais e aos seus direitos ancestrais. Segundo ela: “Quando a gente dá um passo de conquista a gente tem que estar preparado, porque já vem um bombardeio logo atrás.” O documentário termina ao som do canto guarani, com a informação de que a justiça julgou um dos processos de forma favorável aos indígenas, eliminando qualquer suspeita de fraude no relatório de demarcação. Restavam ainda mais dois processos. Ao final, Eunice caminha em uma trilha da aldeia com seu companheiro, na sequência imagens de guaranis vivendo na terra a que pertencem.

Ao analisarmos o documentário como um todo, percebemos que existe uma tensão entre o progresso não-indígena do mundo dito civilizado (representado pelas imagens das máquinas, e da rodovia ao som angustiante dos veículos pesados que por ali trafegam) e o ambiente natural dos guarani (representado pelas cenas das montanhas, das árvores e dos pequenos seres da floresta, ao som da água corrente na cachoeira e do canto). Esta linguagem dicotômica é utilizada para destacar a alteridade. Ser diferente, ter valores e hábitos que fogem, em alguma medida, ao que é imposto pelo mundo do capital não significa ser pior, ser selvagem, primitivo. Neste sentido, os guarani utilizam um recurso narrativo que enfatiza a preservação face a destruição do ambiente natural do qual os guarani se entendem pertencentes. Desta forma o vídeo guarani consegue inverter a lógica colonial de produções fílmicas carregadas de ideias

³⁹ Milton Moreira viveu por um tempo no Morro dos Cavalos e participou das reuniões que deram origem ao relatório que possibilitou a demarcação das terras.

pré-concebidas. Isto acontece ao propor, por meio da leitura das imagens, que a “barbárie” está naquele que desconsidera a legitimidade do modo de vida guarani, que ameaça a sua existência ao promover a tomada de suas terras ancestrais sagradas. Vale lembrar que os indígenas não têm a posse das terras em que habitam, mas sim seu usufruto e são estas terras as mais preservadas o que beneficia os brasileiros e toda a humanidade. Segundo o Prof. Dr. Casé Angatu Xuruku Tupinambá:

Nós enxergamos a natureza não como algo a ser explorado, mas algo a ser vivenciado e protegido. Isso, em si, já antimercadológico, anticapitalista e, de certa forma, antiestatal, porque os Estados pregam um desenvolvimentismo que vai para cima de nossos territórios.⁴⁰

Este modelo de olhar documental e a narrativa do vídeo “Morro dos Cavalos: Terra Guarani” reflete um olhar e a própria experiência indígena, pois faz um giro de perspectiva, destaca o posicionamento político guarani e contribui para superar os preconceitos da sociedade “moderna”. Os guarani usam o documentário para resistir e apresentar um outro lado da história, antes silenciado e negado. Com isso, subvertem a ordem histórica. Desta forma:

[...] os povos originários deixam de ser “objetos” fílmicos para aceder a sujeitos do fazer cinematográfico, donos de um ponto de vista que reverte a forma clássica antropológica ao fazer da imagem [...] retomando a expressão de Rancière, “alcançam uma posição que lhes permite tornar visível o que não era visto e sustentar uma fala em contraposição a uma condição que os reduzia a animais barulhentos”. (GUIMARÃES, 2015, p.46 apud ANDRADE E ALVES, 2020, p.87)

É importante ressaltar que este documentário guarani representa uma nova forma de se pensar o cinema documental relacionado à etnografia. No passado não era assim. Paulo Menezes reflete sobre a difusão do processo civilizatório moderno e as tentativas de sua negação nos primeiros filmes do cinema documental. Em seu texto “O nascimento do cinema documental e o processo não civilizador”, demonstra, por meio de suas análises dos documentários fílmicos “Nanook do Norte” e “Ao redor do Brasil”, que transformações civilizatórias criaram ideias, conceitos e modelos que levaram os europeus a acreditarem que atingiram um grau de desenvolvimento tecnológico que os diferenciavam dos demais seres humanos. Convenceram-se da ideia de que:

O Homem não é mais um animal, mesmo que mamífero, da mesma forma que o homem não é mais Natureza, mesmo que continue orgânico. [...] O que não é a referência (homem branco europeu) é reduzido a outras categorias, desvalorizado em sua humanidade por suas aproximações com a natureza, sendo concebido, em consequência, como primitivo, como selvagem ou, na versão mais complacente, como exótico. (MENEZES, 2005, p. 91)

⁴⁰ <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba>

Segundo Menezes, os primeiros filmes/documentários sobre povos distantes reproduziram este olhar colonial do exótico, do primitivo e do romântico bom selvagem. Montados intencionalmente para mostrar estes povos como intocados e isolados, estes filmes criaram um “padrão de referência de como se ‘retratar’ a ‘alteridade’” (MENESES, 2005, p.73) e ocultar as consequências do contato “civilizatório” nas ressignificações culturais de cada grupo humano.

De forma muito diferente, o documentário Guarani, muito mais recente (2015), mostra os guarani como povos afetados pelo contato, justamente por isso faz o contraponto entre o “processo civilizador”, representado pela BR 101, e a “terra ancestral”, a terra do Morro dos Cavalos. Transpõe a lógica colonial ao compor uma narrativa que reelabora os esquemas fílmicos ao modo indígena para apresentar o olhar guarani, enunciar sua perspectiva e o seu protagonismo na produção, montagem, testemunho oral, documental e narração. O filme-documentário guarani torna-se uma iniciativa necessária para fazer ecoar suas vozes, um meio de obter a visibilidade que nunca tiveram na história oficial. Um instrumento de luta, uma aposta indígena na lucidez e no bom senso da sociedade não-indígena.

4 Presença indígena em São José da Terra Firme

4.1 A força do eurocentrismo em narrativas diversas sobre os povos indígenas em São José

Quando conversamos ou lemos relatos de pessoas mais velhas que cresceram no município de São José e região, são muitas as histórias narradas sobre os chamados “bugres”⁴¹. Histórias aqui e ali, sem muita conexão, às vezes sem desfecho e continuidade, repletas de estereótipos, às vezes, de aversão ao outro e às vezes de pena, por conta das violências cometidas ou por conta da condição de “pobreza” que é a forma como muitos interpretam as maneiras de viver dos povos indígenas. Histórias assim também aparecem em relatos de colonos e são encontradas em diferentes documentos históricos que contam a histórias sobre o município e em materiais produzidos por memorialistas, sendo necessário reuni-las para poder refletir e compreendê-las melhor. Muitos exemplos dessas histórias estão registradas no livro “Alfredo Wagner: Terra, águas e Índios” de autoria do memorialista Altair Wagner. A autor afirma que:

Conta Ermelindo de Souza, residente em Arroio do Boi, município de Alfredo Wagner, em 12/2001. Na década de 30 era a região coberta de pinheiros e outras matas. **Havia muitos índios na região** (grifo meu), jogavam pedras e paus – queriam comida, estavam com fome. Conta que viam os índios, quando chegavam mais perto eles desapareciam no mato. Nunca foram atacados. (WAGNER, 2002, p. 197.)

A região do município de Alfredo Wagner já pertenceu ao território josefense no século XIX. Importa neste relato a constatação da existência de muitos indígenas na região durante a década de 1930. Além disto, o colono afirma que eles estavam com fome, mas que nunca foi atacado. Não é difícil imaginar que a fome indígena tem relação com o avanço colonial e com a competição que eles tiveram que passar a travar com os colonos que disputavam terras na floresta.

Infelizmente, a maioria dos relatos não seguem esta linha. A maioria fala de situações de extrema violência contra os indígenas, em embates bem desproporcionais em que os indígenas eram frequentemente vítimas de ataques com armas de fogo. Não havia conhecimento, não havia entendimento dos colonos sobre a maneira de viver dos grupos indígenas da região.

Segundo Luísa Wittmann e Clóvis Briguenti (2018), os povos indígenas que habitam o território catarinense são descendentes de povos originários que viveram nestas terras há

⁴¹ Como dito anteriormente, “bugre” era o termo pejorativo usado pelos colonizadores para se referirem aos grupos indígenas hostis aos europeus.

milhares de anos. Estes grupos indígenas viviam em territórios históricos amplos, não reconhecendo fronteiras. Tinham, assim como os seus descendentes têm hoje, uma forte ligação com suas terras tradicionais, sendo os territórios de ocupação de indígenas atuais ainda ligados aos mesmos espaços de vivência de seus ancestrais.

De acordo com informações e pesquisas arqueológicas na região, os vestígios que demonstram a presença humana neste território datam de períodos muito anteriores ao período colonial. É o que afirma Angela Sabine Salvador em sua dissertação de mestrado sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina:

As primeiras evidências arqueológicas de ocupação humana no litoral catarinense têm cerca de 5000 anos e são atribuídas aos caçadores-coletores-pescadores que construíram os famosos sambaquis (DEBLASIS et al, 2007). Por volta de 2000 anos atrás há uma modificação no padrão deposicional destes sambaquis e, além das conchas e das características funerárias, há grande quantidade de restos faunísticos e sedimento escuro, com ou sem presença de cerâmica (DEBLASIS et al, 2013). A presença da cerâmica aponta para uma ocupação ou contato com grupos Jê, uma vez que esta cerâmica possui características atribuídas a Tradição Taquara/Itararé, ou seja, a um dos indicadores do grupo chamado Jê meridional. Há cerca de 1000 anos atrás, subindo do litoral do Rio Grande do Sul, chegam ao litoral central de Santa Catarina: os Guarani (BONOMO et al, 2015). (SALVADOR, 2017, p. 31 e 32)

Essas informações apresentadas pela autora, juntamente com as pesquisas em alguns sítios arqueológicos em Florianópolis e região continental⁴², evidenciam que os Laklãnõ-Xokleng, os Guarani e os Kaingang, já se moviam por estas áreas e habitavam as regiões do atual território de Florianópolis e de São José da Terra Firme (região continental) muito tempo antes da chegada dos europeus. Eles percorriam e ocupavam grandes espaços territoriais pelo sul do país, incluindo o litoral, e tiveram que se adaptar a presença um do outro na ocupação destes espaços.

Esta presença é confirmada também por relatos de navegadores e colonizadores europeus em diversos tempos e espaços diferentes, resultando em um conjunto de elementos que, apesar de expressarem uma visão eurocentrada e colonial, demonstram a presença e a agência dos povos indígenas em todos os períodos da história desta região.

No entanto, a história dos Guarani, dos Laklãnõ Xokleng e dos Kaingang foi negligenciada em São José. Desde os primeiros contatos, as narrativas históricas construídas pelos europeus minimizaram a importância dos indígenas e os colocaram ou como coadjuvantes ou como vilões na dinâmica do contato. Esse processo se dá já no início da colonização. Em 1550 o alemão Hans Staden escreveu que quando chegaram à baía entre a Ilha e a Terra Firme

⁴² <https://floripaarqueologica.com.br/mapa/>

(hoje São José), avistaram um europeu, trazido pelos indígenas em canoas tradicionais. Ao perguntarem onde estavam, ele disse: “Vocês estão no porto de Jurumirim, como os nativos o chamam, ou no porto de Santa Catarina, como os que o descobriram batizaram-no”. (STADEN, p. 38) Portanto não houve o descobrimento que argumentaram, aqui na região foi o “encobrimento” que foi posto em prática. A ocupação, a tradição indígena e seu saber foram desconsiderados pelos europeus. O “descobrimento” que afirmava o europeu era frágil, pois pouco conheciam sobre os mistérios da nova terra em que chegaram. Eles precisavam dos indígenas para sobreviver. José Murilo de Carvalho (1999) problematiza a questão: No Brasil, “as relações dos portugueses com os nativos teriam sido amigáveis”. Será? “Imenso encobrimento.”⁴³

Cabe destacar a forma como Staden se refere aos indígenas da região. Hora chama-os de nativos, hora de selvagens, demonstrando que desconhecia e subestimava os povos com quem começava a manter contato. Era o eurocentrismo que se manifestava e era evidente que por trás da palavra selvagem se escondia a intenção de se autoafirmar sobre o outro, considerando-o inferior.

Neste sentido, Luciana Ballestrin nos esclarece ao explicar o desenvolvimento da modernidade e da hierarquização/racialização colonial que a acompanha, citando Dussel:

A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. (...) 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (...) 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera. (DUSSEL, 2000, p. 49 apud BALLESTRIN, 2013, p. 102)

Diante disto, percebemos que nos relatos de Staden fica evidente a ideia dele de que os povos nativos tinham a obrigação de servir e ajudar os europeus. Na verdade, o que se estabelecia era uma relação de escambo de alimentos por objetos feitos pelos europeus, de conhecimentos, de hospitalidade por parte dos indígenas, trocas realizadas com um povo que tinha uma história e tradição milenar, os Carijós. Sobre isto, Staden conta que ao chegarem no porto de Santa Catarina (como o chamaram) encontraram um cristão espanhol que relatou que:

[...] três anos antes ele mesmo tinha sido enviado da localidade de Assunção, na província do Rio da Prata, pertencente aos espanhóis, [...] Havia sido encarregado de fazer com que os Carijós, uma tribo amiga dos espanhóis, plantassem mandioca, de

⁴³ https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_6_4.htm

modo que os navios recebessem alimentos dos selvagens, quando necessitassem. [...] Fomos com os selvagens para suas cabanas, onde também morava o cristão e onde nos receberam ao modo deles. (STADEN, 1557, p. 38)

No entanto, ressaltamos que os diversos povos indígenas que habitavam a América reagiram de formas diversas no contato com os colonizadores europeus. Sobre isso Maria Regina Celestino de Almeida nos diz que os povos indígenas, devido às circunstâncias, agiram de diferentes formas em relação aos colonizadores. Segundo ela “os índios não estavam à disposição dos europeus e se muitos os receberam de forma extremamente aberta e cordial (...) não o fizeram por ingenuidade ou tolice” (ALMEIDA, 2010, p. 26). Esta visão do contato, que dá protagonismo, evidencia a agência que os indígenas exerceram na dinâmica da colonização. Além disso, neutraliza o encobrimento perpetrado pelos europeus. Um exemplo desta agência aparece no relato de Staden que conta sobre as dificuldades que enfrentou após o naufrágio de um de seus barcos:

Equipamo-nos, então, para a continuação da viagem, e reunimos mantimentos para seis meses, pois até o Rio da Prata havia ainda cerca de trezentas milhas. Quando tudo estava pronto, o grande navio afundou no porto, fazendo com que a viagem planejada não pudesse ser realizada. Ficamos dois anos na selva e sobrepujamos muitos perigos. Passamos muita fome, tivemos de comer lagartos e ratos do campo e outros animais desconhecidos que conseguíamos apanhar (...). No início os nativos nos traziam bastantes mantimentos, até conseguirem de nós bastantes objetos em troca. Depois, a maior parte se mudava para outros lugares. Também não podíamos confiar neles plenamente. (STADEN, 1557, p. 40)

Assim, os carijós da região (Ilha e Terra Firme) agiam constantemente, ao promoverem alianças com os europeus que não lhes eram hostis, no caso, os espanhóis (os portugueses eram aliados dos tupiniquins⁴⁴, inimigos dos carijós,⁴⁵ e por vezes os sequestravam para que trabalhassem como escravos nas lavouras de São Vicente), quando lhes era favorável realizavam trocas de mantimentos e água para abastecer os navios em troca de ferramentas e outros objetos que para eles significava um grande auxílio em suas tarefas cotidianas. Quando julgavam oportuno acolhiam os europeus, quando não, os abandonavam à própria sorte e se mudavam para outros lugares. Isto é agência, é uma escolha, mesmo que muitas vezes limitada

⁴⁴ Na atualidade os Tupiniquim habitam três Terras Indígenas no norte do Espírito Santo, a TI Tupiniquim, a TI Caieiras Velhas II e a TI Comboios, todas localizadas as margens do rio Piraquê-Açu. No século XVI, os Tupiniquim ocupavam uma faixa de terra situada entre Camamu, na Bahia, e o rio São Mateus (ou Cricaré), alcançando a Província do Espírito Santo. Esses índios também viviam na região do rio Piraquê-Açu, onde em 1556 foi fundada pelo jesuíta Afonso Brás a Aldeia Nova. Fonte: ISA – Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupiniquim>. Acesso em 01.03.2022 às 18:15h.

⁴⁵ Os Carijó ou Cario (também chamados Karios, Carrioces) viviam na faixa litorânea do Estado (SC), desde a atual cidade de São Francisco do Sul até o norte do Rio Grande do Sul, incluindo a Ilha de Santa Catarina. É o primeiro grupo a ter contato com o europeu a partir de 1503. (LAVINA, 1999, p.73) Carijó era a forma como eram conhecidos os guarani que viviam na costa sul do Brasil, sua presença no estado é confirmada por meio de vestígios arqueológicos que datam de 930 ou 980 d.C.

pela colonização. Por outro lado, chama a atenção a dependência que tinham os europeus da ajuda dos povos indígenas, de seus conhecimentos. Staden reclama do fato de ser abandonado por eles. Posteriormente, com o avanço da colonização, além de efetivarem a escravidão dos povos originários e promoverem um grande genocídio entre eles, os europeus vão atuar para garantir que os povos indígenas se mantenham afastados de “suas” terras, de “suas” vilas, de “seus” povoados.

Os relatos dos diversos viajantes e cronistas europeus pela baía entre a Ilha de Santa Catarina e a Terra Firme revelam a importância e a dinâmica do papel dos indígenas nas experiências dessas pessoas ao passarem por esta região. Nas narrativas de Aleixo Garcia, naufrago da expedição de Juan Dias Solis (1516), que foi salvo pelos indígenas da ilha, afirma que “conviveu muitos anos com os indígenas da Ilha e tendo ouvido falar constantemente na existência da denominada Serra do Prata, no interior dos sertões brasileiros, entre 1524 e 1526 reuniu-se com alguns indígenas e entrou mata adentro”. Segundo os relatos, Solis chegou à Bolívia e cometeu saques com os homens que o acompanhavam, na volta foi morto. Conta-se que alguns indígenas retornaram à Ilha com objetos de ouro e prata (CORRÊA, p. 27 e 28, 2005). Este relato surpreende, porque coloca os indígenas como fundamentais para a sobrevivência destes europeus que naufragaram e para a concretização do desejo de Aleixo Garcia de viver uma grande aventura pela floresta e alcançar o seu objetivo chegando a Bolívia e conseguindo o ouro que tanto sonhara. Não teria conseguido sem a ajuda dos guarani que o conduziram ao longo do caminho do Peabiru.

Apesar de não priorizarem elementos materiais em suas culturas como os europeus, as ferramentas e artefatos que os indígenas conseguiam com eles significavam um grande avanço tecnológico em seu modo de viver. É importante compreender que também os indígenas agiam para defender seus objetivos e garantir a sua sobrevivência. Diante disto, os indígenas nos mostram como a sua história pode apontar dinâmicas que envolvem mudanças a partir de interações culturais com outros grupos. É como assinalou John M. Monteiro: “Pode-se sublinhar um certo modelo de contato que tem criado imagens problemáticas que oscilam do mais puro índio isolado ao mais descaracterizado índio assimilado”. (MONTEIRO, p. 241, 1999) Entre estes dois extremos muita coisa aconteceu na trajetória histórica dos diversos grupos indígenas.

Entretanto, não é uma tarefa fácil olhar para trás e tentar perseguir a trajetória dos povos indígenas. Isto porque eles não são o “povo da mercadoria”, conforme nomeou o xamã yanomami Davi Kopenawa os brancos que invadiram suas terras. Eles não deixaram muitos

“rastros” na natureza e documentação escrita. Ainda assim, apesar das poucas fontes sobre o passado destes povos, entendemos ser fundamental promovermos esforços para compreender melhor suas jornadas e contribuir para devolvermos o protagonismo que lhes foi negado. Como professores precisamos buscar reparar injustiças históricas tão comuns quando o assunto é a história dos povos originários nas salas de aula. Vislumbrar um mundo sem racismo é necessário para a criação de uma sociedade mais democrática e aberta à compreensão das diferenças.

Infelizmente, em São José as narrativas historiográficas produzidas por historiadores do passado e memorialistas, adotadas pelo poder público, sempre minimizaram ou ocultaram a participação dos povos indígenas, atribuindo-lhes um papel que tem oscilado entre o “bravio” e o “bom selvagem”.

Compreender os indígenas como sujeitos detentores de histórias é caminhar para um futuro em que estas pessoas não sejam negligenciadas em seus direitos ou desumanizadas pelos mesmos discursos coloniais que há muito tempo promovem a perseguição de seus corpos, de seus modos de ser e de viver. Modos estes que se preservam em meio aos (des)encontros que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado. Estes discursos coloniais atuam constantemente a serviço do desaparecimento indígena da história, utilizando argumentos voltados à assimilação e ao genocídio. Esta é a questão em que reside a importância de conhecer esses discursos do passado e os atuais que geraram, e ainda geram, ações violentas, mas enfrentam uma resistência indígena de longa duração que apresenta a história de uma forma bem distinta da narrativa tradicional cristalizada.

Um exemplo de narrativa sobre os indígenas no município de São José é apresentada no livro: **São José: 250 anos**. Organizada pelo professor Vilson Francisco de Farias (2001), a obra foi pensada para servir como um manual de história local ao ensino fundamental. É o livro mais usado nas escolas e uma das únicas fontes de pesquisa sobre a História de São José sugerida pelo Arquivo Histórico do Município, que passa por um momento de grande abandono e negligência por parte do poder público. A obra do professor Vilson foi patrocinada pela Prefeitura Municipal de São José e por empresários da região e aborda a questão indígena em seu 4º capítulo, sobre a ocupação humana de São José. Este trecho é intitulado “**Povoadores primitivos – os índios**”, nele o autor afirma que “os índios habitavam o litoral e migravam, procurando sempre o local onde tivesse água potável, próximo ao mar, com mata atlântica para a caça, e onde pudessem plantar, pois, além de respeitar, eles amavam a natureza”. Neste trecho

o autor trata estes povos de forma bem genérica, ao chamá-los de “índios”⁴⁶, e até romântica, ao não mencionar as disputas interindígenas que aconteciam no período pré-colonial. Ao afirmar que eles respeitavam e amavam a natureza, demonstra reconhecer a importância destes sujeitos, ao mesmo tempo que os retrata como seres pretéritos (usa verbos no passado) apagando sua existência. Ademais, o autor revela desconhecimento sobre a relação entre os povos indígenas e as suas terras ancestrais, como nos esclarece o historiador Prof. Dr. Casé Angatu Xukuru Tupinambá:

Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O **direito congênito, natural e originário** é anterior ao direito da propriedade privada. (...) Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza; é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos.⁴⁷

Além disso, Farias apresenta poucas informações sobre os grupos a que se refere, mencionando ora os homens do sambaqui, ora os Carijós e ora os Guarani.⁴⁸ De forma geral, coloca os indígenas como seres perfeitos e pretéritos, “bons selvagens”, que pertencem apenas a um passado imutável. Os reconhece como humanos por inserir o assunto no primeiro tópico do capítulo a “ocupação humana de São José”, mas não leva em conta as suas subjetividades, resistências e capacidades de se transformar diante das adversidades, que lhes possibilitou a persistência e a existência até os dias de hoje.

Desta forma, Farias apresenta os indígenas de uma forma superficial, como pessoas “primitivas”, protagonistas de um passado distante. Apesar de reconhecer que “nossa história está ligada aos primeiros e verdadeiros donos da nossa terra” e de tentar comprovar a presença de indígenas na história josefense, o autor acaba corroborando para a invisibilização desses sujeitos no presente ao não os mencionar como munícipes hoje e ao afirmar que:

Os índios foram aos poucos sendo eliminados ou afastados das terras josefenses a partir do momento em que os primeiros brancos de origem europeia chegaram à região no século XVII. Os bandeirantes paulistas foram os brancos especializados em aprisionar índios para o comércio. Mataram, prenderam ou afugentaram a maior parte da população indígena já no referido século. (FARIAS, 2001, p.82)

Percebemos então que, de forma geral, o texto de Farias coopera com a crença do desaparecimento das população indígenas de São José, mas se contradiz com algumas

⁴⁷ Casé Angatu Xukuru Tupinambá, em entrevista por telefone à **Instituto Humanitas Unisinos On-Line** - <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba> - Acesso: 08/09/2021 as 10:45h.

⁴⁸ O autor poderia ter aproveitado para contar algumas das tantas histórias guarani. Hoje temos acesso a elas, pois muitas destas histórias foram registradas pela indígena guarani Elizete Antunes em seu trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, disponível em <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Elizete-Antunes.pdf>

informações que apresenta, sem destaque ou reflexão, mas que possibilitam o entendimento de que, na verdade, os indígenas nunca deixaram de existir em São José. Por exemplo, na página 85, citando um trecho do livro de Ivete Ouriques Quint, *Danças Folclóricas da Ilha de Santa Catarina* (1979), Farias afirma que:

Os Guarani construíram conhecimentos, muitos dos quais foram absorvidos pela sociedade nacional nos últimos cinco séculos, deixando marcas culturais das quais a população em geral não tem noção da origem. A começar por uma grande quantidade de palavras Tupi-Guarani que integram a língua portuguesa falada no Brasil. É o caso das nomenclaturas relativas à flora (babaçu, içará), fauna: inhambu, jacu, jundiá, e a toponímia (nomes de lugares): Itaguaçu, Maruim, Imbituba, Itapema, Jurerê. (FARIAS, 2001, p. 85)

É bom destacar que nestes lugares, assim como em muitos outros territórios brasileiros, os colonos adotaram culturas e técnicas agrícolas criadas pelos povos originários. No caso dos guarani é importante ressaltar que eles eram exímios agricultores, sendo que suas contribuições foram muito além de nomenclaturas. Sobre isso, a geógrafa Angela Maria Resende Couto Gama (1998), ao falar sobre a colonização no município de Santo Amaro e região, cita Waíbel para nos lembrar que “quase todos os colonos imigrantes eram pobres e com pouca experiência na agricultura, acabaram adotando o sistema agrícola dos nativos.” (p.103) Se apropriaram dos conhecimentos indígenas sobre o manejo das roças, sobre a produção do milho e da mandioca e sobre a produção e os usos de suas farinhas. Desta forma, os indígenas foram fundamentais ao possibilitar perspectivas de futuro aos europeus que se aventuravam na América.

Se de fato os conhecimentos produzidos pelos guarani foram absorvidos ao longo de cinco séculos pela sociedade nacional, isso significa que eles não foram exterminados e muito menos ignorados pelos colonizadores, ao contrário, seus saberes teriam sido importantes na composição da cultura e da sociedade local. Afinal, os indígenas são detentores de “processos históricos portadores de mudanças” (ALMEIDA, 2010, p.15), eles foram afetados pelo outro, mas também deixaram marcas que mudaram a história de toda a população.

Farias termina seu texto apresentando mais uma evidência da presença indígena no município de São José: “Em documento de 1750, do governador da capitania, consta que na Serraria de El Rey havia dois cabos e sete índios”. Este lugar teria dado nome ao atual bairro de São José conhecido como “Serraria”. (FARIAS, 2001, p. 86) De fato, como afirma Maria Regina Celestino de Almeida “do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias” (ALMEIDA, 2010, p. 14).

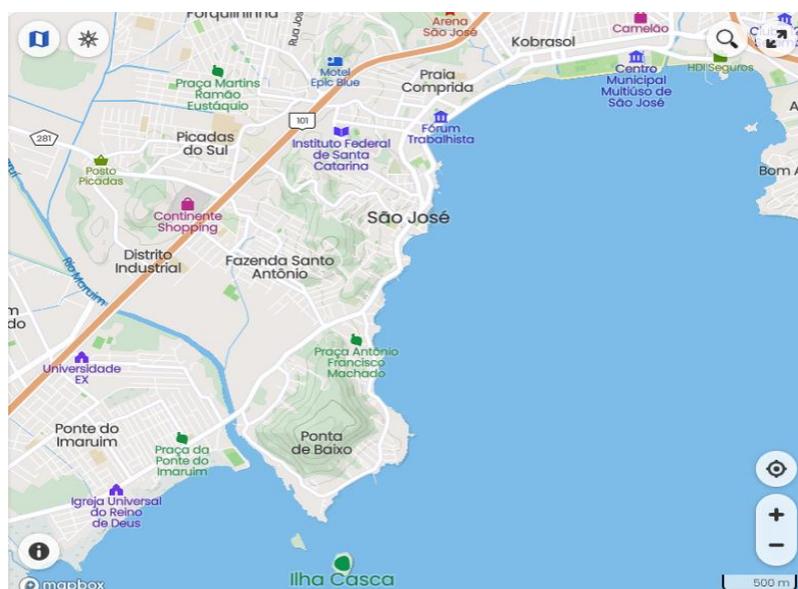
Além disso, para demonstrar a presença, as principais fontes de Farias são vestígios arqueológicos deixados em sambaquis e oficinas líticas, estes são vestígios muito antigos. Usar

apenas este tipo de abordagem auxilia na disseminação da ideia errônea de que os povos indígenas são seres pretéritos e homogêneos. Mesmo tendo sido escrito em 1999, já existiam elementos sobre as culturas indígenas contemporâneas ao autor, que poderiam ter sido utilizados no livro para demonstrar a presença e a agência destes povos na atualidade. Muito próximas a São José já havia duas aldeias guarani. Hoje estes grupos vêm produzindo muito conteúdo próprio, os quais têm sido divulgados em vídeos, livros, entrevistas etc.

Por outro lado, Farias demonstra muito interesse em apontar a presença indígena em São José, mas o faz, como dito anteriormente, destacando fragmentos de sua contribuição cultural pretérita e elementos de sua existência no passado. Ainda assim, apresenta indícios instigantes ao comentar que:

Dos registros documentais consultados, só constam dados sobre a presença de sítios arqueológicos em São José, na Ilha da Casca, junto ao rio Maruim, embora tais sinais com certeza existam em outros pontos, apenas não tendo sido localizados ainda até 1998. Sabe-se, no entanto, que migravam de um lado para o outro na região, e os sinais de sua presença são encontrados tanto em Biguaçu (São Miguel), sob a forma de oficina lítica, como em Palhoça (junto ao rio Maruim), na forma de sambaqui. (FARIAS, 2001, p. 85 e 86).

Figura 5- Mapa da fronteira entre São José e Palhoça, em destaque Ilha da Casca



Mapa da divisa entre os municípios de São José e Palhoça, estabelecida pelo contorno do Rio Maruim. A Ilha da Casca, em destaque, localiza-se na foz do rio, em frente ao Balneário de Guararema, região mais conhecida como praia da Ponta de Baixo. Disponível em:

<https://mapcarta.com/pt/36264548> visitado em 19.12.2021

Portanto, Farias aponta evidências da presença de povos indígenas nos municípios vizinhos de São José. Sendo então este um território de passagem e circulação de muitos povos. Em 2017, foram encontrados novos sítios arqueológicos em Palhoça e Biguaçu, por conta das

obras do contorno viário da Grande Florianópolis. Foram encontrados artefatos em pedra e materiais cerâmicos que evidenciam uma ocupação pré-colonial na região. Segundo a Coordenadora de Meio Ambiente da Autopista Litoral Sul, Daniela Bussmann, em matéria concedida ao ND Mais, Jornal Notícias do Dia do grupo Record: “[...] já foram identificados 6 sítios arqueológicos.[...] foram quatro meses de coleta detalhada de artefatos no trecho que passa pela região da Pedra Branca, em Palhoça.” Segundo a reportagem de Marcos Horostecki, que entrevistou também o arqueólogo responsável Valdir Schwengber, “Em Biguaçu, na região do Rio Inferninho 1, foi identificado o sítio mais significativo de todo o projeto. Ele foi reconhecido como sítio histórico, por apresentar vestígios do período colonial ou pós-colonial, como resquícios de construções”.⁴⁹

Achados como este corroboram para a uma nova escrita da história indígena, trazendo elementos para comprovar a sua presença na região antes, depois e durante todo o processo colonizatório e a manutenção de sua existência, apesar da violência do contato, até os dias atuais.

Além do mais, se voltarmos nosso olhar para o século XVI, é possível perceber que as informações expostas por Farias têm certa conexão com alguns relatos de Hans Staden. Por exemplo, Staden conta que passou uma noite em uma ilha que ficava na baía entre a ilha e o continente e que esta ilha ficava em frente a foz de um rio. A única ilha na baía com esta localização fica em São José. Segue sua descrição:

Avistamos, então, algumas palhoças frente à floresta, num vale. Dirigimo-nos a elas. Eram velhas cabanas desabitadas. Prosseguimos até ficar noite e fomos para uma pequena ilha que estava à nossa frente, na embocadura do rio, para lá pernoitarmos, pois nos parecia o lugar mais seguro. Quando chegamos, já era noite. Por isso, achamos imprudente desembarcarmos para o pernoite. Somente quando alguns de nós contornaram a ilha sem perceber a presença de ninguém é que nos instalamos, fizemos fogo, cortamos uma palmeira e comemos o palmito. (STADEN, 1557, p. 37)

Diante do narrado por Staden acreditamos que o lugar onde ele e os demais tripulantes passaram a noite seja a Ilha da Casca⁵⁰, isso porque é a única ilha da baía que fica bem em frente a foz de um rio, o Maruim (mosquito em tupi-guarani). Apesar de Staden afirmar que nesta ilha não havia ninguém naquele momento, foi lá que encontraram o único sítio arqueológico de São José, como narrado anteriormente.

⁴⁹ Matéria disponível no link: <https://ndmais.com.br/noticias/sitios-arqueologicos-sao-encontrados-em-obra-do-contorno-viario-da-grande-florianopolis/> - Site visitado em 05.11.2021 as 11h.

⁵⁰ Esta ilha fica em frente ao Balneário de Guararema, que em tupi-guarani significa pau-d’alho ou árvore de alho, devido a seu forte odor. Os colonizadores chamaram a região de Ponta de Baixo, hoje é um dos bairros do município.

Outra obra importante sobre a história do município e que também cita a presença indígena na região, é o livro “São José da Terra Firme” (2007), de Gilberto Gerlach e Osni Machado. Os autores reproduzem um texto de Debret (1826-27) sobre o chefe dos Bororenos, também chamados “bugres”, e a preparação de um ataque à região das águas termais na bacia do Rio Cubatão, em 1815. Debret descreve quase com admiração a exímia qualidade guerreira e a sagacidade apresentada pelos indígenas na preparação de suas táticas de combate. Segundo Debret a descoberta das águas termais⁵¹, “numa das várias montanhas próximas à Ilha de Santa Catarina”, passou a tornar esta região mais frequentada. Por isto, ali foi construído um posto militar. Este fato teria incomodado os indígenas que:

[...] constantemente excitados pela incômoda presença destas pessoas, eles resolveram aniquilar este posto militar, como única e mais segura forma de tornar desacreditado este novo estabelecimento, que eles viam como uma invasão intolerável efetuada sobre seu território. Adotando este projeto de vingança, eles se lançaram com entusiasmo nos preparativos de guerra e começaram a abater as árvores próximas a este posto, de forma a impedir a vinda de qualquer socorro ou a retirada dos soldados que eles queriam exterminar. Seu instinto cruel, sempre fértil em estratégias de guerra, fez com que escolhessem para este ataque noturno o período de um primeiro quarto de lua, cujo clarão momentâneo fosse suficiente, em meio às florestas virgens, para organizar numerosas emboscadas que deveriam estabelecer sobre a linha de bloqueio. [...] Num instante, o pequeno corpo de guarda foi investido por um número considerável destes bárbaros; estes, lançando-se de todos os lados, empregavam todos os meios possíveis de extermínio, massacrando os surpresos soldados durante o sono, já envolvidos pelas chamas e pelos espessos turbilhões de fumaça, impotentes protetores da existência ameaçada por alguns fugitivos, que caíam logo nas primeiras armadilhas preparadas para apressar sua morte inevitável. Esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da Ilha de Santa Catarina. (GERLACH E MACHADO, 2007, p. 24 e 25)

É possível que este regimento, que fazia a proteção da região, tenha sido atacado pelos indígenas que foram vitoriosos por estarem os milicianos (soldados) “faltos de armamentos” (BRITO, 1816, p. 71) ou a derrota dos colonos teria sido, conforme afirma Debret, resultado da mentalidade indígena “fértil em estratégias de guerra”.

Além disso, chama a atenção a riqueza de detalhes com que Debret relata o episódio, estaria ele relatando com fidelidade aos fatos? Talvez estivesse se baseando nas histórias contadas pelos moradores, uma vez que visitou a região mais de dez anos depois do ocorrido, em 1826. No entanto, é interessante perceber o tom de admiração do relator, em relação as

⁵¹ Agoas mineraes = Nas vizinhanças da margem do norte do rio Cubatão, se descobrirão, ha alguns annos, nascentes de agoas mineraes quentes, de que varios individuos enfermos tem usado com reconhecido proveito: não sei que existao outras nesta Capitanía. [...] He necessario analysar as qualidades, e virtudes destas agoas, e os seus effeitos nas curas das enfermidades; porém não me consta que já se tenha mandado áquelle lugar philosopho algum chymico para fazer huma similhante indagação. Em 1812 eu mesmo trouxe para esta Côrte algumas garrafas com estas agoas para serem analysadas, e nunca soube o resultado da analyse. Consta que muitos doentes da Divisão dos Voluntários Reaes d'EIRei, fizeram uso das indicadas agoas, quando a Divisão esteve em Santa Catharina, com reconhecido proveito. (BRITO, 1816, p. 37)

estratégias de guerra adotadas pelos indígenas contra os europeus. Além do mais, o episódio atribuiu uma “má” reputação aos Laklãnõ Xokleng (denominados botocudos) da região considerados, a partir de então, como cruéis, bárbaros e vingativos. Maria Regina Celestino de Almeida, ao se referir às relações entre os botocudos dos sertões de Minas Gerais e Espírito Santo com os colonos portugueses, afirma que “Essa reputação, no entanto, construída a partir dos interesses dos colonizadores pode ter servido também aos botocudos” (2010, p. 66), ou seja, como disse Debret “Esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da Ilha”, o que significa que esta atitude guerreira, firme e impiedosa por parte dos indígenas gerou medo e manteve os europeus longe dos territórios indígenas por mais alguns anos, ou até décadas, como no caso das terras do sertão da Terra Firme de São José.

É importante ressaltar que a região das águas termais, na bacia do Rio Cubatão, provavelmente foi uma área considerada sagrada para os povos indígenas. Desde que foi descoberta por europeus a região foi alvo da cobiça dos colonos por obter águas termais com propriedades curativas. Obviamente os grupos indígenas que circulavam por estas áreas, conhecedores da região, já sabiam da qualidade e dos benefícios de tal fonte e de suas águas para a saúde. Além disso, a existência de araucárias na região, nos leva a crer que estes botocudos pudessem ser os Laklãnõ-Xokleng que circulavam por este território coletando sementes do pinhão, um de seus alimentos tradicionais.

Ademais, não é difícil imaginar que a região das águas termais deve ter sido alvo de disputas interindígenas também e que os Laklãnõ-Xokleng, guerreiros botocudos/bororenos/bugres, como eram chamados pelos europeus, com suas táticas, tenham conseguido tornar-se vitoriosos no combate contra outros grupos indígenas e, talvez por isto, controlavam a região.

Figura 6- Placa de homenagem aos milicianos



Placa em homenagem aos soldados mortos pelos indígenas. Em exposição no Hotel Caldas da Imperatriz até hoje.

Segundo Sílvio Coelho dos Santos, em 1808 o Príncipe Regente D. João VI, por meio de uma Carta Régia, “determinava que se fizesse guerra aos Índios que realizavam incursões nas cercanias de Lages. Depois, uma placa de bronze existente em Caldas da Imperatriz, município de Santo Amaro, [...] dá-nos notícia da presença dos indígenas [...]”. Confirmado pela imagem acima, diz o texto: "A memoria dos milicianos D'el-Rey de Portugal aqui mortos pelos selvícolas em 30 de outubro de 1814 quando em guarda a estas ja afamadas thermas.". É importante destacar que a placa é uma homenagem aqueles que lutaram contra os povos indígenas e que foram mortos por eles. Evidentemente, por ter sido encomendada pelo poder colonial, não iria mencionar que foram os soldados que invadiram o território indígena. Este episódio já foi discutido acima, quando mencionamos o relato de Debret que também o descreveu, mesmo tendo visitado a região anos mais tarde, dada a repercussão do ocorrido. A reação defensiva e firme dos povos indígenas lhes concedeu mais algum tempo de tranquilidade na região. No entanto, fica a pergunta sobre as razões que levaram esta placa antiga estar tão bem preservada e ainda permanecer no hotel das termas de Santo Amaro (prédio antigo que no passado foi construído para ser um hospital, que recebeu a visita de D. Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina, que presenteou o local com banheiras de mármore). Estaria lá para lembrar a todos que usufruem dos benefícios das águas minerais dos “sacrifícios” feitos pelos antepassados brancos para conquistar os privilégios advindos com a dominação colonial? Ou estaria lá para mostrar que a história é escrita por quem vence ao final? Importa mesmo destacar é que os Laklãnõ Xokleng viveram na região, estavam presentes, agiram para defender seus territórios e, mesmo com todas as violências sofridas, permaneceram circulando pelas montanhas do maciço do Cambirela até pelo menos a década de 1970, segundo relato do próprio Sílvio Coelho do Santos.

4.2 – Presença/agência histórica indígena: para uma nova História Indígena em São José

Já discorreremos intensamente sobre a necessidade de adotarmos novas formas de narrar e viabilizar o ensino de História Indígena. Face a esta questão, nos deparamos com o desafio de auxiliar professores da rede municipal de ensino de São José a compreender pautas indígenas e incorporar novas formas de contar e ensinar uma história que supere preconceitos, que dialogue com esses sujeitos e atue para uma formação mais humana e diversa, respeitando a lei 11.645/2008 e suas diretrizes.

Neste sentido, entendemos que para contar a história da presença indígena em São José é necessário centrar nosso olhar na questão territorial. Como dito anteriormente São José da Terra Firme possuía um território amplo na época de sua criação como freguesia, após 1750. Neste extenso território habitavam os Guarani, os Laklãnõ Xokleng e os Kaingang que circulavam por toda esta região e definitivamente não reconheciam as fronteiras criadas pelos colonizadores. Os guarani, povo indígena que, até hoje, se mantém mais próximo a São José, consideram a região do entorno da Serra do Tabuleiro como área de terras ancestrais sagradas. Sobre isto o professor guarani Marcos Moreira nos ajuda a compreender melhor o significado destas terras para este povo. Segundo ele:

As antigas aldeias e atuais estão por onde nossos antepassados sonharam ou terra revelada por NHANDERU para que ali pudéssemos viver e praticar tudo que nossos ancestrais por algum momento rezaram para que nós hoje continuássemos á reverenciar por tudo e por todos. Quando rezamos. Rezamos para as quatro direções ao céu e a terra ao pai sol a NHANDERU e NHANDE TCHY , quando vamos ocupar os espaços físicos pedimos licença para o guardião daquele lugar, que cuida daquele espaço, ao guardião da água, para que assim nós possamos se usufruir da natureza. Todos os lugares para formar um tekoa e construir o nosso koty são lugares revelados pelos nossos anciões e líderes espirituais (TCC - Marcos Moreira - Licenciatura indígena - UFSC, p.13 - 2015)

Ainda sobre a presença indígena neste espaço, Ângela Maria de Moraes Bertho (2005), em sua tese de doutorado, explica que esta região:

(...) se situa na fronteira entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e parte do território tradicional guarani, que comporta a presença de várias aldeias Indígenas: a aldeia Morro dos Cavalos, inteiramente inserida nos limites do Parque; três outras aldeias no seu entorno: Aldeia de Cambirela, Massiambú e Cachoeira dos Inácios, e uma quarta, a de Mbyguaçu, mais distante do entorno do Parque, mas que foi criada por famílias provenientes da aldeia de Morro dos Cavalos. (...) Todas essas aldeias relacionam-se social, política, parental, econômica e ambientalmente (...) (BERTHO, 2005, p. 14 e 15)

É importante ressaltar que o município de Palhoça já fez parte do território de São José da Terra Firme no passado. Além disso, São José está localizado entre os municípios de Palhoça

e Biguaçu, onde se encontram aldeias guarani. Por isto, não é difícil imaginar que os territórios josefenses faziam e ainda fazem parte da área de circulação dos guarani da região. No mapa abaixo destacamos a proximidade da Aldeia Itaty, no Morro dos Cavalos, com o território atual do Município de São José.

Figura 7- Mapa aldeia guarani e São José



Elizete Antunes, indígena guarani, também discorre em seu TCC da Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, defendido em 2015, sobre a presença indígena na região de Maciambu. Segundo ela:

Maciambu sempre foi um lugar ocupado por Guarani. De acordo com os estudos baseados em relatos de navegadores europeus do século XVI (LITAIFF, 1996) os Guarani são descendentes dos Karijó, uma denominação histórica para o nosso povo. Conforme essas pesquisas, após muitos anos de extermínio dos povos indígenas pelo processo de colonização europeia, a história passa a ser contada pelo lado do vencedor, ou seja, o Jurua (Branco). Entretanto, a nossa história verdadeira é contada pelos mais velhos que ainda lembram (...) (ANTUNES, 2015)

No relato de Elizete é possível percebermos quão importante é a região do Maciambu para os Guarani da atualidade. Em seu argumento se refere a ancestralidade remetendo a história

e a presença dos guarani-carijó na região há séculos, além de seu protagonismo no contato com os europeus.

Esta agência fica evidente quando percebemos a dependência que tinham os europeus para com os carijó. Afinal, os primeiros colonos que vinham para a região litorânea de São José da Terra Firme não conheciam o lugar e tinham dificuldades em sobreviver nestas terras sem a ajuda dos indígenas. É o que nos faz pensar as palavras do navegador alemão Hans Staden, que esteve na região em 1550. Segundo ele:

Fomos com os selvagens para suas cabanas, onde também morava o cristão e onde nos receberam ao modo deles. [...] Os nativos voltaram para casa com o barco deles. Avançamos com o grande navio para perto das moradias deles e baixamos âncora. [...] A aldeia dos selvagens chamava-se Cutia, e o homem que havíamos encontrado chamava-se Juan Fernando e era um basco da cidade de Bilbao, e os selvagens eram os Carijós. Trouxeram-nos muita caça e pescado. Em troca lhes demos anzóis. (STADEN, p. 38 e 39).

O trecho demonstra que os Carijó/Guarani acolheram os europeus, mas ainda assim foram considerados “selvagens” pelos conquistadores. Staden relata que Juan Fernando afirmava ter sido enviado de Assunção para “fazer com que os Carijós, uma tribo amiga dos espanhóis, plantassem mandioca, de modo que os navios recebessem alimentos dos selvagens, quando necessitassem” (STADEN, p. 38). E os indígenas faziam isso, não por subserviência, mas com o objetivo de conseguir objetos que poderiam adquirir trocando os seus produtos, provenientes da produção da mandioca e do extrativismo na região. Neste período e contexto pode-se dizer que eles tiveram escolha.

No entanto, existem muitos relatos de navegadores europeus nos quais afirmam que não existiam indígenas no litoral de Santa Catarina. Porém, para Marcelo Gonzales Brasil Fagundes, em seu texto “Pelas veredas do paraíso: Hans Staden e a expedição de Sanabria”, havia sim muitos indígenas vivendo nestas terras, mas os carijós abandonavam suas aldeias para “fugir das expedições de resgate portuguesas”, pois, por serem amigos dos espanhóis, estariam sendo perseguidos pelos vicentistas que visavam “arrebanhar mão-de-obra para o trabalho na agricultura”. Fagundes também relaciona as mudanças territoriais dos indígenas ao que o autor chama de “nomadismo”⁵² forçado do grupo, por conta da violência cometida contra eles. Ele argumenta isto citando o trecho do relato de Juan Sanchez,

⁵² O nome correto é mobilidade, que faz parte da cultura guarani-carijó. Os indígenas trilham caminhos em busca da terra sem males. Segundo Colman, Azevedo e Estanislau: “O território, para os Guarani e Kaiowá, se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do Oguataou Ojeguata, que quer dizer, genericamente, “caminhar” na língua Guarani, é dimensão fundamental. Há inúmeros tipos de Ojeguata: em busca de atividades produtivas, como coleta de ervas e produtos específicos de um determinado lugar; para participar de atividades rituais, como a do Kunumi Pepy – iniciação masculina –, ou do Avatikyry

[...] em razão dos portugueses e seus amigos terem feito nela muitos assaltos aos índios seus naturais e destruído todos os índios da costa do mar amigos dos castelhanos. [...] Toda essa costa mais adiante de São Francisco até a essa laguna está despovoada de índios pelas muitas guerras que os índios Tupis, amigos dos portugueses, sempre fizeram aos amigos dos castelhanos, e por essa razão vão os ditos índios abandonando sua terra e fugindo. (SANCHEZ APUD BOITEUX APUD FAGUNDES, 2005, p. 75)

Causa estranheza que, segundo o próprio autor, Juan Sanchez de Viscaya, piloto-mor da nave capitânia, uma das embarcações da expedição Sanabria, mesma expedição de Hans Staden, que viajou no bergantim comandado por Saavedra (FAGUNDES, 2005, p. 70) não tenha visto indígenas. Estas embarcações chegaram na Ilha em novembro e dezembro de 1550, sendo que seus tripulantes estiveram juntos em muitos episódios. Então todos tiveram contato com os povos indígenas da região, os carijós, mas o que é estranho é que somente Staden confirma a presença deles enquanto Sanchez afirma que a terra “está despovoada de índios”. Além disto, existem muitos outros relatos que evidenciam a presença indígena na ilha e em sua terra firme.

Um destes relatos que apresenta a autonomia indígena, aparece em outros momentos da história da região. Conta o historiador Paulo Joze Miguel de Brito⁵³, escrevendo sua “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina” em 1816, que após a transferência dos filhos e filhas de Dias Velho para a Vila Laguna, após a morte do pai em 1687, alguns dos 500 indígenas que Dias Velho trouxe para a ilha, vindos do Porto de Santos, escolheram permanecer nestas terras. Segundo o autor:

Depois da trasladação dos filhos de Velho Monteiro para a Villa da Laguna somente ficarão na Ilha de Santa Catharina alguns dos Indios que elle comsigo levou de S. Vicente aos quaes tinha distribuido terrenos para os cultivarem, e não quizerão abandoná-los. Pode dizer-se que estes homens e seus descendentes, formarão quasi a totalidade da população da Ilha por espaço de 40 a 50 annos, porque somente depois do anno de 1700 he que para alli se transportarão alguns habitantes das Villas da Capitanía de S. Vicente [...] (BRITO, 1829, p. 18)

Segundo afirma Brito, a ocupação da Ilha e das regiões próximas em Terra Firme não foi uma prioridade para os espanhóis durante os séculos XVI e XVII, mesmo no período de vigência da união ibérica, em que Espanha e Portugal tornaram-se um único reino. Da mesma

– batismo do milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. “Ojeguata” pode-se traduzir, também, na visita a um parente, que pode durar semanas ou até anos; ou uma “caminhada” em busca de trabalho e de novas experiências e conhecimento, característica das caminhadas dos jovens. O caminhar ou andar faz parte do universo cultural desses povos (MELIÀ, 1989; PISSOLATO, 2007; PEREIRA, 2007)”. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650128> – Acesso em 04.04.2022, as 11h.

⁵³ Paulo Joze Miguel de Brito, além de ser considerado um dos primeiros historiadores de Santa Catarina, era ajudante de ordens do governo da capitania de Santa Catarina quando escreveu seu livro “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina” em 1816. Além de simplesmente escrever a História ele processa e analisa dados da região em seu tempo presente, aponta problemas e projeta soluções para o sucesso do projeto colonial.

forma, também não foi prioridade para os portugueses, que na época reuniam esforços para expulsar os holandeses do nordeste brasileiro, ao mesmo tempo em que empreendiam outros projetos coloniais como o de sobrepujar a resistência de grupos indígenas inimigos e construir caminhos pelos sertões a partir de São Vicente, de Salvador e de outras cidades importantes por meio de entradas e bandeiras. Foi apenas no século XVIII, que as disputas territoriais entre Portugal e Espanha se acirraram de fato e Portugal resolveu ocupar efetivamente a costa de Santa Catarina, enviando pessoas de outras regiões da colônia e imigrantes açorianos.

Neste contexto, o contato com documentos históricos que apresentam narrativas/versões dos europeus sobre a história da colonização da região evidencia a dinâmica do convívio entre eles e os indígenas e a dependência que tinham os primeiros da ajuda indígena em diversos momentos, inclusive no propósito de defender as terras, que os portugueses entendiam como suas, das incursões espanholas.

É o que se notabiliza nas “Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina”, onde Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, sua versão sobre a atividade do contato dos indígenas da Ilha e da região da Terra Firme com colonizadores de São Paulo, com outros povos indígenas e os primeiros passos para o surgimento da vila de Desterro no século XVII. Segundo este autor oitocentista:

[...] seus naturaes, chamados Carijós, ou Carihós dos Patos, faceis no trato, pacíficos, e com alguma indústria, entretido depois de 1554 commercio com alguns moradores do Porto de Santos que lhes trazião em suas embarcações ferramentas, anzois, facas e outros generos que permutavam por algodão que plantavam e colhião, rêdes e índios que captivavão na guerra, ou por castigo degradavão, erão seus povoadores no anno de 1650 unicamente alguns criminosos que nela vinhão acoutar; até que em 1651, segundo se affirma (e concordão muitos Escriptores e tradições), veio estabelecer-se Francisco Dias Velho Monteiro, partindo do porto de Santos com sua familia, que constava de sua mulher, dous filhos, (João e Salvador Pires) duas filhas, e 500 índios domesticados, trazendo aggregado um homem branco de nome José Tinoco com sua mulher, um filho, duas filhas, e dous frades ou padres da Companhia de Jesus, segundo um documento que temos presente. (COELHO, 1877, p. 5)

É interessante observar a forma como o autor descreve a agência dos Carijó-guarani que viviam na região. Estes inseridos em um contexto de contato esporádico no século XVII, encontraram maneiras de se beneficiar com a situação. Ao mesmo tempo que garantiam acesso aos instrumentos e ferramentas que não possuíam, também se livravam de sujeitos indígenas indesejáveis para eles, enquanto buscavam tecer boas relações com os colonizadores paulistas. Entretanto, vale lembrar que “mesmo esse contato esporádico já era desestruturador e introduzia alterações significativas na organização social dos índios e conseqüentemente nas motivações e interesses que orientavam seus contatos com os europeus”. (ALMEIDA, 2010, p. 41)

Ademais, este contato foi intensificado pelos europeus no século XVIII nesta região, quando, devido às disputas territoriais entre Portugal e Espanha na parte sul da América, a coroa portuguesa foi percebendo a necessidade de iniciar a ocupação deste litoral, enviando os primeiros colonizadores no final do século XVII e intensificando o processo a partir do século XVIII e XIX. Neste contexto, Dias Velho fundou a primeira vila na ilha, em 1675, e ergueu uma igreja que dedicou a Santa Catarina, em homenagem a uma de suas filhas. Entretanto, ele não fez nada sozinho, fez com a ajuda dos quinhentos indígenas que ele havia trazido consigo e que considerava “domesticados”, ou melhor, os que haviam adotado aspectos da cultura e do modo de viver dos europeus. Os indígenas que chegaram junto aos colonizadores passaram a viver nas terras pertencentes aos Carijós e, possivelmente, ainda ocupada ou frequentada por eles. Este contato entre grupos indígenas sempre existiu na América, mas a introdução dos europeus alterou estas relações gerando novas situações e conflitos que passaram a fazer parte da dinâmica do processo colonizatório. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida,

Os avanços nas pesquisas arqueológicas têm evidenciado as intensas interações existentes entre os vários grupos indígenas que habitavam o continente antes da chegada dos europeus. Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si. Os conhecimentos sobre essas relações ainda são bastante limitados e baseados, em grande parte, em hipóteses a serem comprovadas. (ALMEIDA, 2010, p. 33)

Um exemplo desta interação e de conflitos entre os povos indígenas está em outro trecho do texto de Coelho, que demonstra que as relações interindígenas também influenciaram/alteraram a história da colonização. Conta o autor que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho a ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos):

Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua família, **muitos índios, e escravos**, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguezia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os Índios d’esta, como d’aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizeram com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [...] (COELHO, p. 6, 1877)

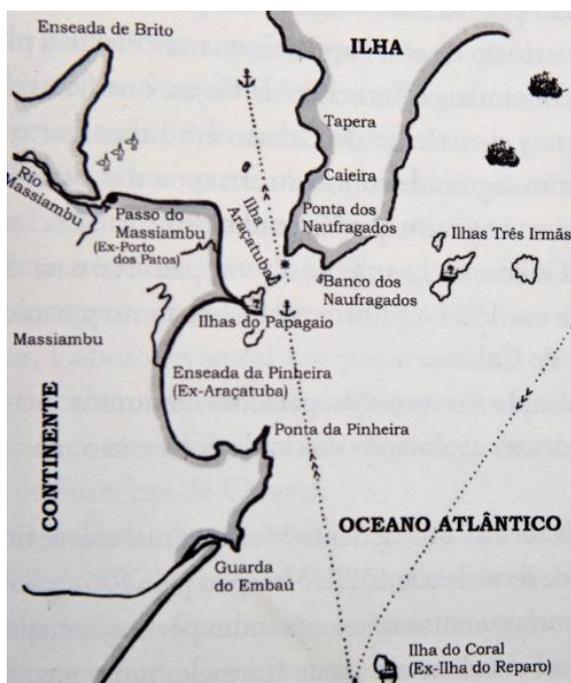
Há que se considerar que a lógica das relações entre os grupos indígenas que se estabeleceram na região, não era compreendida pelos europeus. Por isso, muitas vezes os indígenas eram mal interpretados, por exemplo, os problemas dos carijós-guarani com os portugueses talvez tivessem mais relação com as rivalidades destes com os tupi de São Vicente, do que algum ódio ou ressentimento contra os colonizadores lusos. Segundo Almeida (2010) o

[...] impacto da presença europeia não se fez sentir apenas sobre as guerras. As relações entre os grupos, com certeza, também se alteraram com tantas novas ameaças (guerras, escravizações, epidemias) e atrações (instrumentos de ferro, armas de fogo,

aliados poderosos). Portanto, quando os cronistas diziam que tais índios eram amigos desses e inimigos daqueles, talvez não percebessem a influência que eles próprios já exerciam sobre essas relações [...]. (ALMEIDA, 2010, p.35)

Diante do exposto é possível concluir que Domingos de Brito não conseguiu prever a ação dos indígenas. Isso porque eles sempre foram sujeitos ativos de suas histórias e porque os europeus não entendiam bem as diferenças entre os diversos grupos indígenas. Apesar de trazer consigo nativos que considerava seus amigos, não contava que poderia promover grande embate ao realizar a introdução de um possível grupo inimigo no território ancestral dos guarani, uma vez que a Enseada de Brito faz parte do entorno do Cambirela. Além disso, relata o autor, que os indígenas que ele trouxe também entraram em desavença com os “d’aquella colônia”: estaria o autor se referindo aos 500 indígenas trazidos por Dias Velho para sua colônia ou aos carijós que ainda habitavam a região do Sul da Ilha, parte muito próxima da região da Enseada? Sobre isto é difícil saber, mas é fácil perceber que Domingos de Brito, sem querer, pois não compreendia bem a diversidade e a complexidade dos que nomeava de índios, acabou por promover um conflito entre os indígenas trazidos por ele e os grupos regionais. Este episódio corrobora para o entendimento de que não eram os europeus que estavam no controle, em meados do século XVII. Brito percebeu isso, não aguentou a pressão e fugiu com sua família para Laguna.

Figura 8- Mapa ponta sul da ilha e Enseada de Brito no continente



Mapa com a localização da Enseada de Brito e porto dos patos, foz do Rio Massiambú na Terra Firme.

Disponível em: <https://ndmais.com.br/diversao/espanhois-em-terras-carijos/>

Rota de Sebastião Caboto, 1526.

Além disso, é importante destacar que, no mapa acima, a maioria dos nomes das localidades próximas à Enseada de Brito, permanecem os que foram atribuídos pelos povos originários: Embaú (onde tem água e comida), Araçatuba (muita fruta araçá), Massiambú, Tapera (aldeia extinta), Caieira (queimada velha). Isto demonstra a forte e contínua importância que teve a população guarani na região ao longo do tempo. Esta presença duradoura e a convivência guarani com outros povos indígenas, com povos de origem europeia e africana evidenciam grande agência deste povo na região, sendo agentes promovedores de mudanças naqueles com quem conviveram. Evidentemente também eles se transformaram com o contato, mas a dinâmica cultural que se estabeleceu nesta região, somada as suas estratégias de resistência, possibilitaram a manutenção de elementos tradicionais e sagrados de sua cultura até os dias de hoje, através de seu modo de ser e viver, o M'byá Rekó.⁵⁴ Sobre isto Kaká Werá Jecupé, em seu livro “A terra dos mil povos”, afirma que:

A cultura de reverência à Mãe Terra foi se formando ao longo dos ciclos das estações da natureza com os povos aqui existentes, e houve um momento em que floresceu na região amazônica, onde a sabedoria deixou rastros pelos fragmentos da terra. (JECUPÉ, 2020, p. 20)

Se antes, no século XVI e XVII a presença indígena na região de São José e entorno fica evidente por conta dos sítios arqueológicos, dos relatos dos navegadores e conquistadores europeus, sobre o século XVIII temos poucas informações. Segundo Angela Sabrini (2017), em sua dissertação de mestrado “Entre jarros e vasilhas – presença indígena em Florianópolis”, no “início do século XVIII os indígenas pouco figuraram nos documentos e narrativas acerca da história da região” (p.95). Por que não eram citados? Segundo Sabrini, que realizou ampla pesquisa documental sobre o assunto:

Shelvocke, viajante inglês que aportou na ilha em 1719, da mesma forma, cita a presença indígena na região, asseverando, no entanto, nunca ter visto mais de dois ou três (PALMA DE HARO, 1979, p.47). Outra questão é relativa ao entendimento de Shelvocke acerca de quem eram os indígenas. É possível que este número seja apenas referente a indígenas “selvagens”, ou seja, os que carregavam consigo algum estigma que fazia parte do imaginário de Shelvocke acerca do que era um indígena, não contando assim, os indígenas que serviam aos brancos, com vestimentas e ações ajustadas à sociedade colonial emergente. (SABRINI, 2017, p. 95)

Como na época havia poucos habitantes de origem europeia na ilha e continente, e estes viajantes provavelmente ainda não adentravam o interior das florestas, possivelmente não se

⁵⁴ De acordo com Daniel Kuaray e Dieh Ara'i, “Os Guarani que habitam a aldeia Yyn Morontchi Whera, nome indígena que significa reflexo das águas cristalinas, mantêm um sistema próprio de vida, onde o coletivo é a base dessa comunidade.[...] O modo de viver guarani se manifesta em seu dia a dia na aldeia, onde cada um faz parte de um todo maior [...]” (UFSC, 2016, p. 19 e 20) Trabalho “**Território Guarani**”, disponível em: <https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf>

deparavam com aqueles indígenas que, naquela época, ainda podiam optar por uma vida sem muita interferência dos brancos. No entanto, é possível afirmar, como fez Sabrini, que a presença de indígenas adaptados à sociedade colonial era frequente nas vilas. No entanto, ao adotarem aspectos da cultura europeia deixavam de ser indígenas para os europeus, que os consideravam assimilados. O que Shelvocke, o viajante inglês, não entendia é que os indígenas eram capazes de mudar, de se transformar no contato. É como aponta a poeta indígena Márcia Kambeba em um trecho de seu poema: “Posso ser quem tu és, sem perder a essência que sou.” (KAMBEBA, 2018, p. 19)⁵⁵

Foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, que a história indígena em São José toma outro rumo, a partir do projeto para povoar as terras mais ao interior da Freguesia, a fim de viabilizar a construção de uma estrada que ligasse os núcleos populacionais do litoral (Desterro e São José) com a vila de Lages. Até então os interesses da coroa portuguesa estavam mais voltados à ocupação para proteção das regiões litorâneas da colônia.

(...) a colonização portuguesa foi litorânea e tropical, basicamente. Preferiu-se sempre as vias marítimas como principal meio de comunicações, criando todas as dificuldades “às entradas terras adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha”, inclusive com o fechamento de variantes do Peabiru, ordenado por Tomé de Sousa. Tratava-se muito mais de “feitorização do que de colonização”. Lembre-se que a conquista das regiões do interior em grande parte só se tornou possível graças à experiência e ao conhecimento acumulado sobre o território que as populações nativas já possuíam. (LOHN, 2004, p.42)

Assim, entre as pequenas povoações que se estabeleciam pelo interior, ao longo dos caminhos das tropas que seguiam do Rio Grande do Sul até São Paulo, no século XVIII, atravessando o território catarinense e o litoral mais ocupado, restavam grandes extensões de terra que permitiam aos grupos indígenas ainda viver conforme seus costumes e circular em suas terras tradicionais. No entanto, ao longo do século XVIII a administração colonial portuguesa foi se dando conta de que o processo colonizatório precisava avançar, daí a iniciativa da construção de estradas que ligassem o litoral com regiões do planalto.

Alcides Goularti Filho em seu artigo “Integrando o Território Catarinense: A construção da estrada de Lages”⁵⁶ afirma que a “primeira iniciativa de promover uma ligação entre Lages e o litoral, até a freguesia de São José de Terra Firme, foi após a invasão espanhola da Ilha de

⁵⁵ Livro digital “Ay Kakyri Tama” - disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ay_Kakyri_Tama/f1IwEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover - Acesso em 10.12.2021 às 10:10h.

⁵⁶ <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0076302f88d70811a732a1eeb4361577419.doc>

Santa Catarina em 1777 (2013, p. 4)”. Neste episódio os portugueses que fugiram de Desterro ficaram sem ter para onde ir, tendo que se embrenhar na mata. Não havia estradas porque não existiam povoados ou vilas próximas para alcançar. Segundo o autor o episódio da tomada da ilha foi o fator, muito citado nas cartas e comunicações do governo da capitania, que motivou a construção da estrada que ligaria São José a Lages.

“Por ordem do Governador da Capitania, o Alferes Antonio José da Costa ficou encarregado de abrir um caminho entre a freguesia de São José de Terra Firme até as cercanias da vila de Lages, no então planalto serrano paulista. A empreitada do alferes teve início em 11 de janeiro de 1787, quando partiu de São José com “12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras”, seguindo pela picada sul em direção a oeste, margeando o Rio Maruim (COSTA *apud* COELHO, 1856, p. 195). Nessa primeira tentativa, Costa não concluiu a sua empreitada e chegou até a Serra da Boa Vista, retornando no dia 7 de abril, após 81 dias de marcha. Em 11 de julho, Costa volta ao caminho, agora com “seis homens armados, seis homens cargueiros, oito bestas cargueiras e 18 rezes” (COSTA *apud* COELHO, 1856, p. 199). Apesar de sofrer uma grande baixa devido às enfermidades e seguir apenas com quatro homens, Costa chega à vila de Lages no dia 8 de agosto. O retorno foi feito em direção a Laguna, seguindo o caminho do Rio do Rastro até o Tubarão. Com as marcas da trilha já definidas, faltava iniciar a abertura do caminho por meio da derrubada da mata, a construção de algumas pontes e o aterro de áreas alagadiças. Essa tarefa foi delegada ao próprio Antonio José da Costa e ao Capitão Antonio Marques d’Arzão, que receberam a quantia de 9:600\$000, para abrirem o caminho da freguesia de São José da Terra Firme pelos sertões adentro até a vila das Lages. Os serviços se iniciaram em 14 de outubro de 1788 e foram concluídos em 6 de dezembro de 1790. (FILHO, 2013, p. 5)

Ainda segundo Goularti Filho, como o tráfego esperado não se concretizou pela estrada, em função de inexistirem relações comerciais mais sólidas e necessidades de comunicação, a estrada foi sendo abandonada com o passar do tempo. Sem os cuidados devidos foi se tornando intransitável. Somente décadas depois, durante o primeiro reinado, quando a administração local passou a ter mais autonomia é que “as obras na Estrada de Lages foram retomadas. A manutenção de uma via de comunicação transversal passou a ser necessária para a consolidação do poder provincial sobre o território”. (FILHO, 2013, p. 6)

Figura 9- Traçado caminho das tropas

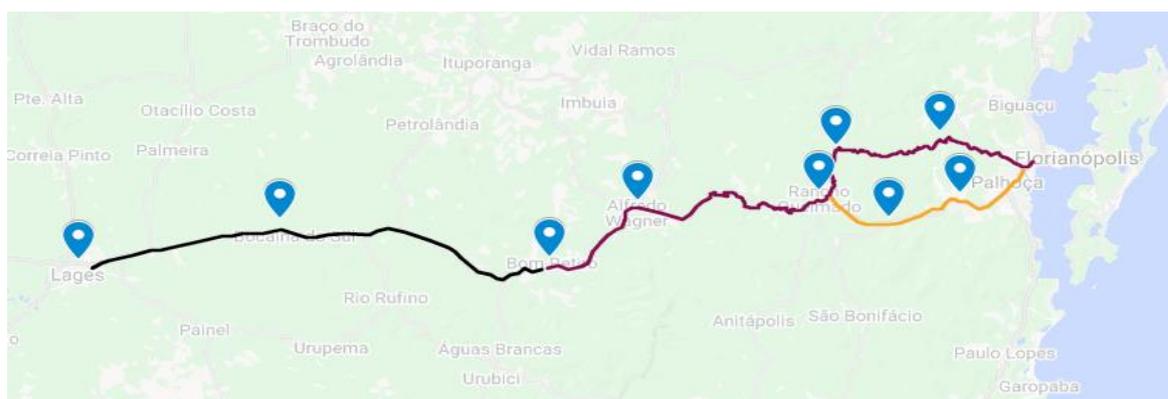
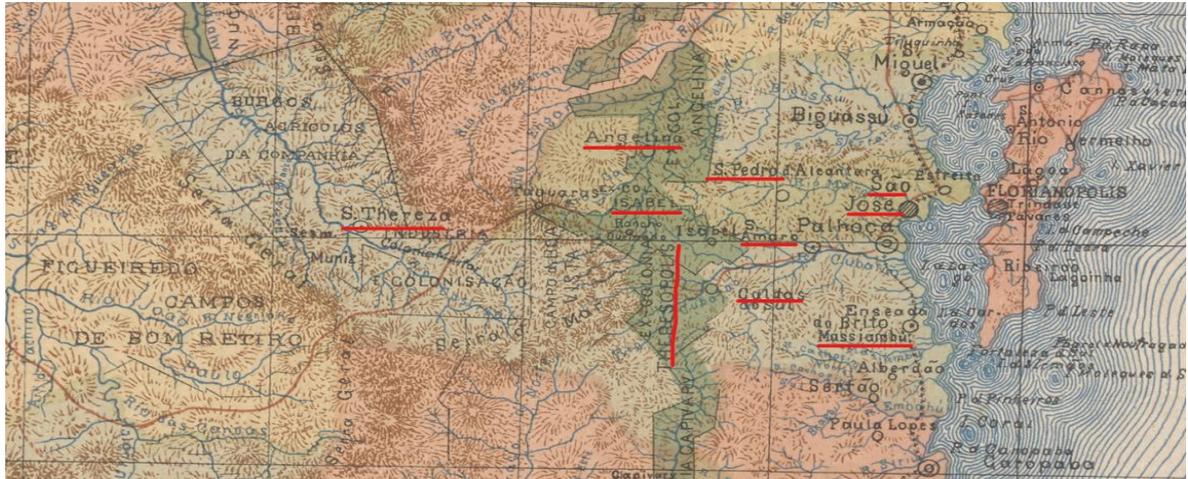


Figura 10- Recorte do mapa de Santa Catarina 1907



Recorte do mapa de Santa Catarina – 1907 – onde aparecem as colônias fundadas ao longo do caminho das tropas (caminho até Lages) para ocupação/colonização do território.

Mas porque os colonos se desinteressaram por esta estrada? Paulo Joze Miguel de Brito esclarece:

Conservou-se aberta esta estrada, e foi trilhada até ao anno de 1.800, mas como não se tratou logo de a povoar e cultivar por hum e outro lado, nem se estabeleceu Freguesia ou arraial algum em toda a sua extensão, e os Sertanejos que por ella transitavão, nao encontravão as precisas commodidades, e além disto forão algumas vezes atacados pelos Indigenas chamados Bugres, que vivem por aquelles sertões, desanimarão e intimidarão-se aquelles Sertanejos, e deixarão de vir a Santa Catharina; por consequente o mato foi crescendo pelo discurso dos tempos; (BRITO, 1829, p. 87)

Sendo assim, na São José da Terra Firme do início do XIX ainda eram os grupos indígenas da região quem de fato tinham a posse das terras do interior que “ilusoriamente”⁵⁷ Portugal considerava suas. No entanto, o Vice-Rei do Brasil ao mandar construir a estrada que ligava a recém fundada Vila de Lages (1771) ao litoral de São José dava um primeiro passo para integrar as regiões, possibilitar a ocupação das terras consideradas devolutas e consolidar a ocupação destes espaços em nome de Portugal. No entanto, mesmo após a conclusão da obra, os portugueses não conseguiram concretizar seu intento. Faltava gente para ocupar e colonizar as vastas regiões. Além disso, como a maioria dos habitantes destas áreas do interior ainda eram

⁵⁷ Reinaldo Lindolfo Lohn, em seu texto “ O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista”, reflete sobre a apropriação imaginária dos espaços americanos pelos europeus. Segundo ele: "Através dos mapas e das denominações topográficas, as terras que estavam em processo de conquista faziam sua entrada na mentalidade e nos horizontes de expectativas dos europeus envolvidos, direta ou indiretamente, no ciclo inicial de exploração das terras americanas. Todo o espaço geográfico e os grupos humanos que o ocupavam receberam as nomações consideradas legítimas pela sociedade europeia e foram obrigados a pertencer a um imaginário que não era o seu. (...) Ao deparar-se com outros povos, portadores de hábitos, costumes e, por vezes, aparências tão diferentes, os europeus iniciaram a tomada imaginária da terra, que corria em paralelo à sua conquista e à exploração efetiva.” p. 29 e 30.

indígenas, que por vezes atacavam os brancos que utilizavam a estrada, o fluxo de passagem pela estrada acabou por não ser relevante. Por se tratar de décadas de abandono e desuso, não é difícil imaginar que os indígenas destas regiões não tiveram grandes problemas em permanecer em seus espaços tradicionais até meados do século XIX.

No entanto, o recém fundado governo imperial percebeu a necessidade de ampliar seu poder sobre os territórios demarcados do novo país a fim de impedir uma pulverização territorial proveniente de movimentos separatistas. Assim, era necessário consolidar as fronteiras e integrar as regiões para promover o desenvolvimento do capitalismo e a construção do Estado-Nação. Então, deu-se início a execução de mais um passo do empreendimento colonial, o incentivo a imigração de europeus que não fossem portugueses, pois ainda pairava no ar o medo em relação a possíveis tentativas de recolonizar o Brasil. Assim, se abre a possibilidade para que imigrantes alemães pudessem se estabelecer no sul do país. Desta forma, em 1º de março de 1829, é fundada a Colônia São Pedro de Alcantara no sertão de São José da Terra Firme, nas proximidades da estrada que ligava o litoral a Lages, as margens do Rio Imaruí, com o objetivo de proteger e ocupar a região. No entanto, 14 famílias das 146 que desembarcaram em Desterro desistiram de ocupar estas terras afastadas preferindo morar no litoral mais povoado. Estas pessoas ficaram sabendo da notícia de que havia indígenas vivendo na localidade destinada à criação da colônia. Assim, comenta Elzeario Schmitt citando trecho do documento de Padre Paiva:

“Ao princípio amedrontados pela notícia de que os indígenas freqüentavam os lugares que lhes eram dados para seu estabelecimento, recusaram sair da cidade. Este terror poderia fazer malograr a empresa, se o presidente da província não os animasse, marcando uma diária de 160 réis a cada alemão que subisse para o lugar da Colônia. Este incentivo teve ótimo resultado. Os colonos imediatamente anuíram à proposta, e os indígenas, que infestavam aqueles sítios, foram fugindo de semelhantes vizinhos.” Nenhuma outra crônica fala da presença de índios antes da chegada dos colonos (1). O padre Paiva apresenta o saldo diário de 160 réis como estratégia e chamariz usado para atrair os imigrantes temerosos. (SCHMITT, 1974, p.113)

Após muitas dificuldades para abrir clareiras na mata, dividir as datas e construir os primeiros abrigos, se estabeleceram no sertão josefense, às margens do Rio Imaruí 132 famílias alemãs vindas de Bremen para colonizar a região. Mas havia outras pessoas morando por lá, eram os indígenas, por esta e outras razões muitas famílias desistiram de ficar nesta região.

Em 1836 o governo provincial concedeu terras para alguns imigrantes alemães descontentes com a baixa fertilidade do solo da colônia josefense de São Pedro de Alcântara, possibilitando sua transferência para o vale do Cubatão fundando a colônia Vargem Grande,

hoje o município de Águas Mornas. Padre Paiva⁵⁸ descreve, em 1848, o processo de fundação da colônia Vargem Grande e destaca a presença constante e seu incômodo com a presença indígena na região:

No anno de 1836, onze famílias allemãs, deixando as datas que lhes tinham concedidas no Muruhy (leia-se São Pedro de Alcântara), pediram e obtiveram outras, posto que mais limitadas, nas margens do Rio Cubatão. Aqui reunidos os novos povoadores começaram por prestar não pequeno serviço, fazendo com sua presença, desaparecer os indígenas, que ainda de vez em quando infestavam estes lugares. (PAIVA, 1848, p. 510)

Padre Paiva, em trecho de sua “Memória histórica sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara”, enaltece a colonização alemã e uma de suas importantes consequências: a expulsão dos grupos indígenas que viviam nestas terras e o impedimento de incursões dos mesmos sobre o litoral uma vez que, até pouco tempo se aproximavam “da capital em distância menor de cinco léguas” (PAIVA, 1848, p. 519). O padre ainda falando sobre os indígenas da região, completa dizendo que:

[...] um só já não aparece na longa estrada de 34 léguas, que comunica a villa de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquillo, não teme a flecha do Bugre; e o lavrador habitando solitário esses sertões, goza das dilícias do campo, sem receiar os perigos do erno. (PAIVA, 1848, p. 519)

Nos trechos acima fica evidente que Padre Paiva supunha que o “sumiço” dos indígenas era uma consequência direta da criação das estradas e da chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros que, na visão do padre, consistiam em uma grande ameaça aos nativos. No entanto, se a fundação das colônias de São Pedro, em 1829 (que por muito tempo passou por grandes dificuldades, gerando evasão de colonos) e sua manutenção foi possível, apesar do aparecimento eventual de grupos indígenas, isso se deu porque os indígenas decidiram se retirar das proximidades deste núcleo, não atacar, indo habitar outras partes de seu território ancestral. Tomaram a decisão de não usar a violência e se deslocar para outras áreas, demonstrando sua agência histórica. Posteriormente, com o surgimento nas próximas décadas de outros núcleos populacionais na região, os Laklãnõ Xokleng (botocudos) resolveram iniciar a defesa de seu território utilizando os recursos e as estratégias que conheciam. Então o que acontecia era o que o padre não queria admitir, os indígenas eram os indivíduos dominantes nestas terras,

⁵⁸ Padre Paiva ou Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva ou, simplesmente, Arcipreste Paiva ganhou notoriedade em Desterro e região por seu trabalho como pároco em São José da Terra Firme (1844). Em 1863 foi promovido a arcipreste, ou seja, chefe dos vigários de Santa Catarina. Atuou como deputado, educador e jornalista em Desterro. Autor de várias obras, em 1848, escreveu: *Memória Histórica sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara na Província de Santa Catarina*, de onde foram retirados os excertos analisados. O artigo foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X. Disponível no link a seguir, acesso em 03.10.2021 às 8:45h: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsRXB6dWY0Rlowd2s/view?resourcekey=0-8Z3dixxyyc4Pk98Mgetlqw

conheciam as matas, o território e empreenderam muitos ataques contra os europeus. A guerra que os indígenas travavam, gerava pânico nos povoados, fazendo com que muitos colonos se mudassem para outras localidades ou mesmo desistissem de suas sagas colonizatórias.

Desta forma, fica evidente que a facilidade ou dificuldade de tomar um território dependia das ações dos povos indígenas. Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, foram “as ações dos povos indígenas que deram limites e possibilidades aos projetos coloniais desenvolvidos na América”. (ALMEIDA, 2010, p. 27) Foram necessários anos, décadas, séculos de ataques dos colonizadores aos povos indígenas para a efetivação do processo de conquista que, por outros meios, ainda persiste na contemporaneidade.

No século XIX, o padre Paiva achava que os indígenas tinham sumido das regiões onde antes viviam em grande quantidade. No entanto, existem evidências que não corroboram com sua tese. Em outro livro sobre a história de São José, “São José da Terra Firme ou simplesmente São José”, de Thiago de Souza (1992), os povos indígenas são mencionados em apenas uma oportunidade, quando o autor conta a história da criação da Colônia Militar de Santa Tereza (1854), hoje município de Alfredo Wagner, território que pertenceu a São José até o final do século XIX. Esta colônia surgiu por uma necessidade de proteger o caminho que ligava o litoral e o interior, Desterro e São José com os campos de Lages. Souza afirma que:

Quando o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos, ordenou ao Governador da Província de Santa Catarina que abrisse uma estrada rumo ao planalto em direção a Lages, cumpriu o Governador esta ordem, fazendo a união do Litoral à serra. Várias tentativas foram feitas para o povoamento desta picada todas em vão, **o índio não permitia** (grifo meu). Vendo o Governo fracassado seu intento pacificamente resolveu fundar neste trajeto Colônias Militares para darem proteção aos colonos, dentre outras, foi fundada a da fazenda (...) (SOUZA, 1992, p. 36).

Muitas décadas tinham se passado da construção da estrada, o Brasil já era um país independente e estas terras ainda eram dominadas pelos grupos indígenas que seguiam impondo resistência a fim de administrar o avanço da colonização sob seus territórios tradicionais, localizados mais ao interior, na segunda metade do século XIX. É neste período que o governo da província de Santa Catarina decide usar a violência (apesar de dizer que não) para resolver esta questão ao fundar as Colônias Militares. Esta agência dos povos indígenas na manutenção de suas terras, bem como a sua presença nos territórios não são destacadas na historiografia que conta a história de São José.

Então os indígenas não desistiram fácil de seus territórios. O contato inevitável trouxe consigo o estranhamento mútuo e os conflitos. Robert Avé-Lallemant, médico alemão que

visitou a região de São José e suas colônias alemãs, Santa Isabel e São Pedro de Alcântara, em 1858, em 1º de junho, relata que:

Muito me diverti com a vida campestre alemã do Rio dos Bugres! O que faz um bom braço alemão! Por quanto tempo viverão botocudos canibais nestas quebradas? Agora só resta o nome deles no rio! (AVÉ-LALLEMANT APUD GERLACH E MACHADO, 2007, p.64)

Este relato revela extremo ódio e incômodo dos colonos alemães em relação à presença indígena na região. “Foram os botocudos, no entanto, os inimigos por excelência, aqueles para os quais se construíram as imagens mais terríficas que predominaram até o século XX e justificaram uma política indigenista extremamente agressiva.” (ALMEIDA, 2010, p.66) Atribuem estigmas e tabus imaginários aos indígenas da região que não eram praticantes de rituais antropofágicos. Segundo Manoel Joaquim D’Almeida Coelho (1877), em seu livro “Memória histórica da província de Santa Catharina”, no qual o autor descreve a sua preocupação com a falta que a catequização faz nos sertões da parte continental colonizada recentemente, ele confirma a informação de que os indígenas deste estado não praticavam a antropofagia. Segundo ele:

Depois da extinção dos Padres da Companhia de Jesus, nem um systema, nem meio se estabeleceu ainda conducente a chamar ao gremio da família brasileira a imensidade de índios habitantes dos sertões da Província (...). Os povoados de Itajahv, do Cambriú, do Biguassú, **as estradas que conduzem de S. José**, e do Tubarão a Lages, e as immediacoes de Itapacoroy a S. Francisco, teem sido os lugares de que a muito se poderia ter formado esses indios em entes, se nao prestáveis, ao menos mais pacificos, pois que **não tem demonstrado muita ferocidade, nem são antropophagos**, se na tarefa ardua e mais sublime da propagação do Evangelho, domesticamente se tivesse empregado os Jesuítas, ou outros homens como elles do consumado valor e perseverança. (...) **A colonisaçao, meio, senão o unico, o mais poderoso para povoar-se as térras do continente** da Província tão usadas para toda a qualidade de trabalhos ruraes, e aproveitar-se os dons com que a natureza tao prodigamente doutou este paiz. (p. 87) (Grifos meus)

Assim, os relatos do padre, dos historiadores e do médico nos dizem que havia grupos indígenas vivendo nos territórios josefenses, um tanto quanto próximos ao litoral. Mas quem eram esses indígenas? Analisando mapas informativos sobre os territórios tradicionais dos grupos indígenas catarinenses, percebemos que São José da Terra firme, por ter até a década de sessenta do século XX um território muito extenso, era área de circulação de populações indígenas pertencentes à família Jê, além dos guarani.

Figura 11- Mapa povos indígenas em SC



Desta forma, entendemos que os chamados de bugres e botocudos pelos nacionais e colonos que invadiam e ocupavam as terras eram na verdade Laklãnõ-Xokleng e Kaingang que circulavam pelos seus territórios originários tradicionais. Apesar de falarem em “desaparecimento” em seus relatos, o padre Paiva e o médico Avé-Lallemant ou estavam desinformados sobre o assunto ou tentavam convencer e acalmar a população leitora de seus textos, entre eles os possíveis novos colonos, de que os indígenas haviam sido exterminados. Afinal, ainda que os indígenas tenham sofrido as consequências do contato, restou muito mais do que apenas o nome deles no Rio dos “Bugres”, pois eles se mantêm existindo até hoje.

Além disso, a presença destes povos aparece em museus de alguns municípios e em relatos coloniais, alguns encontrados na tese de Walter Piazza (1973) sobre a formação da colônia de Angelina. Angelina emancipou-se de São José em 1961. Em seu trabalho Piazza descreve as angústias dos colonos, em relação à presença indígena na região, ao destacar a narrativa do diretor da colônia José Cândido Duarte da Silva em ofício, de 26 de novembro de 1877, encaminhada para o presidente da província, Dr. José Bento de Araújo, sobre o “perigo” que os indígenas que viviam na região representavam e o medo que provocavam nos colonos. Segue trecho do ofício:

Os indígenas, conhecidos aqui n’esta província com o nome de “Bugres”, têm este ano constantemente aparecido em várias linhas: seu aparecimento sempre traz em contínuo sobressalto os Colonos. Tenho feito o possível, para que elles se afugentem, mandando bater, quando se torna necessário, as matas, porém sempre com toda a prudência, de sorte, que felizmente, não tem havido n’esta Colônia acontecimento fatal algum. (PIAZZA, 1973)

Os ofícios dos diretores da colônia, relatando receios, eventos e confrontos, se seguem de 1872 a 1879, e depois continuam relatos até o século XX. Acreditamos que estes “bugres” apontados nos documentos sejam os Kaingang, pois esta colônia Angelina foi construída em

uma área de circulação histórica deste grupo, na qual também se encontra um sítio arqueológico⁵⁹ de origem deles.

Existem outras evidências da presença e da resistência imposta pelos indígenas na bacia do Cubatão, em uma época em que a região ainda pertencia a São José. Entre os anos de 1878 e 1881 várias cartas emitidas pela Subdelegacia de Polícia do Distrito de Theresópolis e Santa Izabel⁶⁰ foram enviadas ao presidente da província de Santa Catarina, João Rodrigues Chaves, nelas se evidenciam os medos, angústias e até o desespero dos colonos, nacionais e alemães, com a presença maciça de indígenas em diferentes áreas da colônia. Em 1878, o Subdelegado Mathias Schmitz afirma que é “indispensável tomar providencias para afugentar os bugres, que francamente aparecem na estrada em grandes turmas” por conta disto os colonos “são impedidos na lavoura de suas terras e obrigados a retirarem-se d’alli”. Em novembro de 1879 ele diz que: “me foi recommendado empregar um 116 ou mais batedores de matto para afugentar os bugres das estradas. Tenho de informar a Vossa Excelência que a região ameaçada pelos bugres é muito extensa”. Seguem-se muitas outras comunicações. Em 1881 Mathias descreve o desespero dos moradores e o seu ao afirmar que:

a pouco vierão os moradores de Capivari queixarem se de que se acharão / de novo encomodados por causa dos bugres que a poucos / dias forão a casa do colono Exckötter e quase que levarão / 2 crianças e hotem forão a casa da viuva Vanderes / aonde flexarão o filho mais velho em um braço [...] tinhão de mudarem-se / todos ou serião todos mortos pelos bugres, pois que estes / não se retirão mais de ahi [...]

A socióloga Elis do Nascimento Silva, em seu trabalho final do curso de Ciências Sociais da UFSC (2011) analisa obras importantes⁶¹ do antropólogo Silvio Coelho dos Santos e afirma que:

A região na qual estão localizados os municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas foi originariamente habitada pelos índios Xokleng, principalmente as áreas que compõem o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. De acordo com registros históricos e antropológicos, esses indígenas eram remanescentes de uma população que ocupou o bolsão de mata virgem na área compreendida entre o litoral e o planalto, entre as proximidades de Curitiba e Porto Alegre, no século XIX, possuindo uma vida semi-sedentária com a prática da cultura agrícola do milho (SANTOS, 1976, p. 54). Após esse período, os Xokleng deslocaram-se do planalto para a área de florestas

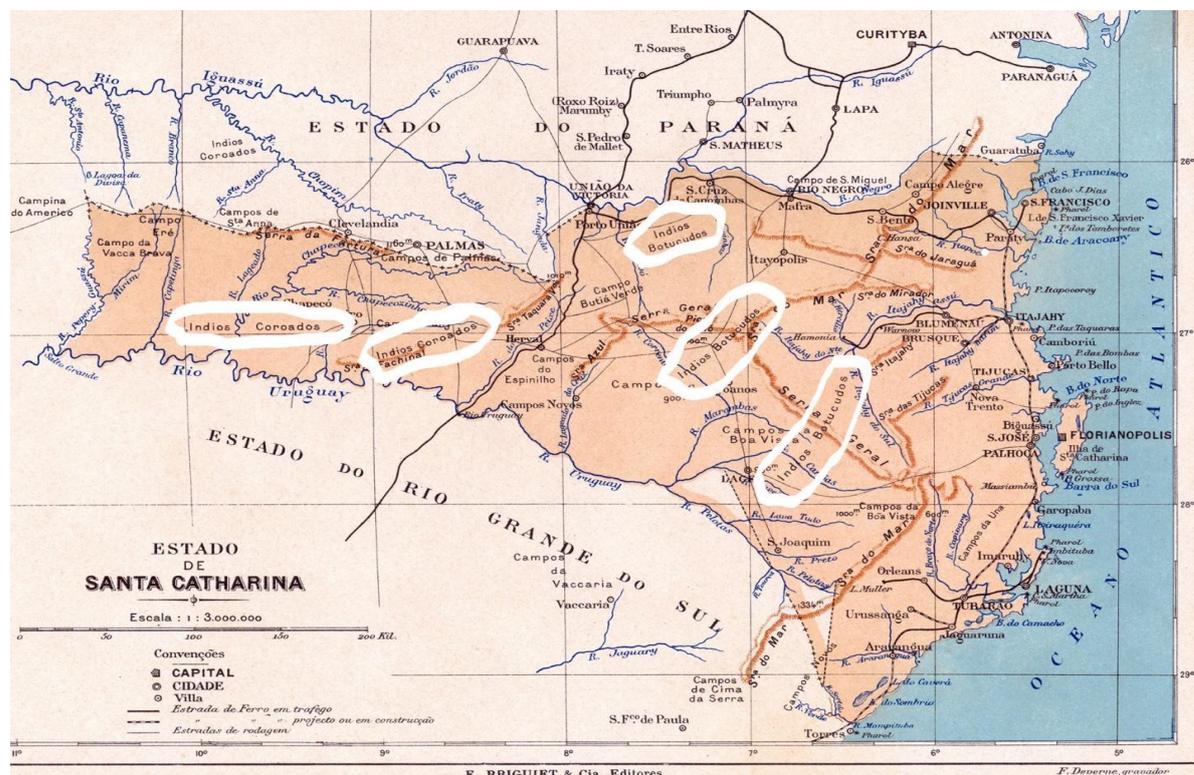
⁵⁹ Chão de Antiga Aldeia Caingang em Angelina: Situado em terrenos de Francisco Bunn, na localidade de Rancho das Taboas. Sobre área de 100 x 100 metros quadrados, encontram-se esparsas manchas escuras no solo, com carvão vegetal, pontas de flexa de sílex e numerosas lascas cortantes de sílex. Ao lavrar a terra, o sitiante encontrou acima de duzentas pontas de flecha. (1966). Site: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/2-2a-rohr-j-a-sc3adtios-arqueolc3b3gicos-de-santa-catarina.pdf> - Acesso em 09.11.2021

⁶⁰ Regiões hoje pertencentes ao município de Águas Mornas. [Pasta Arquivo indígena Estado de Santa Catarina 1842-1907.pdf](#)

⁶¹ A autora utiliza como fonte o relatório intitulado “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Aspectos Culturais e Sociais” de 1976, elaborado por Silvio Coelho dos Santos junto a outros autores, a partir de uma parceria da UFSC com a FATMA. Da mesma forma, promove a análise da obra “Índios e brancos no sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng”, de Santos, publicada em 1973.

situada entre o litoral e a encosta do planalto [...] (SANTOS, 17 Ver SANTOS (1976). 49 50 1973, p. 55). Ao habitarem a área de florestas hoje compreendida no Parque da Serra do Tabuleiro, os Xokleng garantiam sua sobrevivência a partir da caça e da coleta de mel, de larvas e de frutos, principalmente, o pinhão, que consistia em sua base alimentar [...] A confirmação da ocupação originária dos Xokleng na região, até meados do século XX, é realizada por Santos (1973), em seu relato sobre a presença indígena no sul do Brasil: “Em nossos registros há diversas referências indicadoras da presença ainda hoje de indígenas arredios numa ponta de floresta que cobre a chamada Serra do Tabuleiro, localizada entre os municípios de Paulo Lopes, Imaruá, São Bonifácio e Santo Amaro. (SANTOS, 1973, p. 169)” (SILVA, 2011, p. 49 e 50).

Figura 12- Mapa de Santa Catarina - 1923



Mapa de Santa Catarina – 1923 – Em destaque, registro no mapa das terras ocupadas pelos botocudos (Laklãno Xokleng) e coroados (Kaingang) ainda naquele ano, demonstrando uma presença e existência forte e duradoura.

A informação de que grupos Laklãno Xokleng habitavam as florestas entre o litoral e o planalto é confirmada pelos relatos apresentados nesta dissertação que citam a presença de “bugres”. Neste sentido, é possível afirmar que os colonos que se instalaram em São José da Terra Firme, desde o século XVII, conviveram com a presença de grupos indígenas Guarani e Laklãno Xokleng. Evidentemente que este contato teve consequências para ambos os lados, colonos nacionais, colonos europeus e indígenas entraram em conflito e muitos perderam a vida no processo colonizatório. No entanto, os povos indígenas agiram na defesa de seus territórios ancestrais retardando e dificultando ao máximo a construção de estradas e a formação de núcleos urbanos no interior.

Ademais, apesar de todos os ataques sofridos, alguns remanescentes Laklãnõ Xokleng e Guarani continuaram existindo na região da Grande Florianópolis, os primeiros pelo menos até a década de 1970, e os segundos até os dias de hoje em suas reservas no Morro dos Cavalos e Massiambú e em outras aldeias da região. A criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) ajudou neste processo. É o que afirma Elis do Nascimento Silva ao apresentar a conclusão de Silvio Coelho dos Santos em sua pesquisa de 1963, sobre a presença de alguns Laklãnõ Xokleng na área do PEST.

Conforme a pesquisa de Sílvio Coelho dos Santos, iniciada em 1963, esses indígenas viviam dispersos devido ao gradual desfalque da floresta em potencial de alimentos pelas atividades extrativistas dos colonizadores (como caça, agricultura e extração madeireira) e circulavam pela área que atualmente integra o Parque da Serra do Tabuleiro e a encosta da Serra Geral, cruzando a estrada de rodagem, provavelmente na altura da serra do Capivari, nos limites de São Bonifácio com Águas Mornas (SANTOS, 1976, p. 57).

O fato de Laklãnõ Xokleng não terem mais sido identificados na região do parque, a partir da década de 1970, não significa necessariamente seu desaparecimento. É possível que essas pessoas tenham passado a viver integradas na sociedade não-indígena, o que não significa que deixaram de ser Laklãnõ Xokleng. Afinal,

[...] importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre índios aculturados e índios puros. (ALMEIDA, 2010, p. 20)

Em todas estas regiões pertencentes ou próximas a São José os indígenas estavam presentes, existem evidências desta existência e, como vimos, também de sua agência. No entanto, eles foram invisibilizados por conta de seu apagamento na história e estigmatizados nos relatos do passado e, muitas vezes, nos contemporâneos também. Chamados de primitivos, selvagens, bugres, estão aqui hoje, vivendo na cidade e em aldeias próximas. Eles estiveram e estão presentes em São José e nos municípios próximos também. Segundo dados do IBGE, em 2010, São José tinha 418 indígenas declarados vivendo neste território. Na escola em que eu leciono, já tivemos e ainda temos indígenas, assim como descendentes, que têm parentes morando em aldeias. Estes parentes realizam visitas, viajam e caminham por entre aldeias e bairros de São José e dos municípios vizinhos, exercendo uma mobilidade possível para a atual conjuntura, a qual legou aos Guarani e aos Laklãnõ Xokleng a diminuição drástica ou perda de suas terras. Hoje as demarcações das TI's tem desrespeitado a ancestralidade indígena e seus direitos originários e por isso há contestação e luta pela manutenção e retomada das terras. É

como afirmam os guarani Ismael Karai e Silvana Mindua no trabalho intitulado “Território guarani” se referindo as fronteiras impostas pelos não-indígenas:

[...] “essa demarcação não define nosso espaço”, pois ele não era definido em linhas retas, era pelo relevo da montanha, pelo local de busca de materiais para a produção do artesanato, seguia as curvas do riacho, “mas pelo menos temos terra, pouca! Antes era tudo nosso, hoje brigamos pelo pouco que temos”.(KARAI E MINDUA, 2016, p.13)⁶²

É na luta pelo direito a suas terras que os guarani reforçam a seu entendimento com o M’byá Rekó. Foi este sentimento de união que deu força para que os guarani se mantivessem resilientes diante do processo colonizatório. A partir do M’byá Rekó a vida é entendida por meio de relações profundas de parentesco e de relações sagradas com o meio natural em que vivem. Relações que passam pela língua, pela música, pela arte material, pela terra, ou seja, por tudo o que mantém viva a identidade guarani.

⁶² Ismael Karai e Silvana Mindua - A aldeia do reflexo das Águas Cristalinas. In: **Território guarani**, 2016, p.12 - Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC. Disponível em: <https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf>

5 Os sites como meios de difusão do conhecimento histórico e sua potencialidade como espaço de posicionamento político no ensino de História Indígena.

5.1 A importância das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História e a produção de sites educacionais

Na área educacional são muitos os debates acerca da importância de a escola fazer um uso qualificado das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC's)⁶³, sobretudo porque estas ferramentas têm mudado a forma como as pessoas vivem e se relacionam, especialmente após dois anos de pandemia⁶⁴, em que o afastamento físico foi necessário e as comunicações e a educação passaram a ser a distância.

Lembremos que hoje trabalhamos nas escolas com muitas crianças e jovens que recebem diariamente estímulos visuais e sensoriais, por isto eles “se identificam com os meios tecnológicos, pois estes respondem as suas sensibilidades (são rápidos, dinâmicos, tocam o afetivo e depois a razão) e atraem pela mistura de linguagens, assuntos e conteúdo.” (CONTE E MARTINI, 2015) Estas características destes estudantes de hoje são facilmente detectáveis em sala de aula, onde alguns⁶⁵ jovens recorrem, muitas vezes de forma automática, aos seus celulares durante as aulas para ler mensagens das redes sociais, tirar selfies, jogar ou ouvir músicas. Este fenômeno também é discutido por Carolina Rovaris, em sua dissertação do ProfHistória, ao afirmar que:

Conforme aponta Michel Serres (2013) os jovens estudantes desta nova era habitam o real e o virtual. Relacionam-se de maneira integrativa entre estes dois mundos, de forma que não há como separá-los. As ciências cognitivas demonstram que o uso da internet como meio de manipular, transformar ou criar informações não ativam os mesmos neurônios que aqueles utilizados com o uso do livro, do quadro ou do caderno. Desta forma, o acesso e a circulação de saberes migraram de um espaço delimitado métrico para um espaço sem fronteiras e constantemente disponível. (ROVARIS, 2018, p. 84)

⁶³ As NTIC's ou Novas Tecnologias de Informação e Comunicação representam um conjunto de recursos integrados de tecnologias que podem ser usadas para potencializar os processos de ensino e aprendizagem.

⁶⁴ O primeiro caso da doença no Brasil foi registrado no final de fevereiro de 2020 em um paciente paulista que voltou da Itália. O vírus se espalhou rapidamente para todos os estados do país, obrigando estados e municípios a adotarem medidas de suspensão de atividades e de isolamento social.

⁶⁵ É importante deixar claro que muitos estudantes, sobretudo das escolas públicas, não dispõem de recursos tecnológicos, o que configura grande exclusão digital. A compra de equipamentos e a adoção de uma didática que inclua novas tecnologias nas unidades de ensino poderia auxiliar e instrumentalizar esses discentes para que tenham condições de viver também as experiências do mundo digital.

No entanto, enquanto esta realidade se firma cada vez mais, algumas redes de ensino resistem e não priorizam meios financeiros para equipar as escolas, impossibilitando que os docentes atuem pedagogicamente utilizando as NTIC's e orientem os discentes acerca do uso adequado destes recursos tecnológicos, instrumentalizando-os para que não se tornem reféns das distorções e manipulações que permeiam o mundo digital. Porém, se o contexto fosse outro e se as redes de ensino vislumbrassem as possibilidades pedagógicas que os recursos digitais podem oferecer poderíamos promover aprendizagens mais significativas, favorecendo o desenvolvimento de uma "criticidade digital", facilitando o acesso a documentos, imagens e vídeos disponíveis em bibliotecas virtuais e possibilitando visitaçõa a museus interativos e a outros espaços educativos da rede. Segundo Elaine Conte e Rosa M^a. Filippoze Martini,

[...] na medida em que transformarmos nossas práticas em exercícios reflexivos e criativos e estivermos em abertura para a comunicação - tentando não apenas dominar as tecnologias virtuais como simples ferramentas, mas como maneiras de ensaiar novas experiências culturais - estaremos participando de um novo tipo de aprendizagem social, a aprendizagem interativa que mimetiza formas reais por meio das virtuais. (CONTE E MARTINI, 2015)⁶⁶

Este tipo de compreensão educacional que reconhece que as crianças e os jovens estão acostumados a pensar e a tomar decisões em meio a diversos estímulos cognitivos simultâneos, possibilitados pelos diferentes caminhos que escolhem nos hipertextos⁶⁷, resultando em diferentes entendimentos, que admite que estes jovens exercem sua criatividade constantemente aos serem autores de histórias próprias em games e em outras ferramentas digitais, pode ser bem difícil de ser entendido por quem aprendeu a pensar apenas de forma linear e não vivenciou a infância e a adolescência em um mundo dominado por telas interativas.

Daí advém a necessidade de transformação de nossas práticas educacionais na atualidade. Mesmo sem internet nas escolas é necessário pensar em estratégias didáticas, físicas mesmo, que atendam a estas necessidades dos educandos contemporâneos. Neste sentido, podemos pensar algumas ações que movimentam o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo:

- Refletir sobre temas relevantes a partir de abordagens que apresentem diversos caminhos narrativos, possibilitando a tomada de decisão e resultando em diferentes leituras;

⁶⁶ Conte, E., & Martini, R. M. F. (2015). As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? *Educação & Realidade*, 40(4). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46599>

⁶⁷ Os hipertextos oferecem diferentes formas de narrar e de produzir sentidos as histórias e ações humanas. No ambiente virtual eles possibilitam acesso a outros textos de forma instantânea, por meio de links que levam o leitor a outras páginas, resultando em diferentes experiências interpretativas.

- Propor simulações da realidade com trocas de ideias e debates;
- Oportunizar momentos de autoria e interação do estudante no e com o ambiente escolar,
- Estimular o entendimento dos temas a partir da elaboração de mapas mentais, entre outras.

Neste sentido, o espaço virtual facilita a proposição de abordagens que caminhem em direção a estas perspectivas por ser, por si só, ele mesmo um ambiente interativo. Por isto a ideia de criar um site temático, por exemplo, poderia ser uma boa alternativa de ensino. No entanto, trabalhar com sites também requer alguns cuidados específicos. É o que aponta Núcia Alexandra Silva de Oliveira em seu artigo “História e internet: conexões possíveis”, onde a autora problematiza e analisa o uso de sites sobre história, suas narrativas e o conhecimento histórico escolar produzido e difundido por meio de sites de pesquisa voltados ao público estudantil. A pesquisa intitulada “www.historia.com: uma investigação sobre marcos históricos brasileiros tematizados em sítios eletrônicos” aponta que muitos sites apresentam conteúdos de forma muito tradicional, sintetizados demais, sem problematização e limitados a narrativas muitas vezes sem reflexão.

Corroborando para piorar a situação a proposta pedagógica com uso de sites e NTIC's que possibilita total autonomia aos estudantes, sem supervisão ou orientação dos professores. O grande leque de possibilidades e de fontes de informação que existem na internet nem sempre proporciona pesquisas qualificadas feitas pelos jovens, o que aumenta muito o risco destas pesquisas sem direção levarem os jovens a conteúdos e sites que apresentam Fake News, teorias conspiratórias ou negacionistas do conhecimento histórico produzido na academia. Neste sentido, os educandos precisam ser orientados para exercer um bom uso da rede, evitando que os mesmos sejam contaminados por discursos que consolidem práticas discriminatórias e violentas contra diversos sujeitos.

Mesmo assim, é possível afirmar que os sites são espaços virtuais importantes para o contexto escolar, sobretudo para o aprendizado de História, por conta de serem instrumentos de estudo amplamente utilizados por professores e estudantes e por outras questões abaixo pontuadas por Bresciano, o qual afirma que o Ambiente Virtual:

[...] fornece fluxo inusitado de fontes para o conhecimento histórico, pelo volume e diversidade de registros que produz. [...] modifica o modo de obter informação e gerar saber. Dado que a Ciência Histórica não é uma exceção, também afeta as práticas de investigação do passado. (BRESCIANO, 2010, apud OLIVEIRA, 2014, p. 12)

Sobre isto é importante ressaltar que os sites são instrumentos pedagógicos que também apresentam grande potencial para promover aprendizados, sensações e reflexões. Segundo

Elaine Conte e Rosa Maria Filipozzi Martini, no artigo “As tecnologias na Educação: uma questão somente técnica?”:

[...] trabalhar com a realidade virtual e interagir em processos de simulação não só permite a fixação da aprendizagem, mas incita a inteligência humana a perseguir outros jogos, novas descobertas e revoluções, a arriscar-se em grandes viagens reais e imaginárias e, com isso, poder criar novas soluções para antigos problemas. (CONTI E MARTINI, 2015)

Desta forma, considerando que a sociedade contemporânea está cada vez mais atrelada ao mundo digital e as novas tecnologias de informação, torna-se necessário a adoção destes canais de comunicação no ensino de História. E é pensando nesta questão, de aprender a fazer uso das dinâmicas tecnológicas para atingir determinados objetivos de ensino, que temos visto surgir nos últimos anos várias pesquisas acadêmicas importantes para o ensino de História. Especificamente no mote das relações e questões étnico-raciais, foram elaborados e difundidos, por mestres do ProfHistória, vários trabalhos significativos que utilizam o ambiente virtual para difundir suas pesquisas e tornar a experiência dos estudantes mais qualificada, interativa e lúdica. Alguns destes materiais didáticos, elaborados no formato de sites, têm lançado um outro olhar sob o ensino de história ao abordar as trajetórias históricas de grupos subalternizados em diversas temporalidades. É o caso do trabalho elaborado por Carolina Rovaris, que escolheu criar um site para apresentar e divulgar a sua pesquisa em ensino de história intitulada “Narrativas sobre a Diáspora Africana: a construção de um site educativo para o ensino de História” (2018). Para ela:

A escolha de um site como formato do produto da dissertação parte de dois pressupostos. Consideramos que este meio apresenta uma maior facilidade de acesso em tempo e espaço que algo impresso. Há, também, a possibilidade de criar no ciberespaço uma linguagem hipermediática coerente com o conceito de rede de relações que é o cerne da conexão entre os sujeitos personagens das narrativas da temática pesquisada. (ROVARIS, 2018, p. 86)

Em seu site Rovaris possibilita o contato dos discentes a diversas fontes e conceitos, fundamentais para promover diversos nexos e entendimentos acerca do cotidiano das populações de origem africana na Desterro do século XIX. A interatividade do ambiente digital criado por ela instiga e o design artístico projeta o visitante da página ao “mundo de Desterro” no período oitocentista. De fato, todo o cenário e o passado recriado, projetado por meio de fontes e imagens relevantes, criam e constituem sentidos e colocam sujeitos negros como os grandes protagonistas de uma história que lhes pertence, mas que foi invisibilizada.

Outro trabalho importante que oferece uma experiência significativa de ensino de história em sites é o trabalho de Clarice Ehmke Gayo, também do Mestrado Profissional em

Ensino de História. Diferente de Rovaris, que aborda trajetórias de africanos que viveram em Desterro/SC no século XIX, ela discute trajetórias de mulheres indígenas Laklãnõ Xokleng que vivem atualmente em cidades. Aspecto que torna o trabalho especialmente relevante, ao projetar e dar visibilidade as mulheres Laklãnõ e as suas pautas contemporâneas, aos seus dilemas e desafios. Segundo ela, divulgar sua pesquisa por meio de um site oferece algumas facilidades e pondera que:

O site tem navegabilidade descomplicada e pode ser acessado por computador ou celular, dada a facilidade das ferramentas tecnológicas e a disponibilidade de rede de informações. Considerando que há realidades variadas nas comunidades e nas escolas que atuamos, o site conta com uma versão adaptada em formato e-book, possibilitando ao professor e à professora utilizar o material didático de acordo com a realidade de seu campo de trabalho, mesmo sem internet disponível. (GAYO, 2021, p. 23)

Também os professores Diogo Pereira, que elaborou e montou o site “Territórios Guarani”, e o professor André Meyer, que produziu o site “História e Cultura Guarani”, produziram materiais significativos com uso de sites. Ambos propuseram linguagens interativas e inovadoras para instigar os estudantes a aprender mais sobre a História Indígena.⁶⁸

Por conseguinte, como tem ficado evidente, o ambiente virtual tem se tornado uma ferramenta potente para a difusão e a contação de histórias sobre e com os povos indígenas e as populações de origem africana. É fundamental garantir que grupos historicamente subalternizados possam fazer ecoar suas vozes, refutando narrativas tradicionais dos dominadores, para que possam atuar cada vez mais em oposição a grupos conservadores que atuam a serviço da dominação capitalista. Estas disputas narrativas têm possibilitado a estes grupos maior projeção e a oportunidade de mostrarem quem são e como vivem, evitando estigmatizações e obtendo visibilidade também para denunciarem para o mundo as violências cometidas contra eles⁶⁹. Segundo Edson Kayapó,

A internet é outro instrumento de pesquisa que pode auxiliar na organização das atividades pedagógicas para o estudo da história e cultura indígena, através do acesso a dezenas de filmes e documentários produzidos por indígenas e por não-indígenas sobre a história e cultura desses povos e sobre as temáticas discriminação e diversidade étnica. (KAYAPÓ, 2014, p. 59)

⁶⁸ Carolina Rovaris – Site “Narrativas sobre a Diáspora Africana” - <https://www.trajetoriasdadiaspora.com.br/>
Clarice Gayo – Site “Gente Agente” - <https://claristoria.wixsite.com/genteagente/oficina-01>
Diogo Pereira – Site “Territórios Guarani” - <https://www.google.com/maps/@-26.1297398,-53.6207955,6z/data=!3m1!4b1!4m2!6m1!1s1t9leiK74hY3L9kxjTLjvcHREdFK0CQHd>
André Meyer – Site “História e Cultura Guarani” - <https://historiaeculturaguarani.org/>

⁶⁹ Entre estas violências podemos destacar a destruição e a grilagem de seus territórios, invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio e a saúde dos povos indígenas. Também o desrespeito aos direitos constitucionais, ameaças a integridade física e moral e o racismo fazem parte dos ataques desferidos/ sofridos.

Da mesma forma, o ciberespaço tem servido para divulgar, além de vídeos, de obras importantes, de artigos e de documentos diversos, as pautas, a cultura e uma nova perspectiva da história indígena, a qual têm contribuído muito para o combate ao racismo e a discriminação destes povos. Este novo olhar sobre a trajetória histórica destes grupos revela um passado, repleto de experiências, ações e reações, estratégias e sabedorias, antes ofuscadas pela arrogância etnocêntrica dos colonizadores e daqueles que escreveram a história. A internet torna a divulgação e o acesso a estas novas narrativas históricas mais democrático e fácil. Neste sentido, é importante ocupar estes espaços para promover a visibilização necessária destes sujeitos tradicionalmente invisibilizados, uma vez que as mídias tradicionais de comunicação raramente dão espaço a eles.

De toda a forma, ensinar com a ajuda de recursos tecnológicos pode ajudar a aumentar o interesse de educandos, por conta das novas e diversas possibilidades didáticas, e contribuir para a disseminação de novas formas de pensar, interpretar e compreender a pluralidade humana. Novas perspectivas de entender o passado e de perceber e compreender sujeitos marginalizados historicamente.

Se for analisado que de meados da década de 1990 para cá uma quantidade anteriormente inimaginável de informações na forma de textos históricos, imagens, músicas e vídeos tornaram-se disponíveis a um clique do mouse, este argumento se torna convincente.(Kelly,2006) [...] Não é a toa que Howard Rheingold, digirati norte-americano, inventor do termo “comunidade virtual”, afirma que o professor do futuro se caracterizará pela “sua habilidade em selecionar as informações e em torná-las mais acessíveis” através da construção de “espaços virtuais nos quais os alunos usarão todos os seus sentidos para aprender”(Kensky,2000). (SILVA, 2012, p. 8)⁷⁰

Em síntese, consideramos o ambiente digital um excelente espaço para esclarecer os docentes, os jovens e suas famílias sobre uma nova forma de entender os povos indígenas. Esta se consolida a partir de novas narrativas que os colocam novamente nas cenas históricas das quais foram apagados. Que os entendem como sujeitos da atualidade, partícipes e geradores de mudanças, protagonistas de suas epopeias de resistência.

⁷⁰ Marcos Silva, Universidade Federal de Sergipe , disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf

5.2 Ensino de História Indígena e o site “Presença Indígena em São José da Terra Firme”

Eu acredito muito na possibilidade de o nosso processo pedagógico, processo educacional brasileiro, criar um olhar diferenciado. E que seja uma pedagogia nascida da nossa própria terra, da nossa própria origem, e os povos indígenas têm essa pedagogia há dois mil anos. Aquilo que o Darcy Ribeiro chamava de socialismo moreno. A importância de a gente pensar uma pedagogia a partir das experiências vividas no nosso próprio território brasileiro.

DANIEL MUNDURUKU, 2021⁷¹

No trecho acima, o escritor e professor indígena Daniel Munduruku expressa sua crença em uma nova forma de ensinar, uma pedagogia que “crie um olhar diferenciado”, que seja capaz de pensar o ensino “a partir das experiências vividas no nosso próprio território brasileiro”. Experiências estas que, quando analisadas sob o olhar crítico da história, se revelam muito mais traumáticas à grupos étnicos não-europeus. Ainda assim, Munduruku se dedica ao papel de esclarecer elementos da cultura, do modo de ser de seu grupo, e estabelece muitos diálogos com sujeitos indígenas e não-indígenas, revelando aspectos antes invisibilizados, interconectando pessoas de diferentes realidades e trajetórias históricas, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla da história brasileira. Munduruku busca uma valorização do passado e do presente indígena como integrante originário e presente na ancestralidade de todo o povo brasileiro, por isso afirma que:

Dessa maneira eu imagino estar contribuindo para que a sociedade brasileira volte um pouco sobre si mesma, se reconheça, e possa de fato seguir adiante em um caminho que eu acredito ser o caminho mais adequado para o Brasil, que é o caminho da felicidade. E a felicidade do Brasil está na sua diversidade. Só que nós aprendemos a não gostar da nossa diversidade. Aprendemos a não gostar do nosso passado, da nossa memória. E a minha ideia é sempre essa, de educar o povo brasileiro pra esse Brasil que ele deixou de gostar. (MUNDURUKU, 2021)⁷²

Munduruku se refere as violências históricas cometidas pelos colonizadores, ao empreenderem tentativas de assimilação, branqueamento, apagamento histórico e genocídios contra os povos indígenas e outros grupos subalternizados, que acostumaram os brasileiros a “não gostar da nossa diversidade”. Seu entendimento se aproxima do de outros intelectuais

⁷¹ Entrevista de Daniel Munduruku concedida ao programa Bem Viver da Rádio Brasil de Fato. São Paulo (SP) - 17 de Outubro de 2021 às 11:23 – Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema> - Acesso em 25/03/2022, às 19:00h.

⁷² Ibid. cit. 61.

indígenas e não-indígenas que perseguem uma educação que valorize a alteridade brasileira. No entanto, para que a alteridade seja ressaltada é necessário que em sala de aula todos os sujeitos históricos tenham os seus papéis reconhecidos e valorizados. Neste caso, é fundamental que os povos indígenas apareçam nos livros de história como agentes, que sejam protagonistas, sendo suas histórias contadas e reconhecidas como fundantes deste país e hoje, mais do que nunca, fundamentais para a construção de um futuro em que todo e qualquer tipo de vida seja respeitada. Esta é uma visão inovadora, pois “ainda hoje persiste a tendência de identificar a pluralidade étnica e a diversidade cultural como inimigas do progresso e da soberania nacional”. (KAYAPÓ, 2014, p. 40)

Muitas lições são apreendidas quando os próprios indígenas falam, nos contam histórias e nos alertam sobre o modo de vida predatório que a sociedade ocidental ainda mantém na contemporaneidade. Mas estas falas precisam ser divulgadas, difundidas nas redes de ensino, nas escolas e entre os professores para que estes façam a ponte e apresentem aos estudantes uma nova narrativa da história indígena. História esta que revele a participação e a ação indígena em todos os períodos históricos e valorize a ancestralidade de todos os educandos sem distinção. Segundo o Edson Kayapó,

Avançando em direção a uma nova postura pedagógica, o estudo da história e cultura indígena nas escolas pode ocorrer por um viés que reconheça a pluralidade da nação brasileira e a diversidade dos povos indígenas, ressaltando que esses povos estão inseridos no tempo presente. A escola deve exercer um outro olhar [...]. Basta compreendermos que a nação Brasileira não é uma unidade homogênea, e sim uma unidade atravessada pela diversidade de identidades, línguas e diferentes formas de organização sociocultural. (KAYAPÓ, 2014, p.55)

É perseguindo esta perspectiva de pensamento, que ressalta a importância histórica dos diversos grupos indígenas e que reconhece e dialoga com estes sujeitos no presente, que o site denominado “Presença Indígena em São José da Terra Firme” começou a ser gestado. Desde o início do curso, especialmente na disciplina de Ensino de História Indígena⁷³, surgiu a vontade de criar um material didático que pudesse apresentar aos professores uma nova perspectiva sobre a história dos povos indígenas que viveram e ainda vivem neste município. No entanto, a ideia de divulgar este material em um site temático surgiu durante a disciplina “Produção de

⁷³ Ministrada pela Prof. Dra. Luisa Tombini Wittmann, a disciplina Ensino de História Indígena, do Mestrado Profissional de Ensino de História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, foi ministrada no primeiro semestre de 2020 e teve como objetivo “refletir sobre a presença/agência indígena na História a partir de novas abordagens teórico-metodológicas, com o intuito de contribuir para a implementação da Lei 11.645/08, que torna obrigatória no currículo da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Material Didático e Universo Virtual”⁷⁴, quando nós, mestrandos, fomos desafiados a criar um material de ensino em rede. Sendo assim, pensado para fornecer informações e reflexões históricas e culturais, os recursos pedagógicos criados no site (slides, vídeos, atividades, hipertextos, textos e narrativas) objetivam afetar os estudantes positivamente, envolvendo e conectando os jovens a trajetória, ao modo de ser e as pautas indígenas.

Desta forma, como produto final desta pesquisa, vislumbramos a elaboração de um site interativo para viabilizar o acesso de docentes (mas também compreensível a discentes), de forma sistematizada, a informações, narrativas, fontes textuais e imagéticas e atividades pedagógicas que possibilitam uma educação voltada para a valorização da diversidade e que apresentam uma nova perspectiva da história municipal em que indígenas também são protagonistas no processo histórico.

Foi este entendimento, cunhado pelo movimento historiográfico da Nova História Indígena e tomado como categoria de análise, que resultou nesta pesquisa e proposição didática. Neste sentido, o site veio a ocupar um espaço no universo digital, possibilitando acessos. Ele coloca os povos indígenas na disputa narrativa da história josefense, uma vez que pouco são citados nos livros que contam a história do município.

Além disto, a ideia de montar um site visa possibilitar aos professores e professoras, desta e de outras redes de ensino, acesso rápido a subsídios que os possibilitem atuar pedagogicamente em consonância com a lei 11.645/2008 e suas diretrizes, valorizando a história e a cultura dos povos indígenas que viveram e ainda vivem nesta região.

Esta ferramenta de ensino (site) foi elaborada para possibilitar o contato de docentes com diversas e novas fontes históricas, com vídeos produzidos pelos próprios indígenas, com vídeos produzidos para o site, imagens e atividades que ajudam os educandos a refletir, a problematizar e a compreender melhor as dinâmicas dos grupos indígenas nos territórios históricos de São José.

⁷⁴ Ministrada pela Prof^a Dra. Caroline Jaques Cubas, no Mestrado Profissional de Ensino de História (UDESC), segundo semestre de 2020, a disciplina teve como principal objetivo “promover o desenvolvimento de materiais didáticos a partir de reflexões sobre os limites e possibilidades do universo virtual”.

Figura 13- Página inicial do site educativo



Página inicial do site dedicado a história dos povos indígenas em São José e região.

Além do mais, a existência de um site temático para o ensino de história indígena facilita a divulgação da proposição entre os docentes desta rede municipal e de cidades próximas. Isto porque, mesmo atualmente, a administração municipal não tem demonstrado interesse em valorizar a história destes povos apresentando-os, no máximo, como os primeiros habitantes destas terras. No próprio site oficial da cidade não há nenhuma menção sobre a participação indígena no legado histórico josefense. Desta forma, o site elaborado possibilitará a divulgação do material de ensino e pesquisa em plataformas sociais e aplicativos de mensagens, por meio de seu link de acesso, de forma alternativa, entre os professores e professoras da rede de ensino municipal.

Ademais, é necessário destacar que a difusão deste conhecimento é muito importante, considerando que o apagamento da presença e da agência indígena é histórica e a ideia de inexistência é muito difundida entre a população da região. Além disto, o fato de termos nas produções historiográficas do município de São José poucas informações, perspectivas e espaços para a história dos povos indígenas criou a necessidade de desenvolver uma pesquisa que buscasse elementos para demonstrar que estes grupos faziam e ainda fazem parte da história do município. Na busca da agência indígena, tentamos construir caminhos para demonstrar a

importância das gentes e do conhecimento originário na formação da sociedade josefense, invisibilizados nos discursos coloniais.

Como dito anteriormente, o site foi pensado para possibilitar a implementação da lei e suas diretrizes e o grande desafio foi evitar os equívocos tão comuns nas tratativas desta temática. A principal questão era falar da história indígena em São José, a partir de uma perspectiva que desmontasse o discurso tradicional hegemônico, devolvendo o lugar destes povos na história local, sem passar a ideia de que os indígenas são seres pretéritos. Para isto o site apresenta documentos históricos, em que há relatos da presença e da agência indígena em São José em diversos momentos históricos, já apresentados nesta dissertação. Também evidencia a presença na atualidade por meio de vídeos que fornecem argumentos e evidências históricas a partir de fotos e textos de indígenas da atualidade em São José ou em áreas próximas. São elementos que se tornam provas de um passado em que a presença indígena era maciça neste território, que demonstram uma existência longa e resistência ao genocídio executado. São imagens, textos, músicas e vídeos feitos pelos indígenas, com trilha sonora guarani, a fim de criar uma atmosfera que pode sensibilizar e conectar os estudantes com as subjetividades indígenas.

Figura 14- Abertura do vídeo do site - Agência Indígena



Abertura do vídeo que destaca a agência indígena na região de São José. Disponível no site.

Entendemos que quando os jovens se deparam com informações sobre a presença indígena na trajetória histórica de uma região abre-se a possibilidade de promover o respeito à alteridade, mas também a compreensão de que os povos indígenas pertencem à história de todos nós, uma vez que estiveram e ainda estão presentes em vários locais do município, inclusive em nossas escolas. Neste sentido, apesar do site ter sido pensado para instrumentalizar professores e professoras, o ambiente virtual em questão acabou se tornando também um espaço interessante para que estudantes realizem pesquisas sobre a temática ao disponibilizar imagens e textos interativos, vídeos lúdicos com mensagens diretas e músicas indígenas para sensibilizar o público jovem e atividades sobre questões caras aos povos indígenas e a todos os que valorizam a diversidade e a ancestralidade de todos os brasileiros.

Desta forma, entendemos o site de fundamental importância para a divulgação destas questões, a medida em que apresenta diversos recursos e fontes que podem contribuir como evidências da presença indígena no passado e na contemporaneidade, gerando reflexão histórica crítica.

Figura 15- Abertura do vídeo do site - Territórios indígenas em São José da Terra Firme



Vídeo sobre a territorialidade indígena. Disponível no site.

Na página inicial estão dispostas imagens, em formato de slide shows, relacionadas a história dos indígenas nos territórios que pertenceram a São José, que ajudam a confirmar a ideia de que os indígenas estavam presentes em diversos tempos da história do município. Uma

destas imagens, uma coleção de pontas de flecha de pedra, que pertence ao Museu de Arqueologia de Lomba Alta, de Alfredo Wagner (território antigamente pertencente a São José), demonstra a presença milenar dos povos indígenas por todo o território josefense desde muito antes da chegada dos europeus. Um mapa de Hans Staden, em que ele reproduz em uma gravura a aldeia guarani-carijó denominada Cutia, comprova a interação de europeus com indígenas na Terra Firme, no século XVI. Inclusive seus relatos são fontes importantes deste trabalho por demonstrarem a presença e a agência indígena na região em diversos momentos de suas viagens. Outros mapas, disponibilizados no site, apresentam o avanço da colonização pelos sertões da região de São José e a redução dos espaços tradicionais de Guarani e Laklãnõ Xokleng. Uma foto de indígenas na atualidade mostra lideranças no palanque, após fazerem uso do microfone, em protesto no centro de Florianópolis (ano 2021), revelando seu protagonismo.

Ainda na página inicial do site recursos audiovisuais atrelados a atividades pedagógicas completam o seu conteúdo. Cada uma das seis atividades possuem instruções para os professores aplicá-las junto aos educandos dos últimos anos do ensino fundamental, sétimos, oitavos e nonos e com turmas do ensino médio, se assim desejarem os docentes, dada a relevância dos temas. Esta proposta parte do entendimento de que os povos indígenas são sujeitos históricos que mantiveram suas existências em todos os períodos históricos, refutando abordagens curriculares tradicionais e lineares que reconhecem os indígenas como partícipes da História do Brasil apenas nos primeiros anos da colonização. A atividade sobre a agência indígena, por exemplo, contesta este tipo de abordagem que os apaga da história. A proposta apresenta evidência histórica de que os indígenas não só estavam presentes no século XVII, mas também agiam efetivamente, sendo que por vezes, mudavam os rumos dos acontecimentos.

Ademais, alguns vídeos, textos e imagens, a disposição no site, podem ser utilizadas em aulas planejadas para qualquer ano do ensino fundamental, ou seja, o material não é voltado para um ano específico e as atividades não são fechadas, são sim propostas que podem ser adaptadas conforme a realidade escolar. Afinal integra o rol das dez competências gerais da BNCC para a Educação Básica o seguinte texto:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017)

As atividades didáticas problematizadoras, mencionadas acima, utilizam documentos históricos que apresentam evidências da presença e da agência indígena em São José, em vários

períodos históricos, sempre pensando em construir nexos entre o presente e o passado dos grupos indígenas no território josefense. Fornecendo argumentos que comprovam a existência e a ação Guarani e Laklãnõ Xokleng em toda a história da região, estas atividades conectam os estudantes a cultura e as principais pautas de luta dos povos indígenas na contemporaneidade. Disponibilizadas em formato PDF (para que possam ser utilizadas em escolas que não tenham internet ou que estejam com problemas de conexão), elas contêm orientações aos docentes e estão atreladas aos vídeos, as imagens, aos textos e aos mapas do site. As atividades conduzem os discentes a terem contato direto com documentos históricos escritos e visuais, com narrativas indígenas e debates historiográficos. Assim, a diversidade de “documentos amplia a compreensão do aluno: permite o confronto, o diálogo, a crítica das fontes textuais” (FONSECA, 2009, p. 174) e imagéticas, possibilitando diversos entendimentos. As atividades foram elaboradas em consonância com a pesquisa realizada e disponibilizada no site por meio de textos interativos, elaborados com a ajuda de links e imagens, que compõe as abas deste ambiente digital.

Uma destas atividades, denominada “**Presença indígena em São José da Terra Firme**” foi elaborada para apresentar “provas” da existência de Guarani e Laklãnõ Xokleng nos territórios históricos de São José e proximidades. Desde a imagem de Debret sobre a presença de indígenas nas regiões próximas ao Cambirela (montanha no fundo da imagem) que abre a discussão até o relato do mesmo autor, o objetivo da proposta é mostrar que os povos indígenas tiveram seu lugar na história local, ampliando o conhecimento de livros e produções anteriores que não destacaram a questão indígena.

Esta atividade também auxilia os jovens a compreender a diversidade indígena em São José, áreas próximas e no Estado de Santa Catarina ao disponibilizar e problematizar um mapa que apresenta os territórios tradicionais dos povos daqui. Espera-se que os estudantes percebam que além dos Guarani, também os Laklãnõ Xokleng viviam neste território. Esta proposição também demonstra a agência indígena ao apresentar o relato de Debret sobre o ataque Laklãnõ Xokleng contra os colonos, com intuito de proteger seus territórios nas montanhas próximas ao litoral e, sobretudo, as fontes de águas termais da região de suma importância para este povo. Esta proposta também remete o estudante ao vídeo do site sobre a presença guarani, o qual foi produzido no programa Animaker para explicar a relação ancestral deste povo com as terras da região, inclusive as terras de São José.

Figura 16- Atividade Presença Indígena em São José da Terra Firme

PRESEÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME



Índios Botocudos da província de Santa Catarina - Debret/ 1826

A imagem acima é uma litografia de Jean-Baptiste Debret de 1826. Existem obras dele sobre Santa Catarina, no entanto dúvidas sobre a procedência de sua "Viagem ao Sul" ainda pairam entre os historiadores por não haver documentação que a comprove. Ainda assim, na obra acima, indígenas foram retratados na região do Maciço do Cambirela (fundo da imagem), hoje município de Palhoça, mas que no século XIX pertenceu a São José da Terra Firme. Na imagem eles foram representados caçando, coletando e navegando no rio. Segundo Elizete Antunes, indígena guarani, em seu TCC do curso de Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, defendido em 2015,

Maciambu (Região e nome de um rio importante da região do Cambirela) sempre foi um lugar ocupado por Guarani. De acordo com os estudos baseados em relatos de navegadores europeus do século XVI (LITAIFF, 1996) os Guarani são descendentes dos Karijó, uma denominação histórica para o nosso povo. (ANTUNES, 2015)

Trecho da atividade “Presença indígena em São José da Terra Firme”, disponível no site.

A atividade intitulada **“Agência Indígena na história de São José da Terra Firme”** tem como objetivo demonstrar não só a presença dos indígenas nos territórios josefenses, mas também a sua agência, ou seja, demonstrar que as ações dos indígenas interferiram nos rumos do processo de colonização. A proposta apresenta um mapa que demonstra a grande diversidade de povos indígenas no Brasil antes da chegada dos europeus e destaca as relações interindígenas que sempre existiram no território, mas que foram alteradas com a chegada dos europeus. Foi o que aconteceu na região da Terra Firme, no século XVII, quando da primeira tentativa de colonização da região conhecida hoje como Enseada de Brito, evento já analisado anteriormente

no capítulo quatro. Este episódio é apresentado na proposta após uma discussão sobre as relações culturais, comerciais e conflitos interindígenas, aumentados com a chegada dos europeus e apresentado a partir de um diálogo com Maria Regina Celestino de Almeida, representante da linha da Nova História Indígena. A atividade, que se refere ao passado, também remete o estudante ao presente. Por meio de links os jovens são direcionados ao site do Instituto Socioambiental (ISA) para contemplarem a diversidade indígena atual no Brasil e ao vídeo “Agência Indígena Guarani” (disponível em nosso site) para que os estudantes ouçam o rap guarani, contemplem as imagens e os textos indígenas, bem como suas pautas de luta, que juntos compõe uma mensagem potente de agência dos guarani também na atualidade. Abaixo trecho da atividade mencionada:

Figura 17- Trecho da atividade Agência Indígena na história de São José da Terra Firme

Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, “os portugueses preocuparam-se em classificar os índios, estabelecendo distinções entre eles. [...] foram, em geral, divididos em dois grandes grupos: os aliados dos portugueses e os inimigos. [...] Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles (os povos indígenas) interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si”. 1

Um exemplo desta interação e de conflitos interindígenas aconteceu em São José da Terra Firme. Em seu artigo “Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina”, Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho a ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos):

Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua família, muitos índios, e escravos, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguezia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os Indios d’esta, como d’aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizeram com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [...] (COELHO, 1877, p. 6)

O trecho acima apresenta relato histórico da agência indígena em São José (SC)

Esta proposta, realizada a partir de um debate historiográfico com a Nova História Indígena, possibilita que os educandos possam chegar a conclusão de que os povos indígenas fazem história ao agirem e que estas ações mudam os rumos e eventos da história. Estas mudanças históricas ocasionadas por sujeitos indígenas não foram e não são raras: trocas de mercadorias e outras interações com os não-indígenas, decisões tomadas, ataques e outras resistências impostas por grupos originários fizeram com que os rumos da colonização fossem muitas vezes ditados por sujeitos indígenas (ALMEIDA, 2010, p. 27) e que estas ações também aconteceram e acontecem em São José da Terra Firme. Segundo a Wittmann, “Houve ações

indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive daquelas resultantes de relações de poder bastante desiguais. Apesar das imposições, as sociedades indígenas, distintas umas das outras, criam, interpretam, agem e vivem”. (WITTMANN, 2015, p. 17)

Na aba “História” e em outras atividades disponíveis no site, muitas situações em que a agência indígena se revela em São José foram mencionadas. Elas revelam que os indígenas não foram meros coadjuvantes do processo histórico, eles protagonizaram e protagonizam muitos eventos e seguem na luta para continuar nos ensinando (porque historicamente sempre nos ensinaram) sobre caminhos alternativos de vida e de resistência.

Outra atividade problematizadora significativa que convém destacar trata do “M’byá Rekó: o jeito de ser guarani”, disponibilizada no site no item “cultura”, tem como objetivo fazer com que os estudantes estabeleçam uma conexão positiva com a Cultura Guarani M’byá, estudando a relação dos indígenas com a terra e a natureza e a sua produção cultural. Este é um tema fundamental, pois o vídeo que acompanha a atividade é composto de narrativas em que os próprios indígenas falam sobre o seu cotidiano, sobre as tradições, os entendimentos e concepções e a vida nas aldeias guarani. A atividade propõe a realização de pesquisa, por parte dos educandos, sobre elementos da cultura material e imaterial dos guarani, para consolidar um entendimento mais amplo sobre o modo de ser deste povo. As reflexões, desencadeadas a partir da compreensão do M’byá Rekó, sobre a importância da vida comunitária e de uma vivência em conexão com a natureza, pode fazer os jovens pensarem sobre os problemas advindos do individualismo e do consumismo da sociedade capitalista, gerando mudanças.

Figura 18- Imagem da atividade sobre o M'bya Reko guarani



Cabeçalho da atividade sobre o jeito de ser guarani

No site o M'byá Rekó é apresentado na abra cultura e está representado por um conjunto de elementos culturais interconectados e fundamentais para compor a existência e a identidade deste povo. Revela-se a importância da ancestralidade, da infância, da mobilidade, da língua, das artes e da espiritualidade. Espera-se que os jovens possam perceber que os guarani são diferentes por seus modos de viver e de ser, pelas experiências traumáticas violentas que o processo colonial lhes impôs e impõe ainda na contemporaneidade, mas são iguais por serem seres humanos, com qualidades e defeitos, detentores de saberes e de subjetividades como todos nós.

Ademais, esta atividade também ajuda os estudantes a perceberem o caráter dinâmico da cultura guarani, a partir do contato e da interferência da sociedade nacional. No entanto, demonstra também grande resistência da cultura do M'byá Rekó no sentido de preservar questões que ligam os indígenas ao ambiente natural, resultando em grande oposição (ainda que pelo exemplo pacífico) aos preceitos e modo de vida individualista provenientes do sistema capitalista.

Outra atividade disponível no site é a proposta denominada “**Narrativas, visibilidade e respeito**”. Entre outros objetivos esta atividade foi pensada para colocar as lideranças

indígenas em lugar de destaque, promovendo seu protagonismo e a difusão de suas falas e denúncias. Desta forma, os discentes podem compreender a importância da história e dos ensinamentos contados pelos próprios indígenas, desenvolvendo empatia por estes grupos ainda tão pouco conhecidos pelos brasileiros.

Figura 19- Trecho da atividade do site “Narrativas, visibilidade e respeito”



Imagem e matéria disponíveis no site: <https://iela.ufsc.br/noticia/morro-dos-cavalos-e-terra-guarani>

O documentário “Morro dos cavalos: Terra Guarani”, produzido pela Comissão Yvyruva uma organização indígena dos povos Guarani no Brasil, exemplifica a importância de se dar visibilidade as falas indígenas. Este vídeo destaca a presença guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando-os protagonistas de sua própria história. No vídeo os guaranis têm a oportunidade de mostrarem que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado.

A relevância da atividade está no fato de dar visibilidade para os povos indígenas e suas pautas, principalmente quando se refere ao documentário “Morro dos Cavalos: terra guarani”, que também é disponibilizado no site. Este é um material muito rico para ser explorado pedagogicamente por refutar todos os equívocos que permeiam a mentalidade de grande parte da população, correspondendo assim a um material antirracista. Nele os guarani são apresentados como um povo indígena com uma tradição cultural singular. Além disto, a narrativa do vídeo refuta os discursos dos colonizadores que visam se apropriar de suas terras ao apresentarem sua existência ancestral nas terras do entorno da aldeia. Então eles deixam de ser povos do passado e passam a assumir papéis fundamentais no presente, o de guardiões das nascentes dos rios e dos recursos naturais, de representantes de uma cultura que preserva um jeito de ser e um modo de vida diferente, que pode nos fazer refletir muito sobre que mundo e sociedade queremos. Nesta proposta o vídeo dos guarani é apresentado aos estudantes como um exemplo da potencialidade do discurso indígena para apresentar o seu modo de vida, ligado

ao ambiente natural, e como um meio necessário para denunciar à sociedade os ataques sofridos pela colonialidade. Em quase todas as questões da atividade o vídeo é acionado como material de consulta e pesquisa para ensinar os jovens sobre o jeito guarani e sobre seus desafios, auxiliando os educandos a refletirem sobre as problematizações propostas.

A atividade “**Territórios Laklãnõ-Xokleng em São José da Firme**” destaca a forte presença deste grupo indígena nos territórios que o colonizador decidiu denominar de São José. Esta presença aparece nas fontes como fartamente existente em áreas próximas ao litoral e principalmente nos sertões da Terra Firme. A proposição também destaca que, por conta da presença significava deste povo e pela ambição entre os colonizadores de usurpar suas terras (consideradas devolutas pelo Estado), os Laklãnõ Xokleng foram vítimas de violências extremas e tentativas de extermínio. Como as estratégias de apagamento e a ambição pelas terras indígenas permaneceram até a contemporaneidade os Laklãnõ-Xokleng têm protagonizado uma dura batalha judicial contra a tese do marco temporal⁷⁵. Estas são questões e reflexões que permeiam esta importante temática.

Figura 20- Recorte da atividade "Territórios Laklãnõ Xokleng em São José"

	<p>Os Laklãnõ-Xokleng habitaram os sertões de São José da Terra Firme por séculos. Existem muitos relatos de colonos que viveram nas terras josefense, no século XIX e XX, que evidenciam esta presença. De acordo com o Prof. Silvío Coelho dos Santos (1976), esta existência teria resistido no entorno do Cambirela até as décadas de 1960/1970.</p>
<p>Povo Laklãnõ-Xokleng marcha em Brasília contra a tese do Marco Temporal – 08.2021 / Foto Mídia Índia https://catalinas.info/adiamento-do-marco-temporal-e-estrategia-para-enfraquecer-movimento-indigena/</p>	
<p>FONTE 1</p> <p>Leia o depoimento de Brasília Prirá, 63 anos, líder dos Laklãnõ-Xokleng, que hoje habitam o Território Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ em Santa Catarina. Em seu relato ele denuncia o massacre que sofreram e defende o direito originário ancestral de seu povo às terras de sua reserva:</p> <p><i>“Vivemos na região Sul há 5 mil anos, ocupando uma área de milhões de hectares. Com a chegada dos colonos europeus, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de nos eliminar. Eles achavam que a gente atrapalhava o progresso. Mas resistimos, sobrevivemos apesar das matanças e de nosso território ter sido reduzido e muito invadido, mesmo após a demarcação, já no século XX.”</i></p> <p><small>Reportagem de William Melel Filho – 15.09.2021 – O Globo – Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-</small></p>	

Na atividade acima, a narrativa indígena sobre seus territórios e sobre a violência colonial é confirmada por meio de diligências policiais e estudos historiográficos.

⁷⁵ A tese do “Marco Temporal” consiste de um argumento, uma estratégia jurídica defendida por ruralistas e outros setores, que objetivam a exploração de recursos nas terras indígenas, que visa questionar o direito de diversos grupos as terras tradicionais que passaram a ocupar após outubro de 1988, data da promulgação da constituição. A tese ignora as violências, a tutela pelo Estado e a expulsão de indígenas de seus territórios antes desta data.

A última atividade disponível no site, intitulada “**Memória e identidade josefense**”, problematiza a história oficial, contada e representada no município, por meio de seu hino, que é um símbolo municipal, e de monumentos públicos construídos em homenagem aos açorianos “fundadores” de São José. Na proposição o discurso oficial que apaga a existência indígena da história é refutado quando evidências da presença são lançadas na discussão. O resultado é a reflexão sobre os motivos que tem a administração municipal em promover esta exclusão e apagamento até os dias de hoje.

Figura 21- Trecho do texto da atividade do site "Memória e identidade em São José"

Rememorar o passado é sempre muito bom, no entanto, quando escolhemos apenas um grupo para representar toda uma população, injustiças históricas aparecem. Ao se ressaltar apenas a trajetória dos europeus, reafirmando a branquitude de sua gente, constroem-se narrativas que promovem a exclusão, invisibilizando as ações, as resistências e as contribuições de grupos inteiros - indígenas e negros - promovendo seus apagamentos na história.

Existem muitos monumentos em São José, no entanto, ainda considerando algumas mudanças promovidas pelo setor de cultura do município, a maioria deles destaca apenas a história dos colonizadores. Um exemplo de patrimônio histórico que segue esta descrição é o Hino Municipal de São José. Ele ainda é trabalhado nas escolas, de forma acrítica, como elemento importante da tradição local, uma “história única” que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a “ser maior do que o outro” e acrescenta: “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p.23). Este tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

A atividade “Memória e identidade em São José” destaca o apagamento histórico de sujeitos indígenas e negros.

Todas as atividades foram elaboradas em PDF, a fim de possibilitar aos professores que trabalham em escolas que não possuam internet e equipamentos de projeção (que são muitas infelizmente) possibilitando a impressão fácil da proposta para trabalhar com os estudantes no formato impresso. Para esclarecer e oferecer subsídios aos professores e qualificar os momentos pedagógicos propostos, todas as atividades possuem orientações gerais, contendo os objetivos, ideias para o desenvolvimento das aulas e esclarecimentos sobre os assuntos baseados nas pesquisas e nas reflexões presentes nos textos da dissertação.

Para além da página inicial, os textos informativos que compõem o site estão dispostos em seis abas que contemplam e compõem um cenário amplo a respeito da trajetória indígena em

São José e região. Na aba “**História**”, por meio de uma pesquisa realizada em sites dos municípios vizinhos (que no passado compunham o território de São José) e em diversos trabalhos acadêmicos sobre a temática, disponíveis na internet, foi possível acessar referências a fontes⁷⁶ que traziam informações sobre a grande presença de indígenas nos territórios que os europeus ocupavam ou consideravam seus, em diversos momentos da história do município. Desta forma, tivemos acesso a novos elementos e a outras fontes que possibilitaram a construção de uma nova narrativa que reconta a história dos povos originários da região.

Figura 22- Trecho da aba "História" do site



Recorte da aba História do site em que se apresenta uma narrativa construída a partir de informações provenientes de vários relatos e fontes que refutam o discurso histórico municipal que só reconhece a presença indígena em São José nos primeiros anos do contato. As imagens da aba contém links que remetem o leitor ao texto completo sobre o assunto.

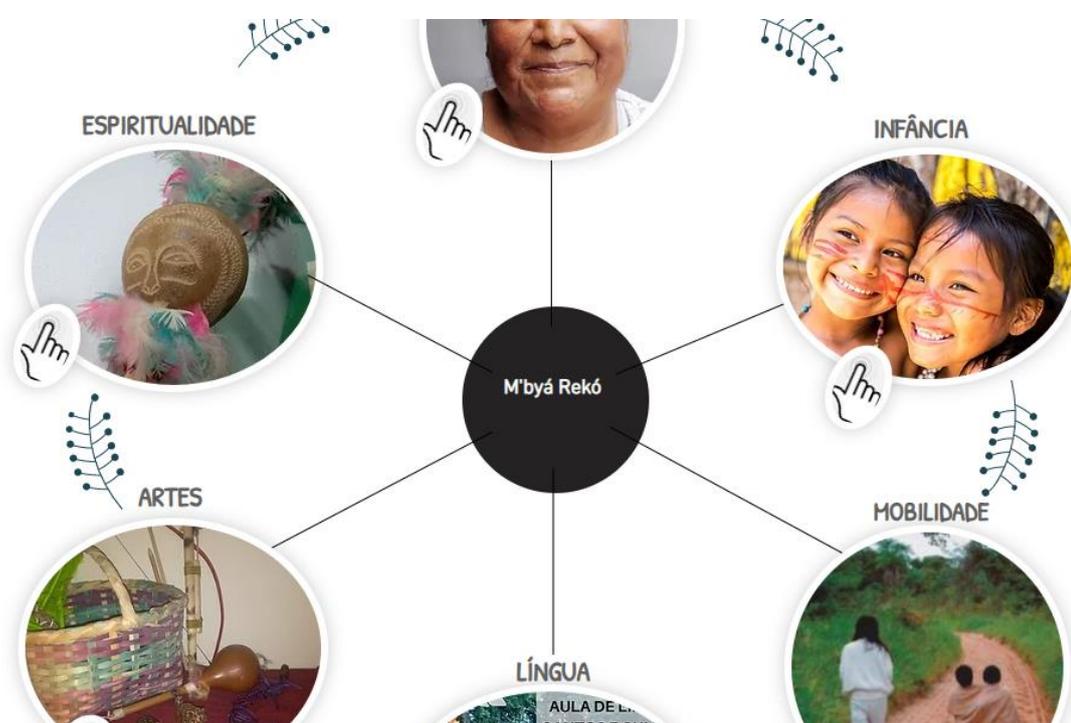
As fontes utilizadas para a construção das narrativas apresentadas na aba são, em sua grande maioria, fontes coloniais. No entanto, devido a grande agência dos povos indígenas nos diversos períodos históricos do contato, eles se tornaram assunto recorrente nos relatos de autoridades públicas que externavam suas frustrações quando das dificuldades de prosseguirem com seus projetos coloniais, passando então a tomar decisões muito violentas para resolver seus “obstáculos”. Ainda assim, mesmo utilizando fontes coloniais é possível perceber questões para

⁷⁶ Boa parte das informações relacionadas em minha pesquisa sobre a História Indígena em São José, a qual motivou e possibilitou a criação do site temático, foram provenientes de fontes acessadas por meio do ambiente virtual. Foram artigos de revistas acadêmicas contemporâneas, de congressos e revistas históricas do IHGB (1848/1850) (memórias históricas e políticas, anais), pastas de documentos digitalizados do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Portal Catarina: Biblioteca Digital da Literatura Catarinense – UFSC, além de livros, teses, dissertações e TCC’s digitalizados, imagens e mapas da internet, entre outros, que em pesquisa encontrei disponibilizadas e digitalizadas na rede.

além das intensões do narrador. Afinal, a “leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas [...] Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da cultura de quem a produziu”. (WITTMANN, 2015, p.18)

Já a aba “**Cultura**” destaca a maneira de viver dos Indígenas Guarani e busca explicar o M’byá Rekó, o jeito de ser deste povo . Nesta página a cultura foi apresentada a partir de elementos gráficos e imagéticos que se interconectam e compõe uma estrutura circular, representando um elo forte, o M’byá Rekó, responsável pela manutenção da identidade guarani.

Figura 23- Recorte da aba "Cultura" do site



As imagens possuem links que possibilitam a abertura de janelas que apresentam os textos informativos.

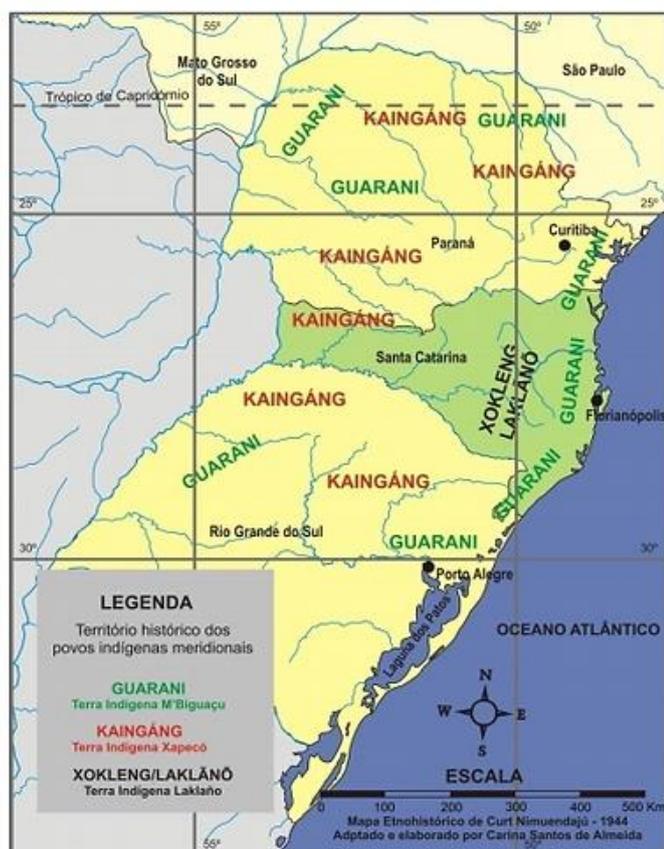
Esta é uma parte importante da narrativa do site por demonstrar as lógicas e o jeito de ser guarani, possibilitando informação e conhecimento, auxiliando no desenvolvimento do respeito e da empatia. Este assunto também foi tema de uma atividade discutida anteriormente.

Na aba “**Território**” são evidenciadas as áreas que compunham as regiões de circulação e terras ancestrais sagradas dos povos indígenas que viviam pelos territórios que os europeus resolveram chamar de São José da Terra Firme. As divisões municipais e o nome dos espaços que utilizamos atualmente, para definir o Estado de Santa Catarina e seus municípios, foram resultado das invasões e desmontes deflagrados pelos colonizadores contra os povos indígenas. No entanto, este não foi um processo rápido, foram séculos de tentativas de ocupação e avanços

sobre as terras do atual Estado em que os europeus tiveram que lidar com a resistência dos povos indígenas, para que colonizadores conseguissem avançar com os limites territoriais que lhe convinham. Ainda hoje a questão da terra é uma das pautas de luta mais importantes para os povos originários e a principal causa de violência cometida contra os diversos grupos indígenas do país. Segundo Brighenti,

Os Guarani, Kaingáng e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembram a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles. (BRIGHENTI, 2013, p.1)⁷⁷

Figura 24'- Mapa territórios históricos dos povos indígenas



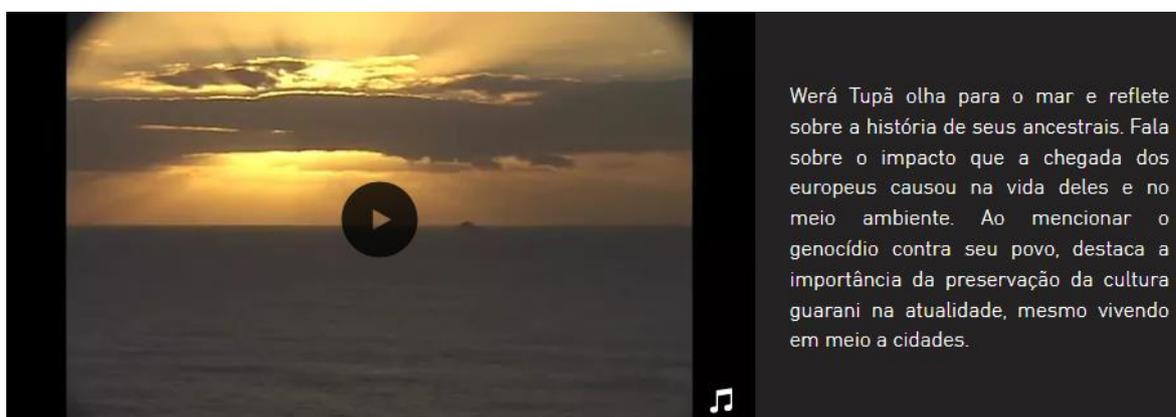
Fonte: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida. In: BRIGHENTI, Antônio Clóvis. Povos indígenas em Santa

Na aba “**Narrativas**” evidenciam-se falas de indígenas guarani sobre temas de fundamental importância para eles. O material utilizado para estabelecer este diálogo foi o

⁷⁷ Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> - Acesso em 03.04.2022 as 8h.

documentário “M’byá guarani guerreiros da liberdade”. Disponível na plataforma do YouTube o documentário apresenta falas fundamentais sobre a vida guarani, suas dificuldades com o contato e a sua luta para manter a existência de seu povo. O vídeo completo tem duração de quase uma hora, tempo que nem sempre temos disponível em sala para promovermos reflexões junto aos estudantes. Pensando nisto selecionamos três trechos do audiovisual com narrativas indígenas significativas sobre o M’byá Rekó. Estes trechos abordam a presença ancestral e a cultura, o entendimento da infância e a importância da Tekoá e da vida natural e o genocídio trazido pelos colonizadores.

Figura 25- Trecho da aba "Narrativas" do site

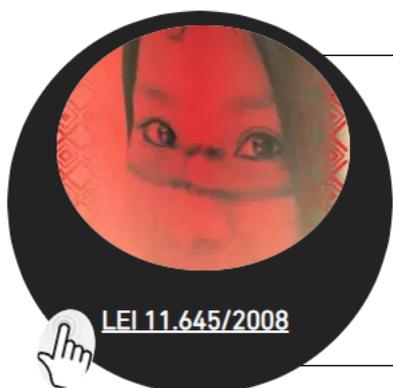


Recorte da aba “Narrativas” disponível no site

A aba “**Legislação**” permite aos professores fácil acesso, por meio de hiperlink, ao texto das principais leis e diretrizes relacionadas a educação para as relações étnico-raciais. A ideia está relacionada ao fato desta lei e de suas diretrizes, infelizmente, ainda não serem tão discutidas e presentes nas escolas como deveriam. Este fato tem relação com o racismo histórico de nossa sociedade colonizada que ultrapassa os muros escolares e se reflete nas salas de aula. Por isto a divulgação da lei e de suas diretrizes e a apresentação de exemplos para a sua aplicação de forma pedagógica são tão importantes. Briguenti vai além, para ele

Além da normatização e fiscalização pelo seu cumprimento, a Lei nº 11.645/2008 deveria ser precedida por processos educativos em todos os meios para além da educação escolar, transformando o conhecimento sobre a história e cultura indígena em ato “natural” e não “legal”, especialmente em sociedades multiculturais. Os indígenas deveriam ser parte da sociedade ocupando os mesmos espaços que qualquer outro cidadão com a prerrogativa da liberdade de livre manifestação e vivência em suas práticas culturais. (BRIGUENTI, 2016, p. 234)

Figura 26- Trecho da aba "Legislação"



LEI 11.645/2008

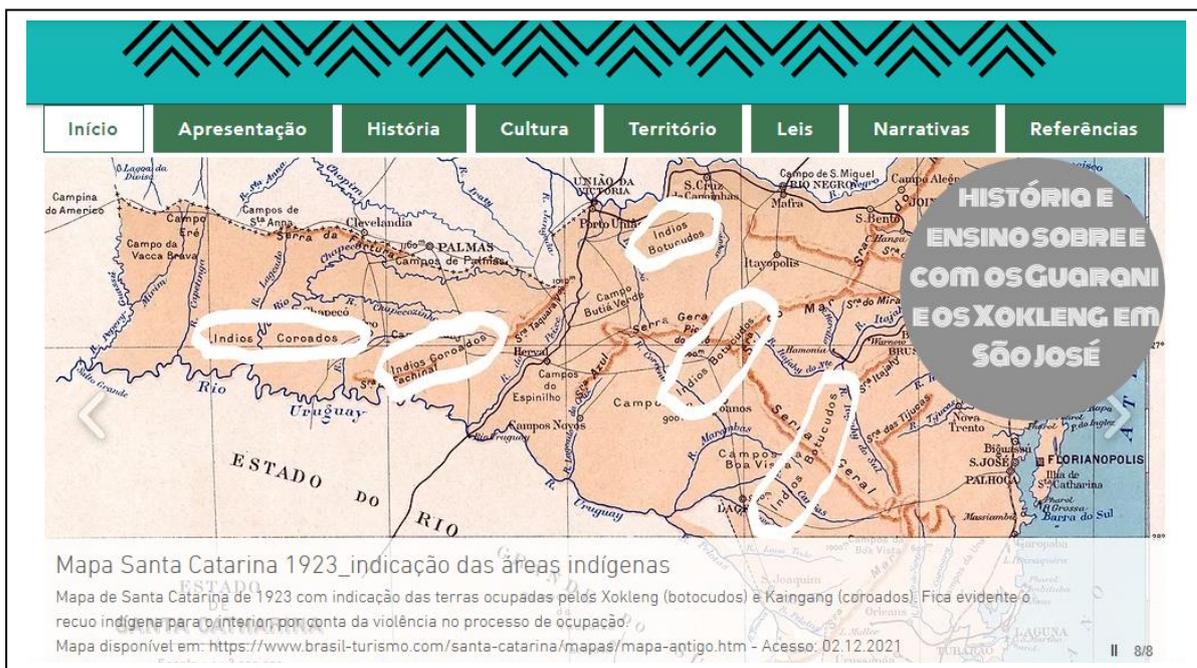
Aprovada em 10 de março de 2008, alterou a redação da Lei 10.639/2003 incluindo, além das questões relativas as populações de origem africana, também a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas indígenas. A lei destaca as lutas dos povos indígenas e a sua participação na formação da sociedade nacional, além de resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Recorte da aba Legislação com o link que disponibiliza acesso rápido ao texto da lei 11.645/2008

Brighenti aparece na aba “**Referências**”, a última do site, a qual apresenta uma lista de artigos, livros e sites utilizados na pesquisa e outros materiais para os professores pesquisarem.

No site também são apresentados mapas que demonstram a extensão inicial dos territórios indígenas em Santa Catarina, o avanço da colonização e o recuo dos indígenas para o interior. Estes mapas históricos demonstram que os brancos reconheciam a presença e a existência dos povos indígenas nos territórios do sertão josefense.

Figura 27- Slide show com mapas e imagens disponibilizado na página inicial do site



Mapa Santa Catarina 1923_indicação das áreas indígenas

Mapa de Santa Catarina de 1923 com indicação das terras ocupadas pelos Xokleng (botocudos) e Kaingang (coroados). Fica evidente o recuo indígena para o interior por conta da violência no processo de ocupação.

Mapa disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/mapas/mapa-antigo.htm> - Acesso: 02.12.2021

É importante destacar que o site disponibiliza pequenos vídeos de minha autoria para sensibilizar, informar, esclarecer e transmitir, por meio de imagens, textos e músicas, as ideias defendidas no site. Elaborados nas plataformas Canvas e Animaker os audiovisuais produzidos facilitam a divulgação de ideias, mensagens e principalmente de novos conhecimentos, os quais deverão ser ensinados como conteúdos escolares, por meio de tratativas narrativas apresentadas que estão de acordo com o que prevê a Lei 11.645 e suas diretrizes. Sobretudo na atual sociedade, que molda os jovens em meio a um turbilhão de estímulos imagéticos difundidos pela TV, aplicativos de celulares, YouTube, Facebook e outras modalidades, os audiovisuais tem se tornado a forma predileta de acesso dos jovens ao conhecimento. A escolha de sensibilizar por meio do uso de recursos de vídeo está relacionada a sua potência, uma vez que “detém um enorme poder de produção, difusão e introjeção de valores, ideias, padrões de comportamento e consumo e modos de leitura e compreensão do mundo”. (FONSECA, 2009, p. 198)

Também foram disponibilizados os documentários “Morro dos Cavalos: Terra Guarani”, “Mbyarekombaraete” e “M’byá Guarani guerreiros da liberdade”, todos disponíveis no Youtube. Estas são produções visuais de fundamental importância, porque são produzidos por e com indígenas e fazem os educandos terem contato com suas vozes, com suas presenças e pautas. São novas narrativas sobre a história indígena, dispostas em atmosferas que reportam os jovens, ao menos por alguns instantes, ao mundo indígena e a sua cultura. Ter contato outras lógicas de ser, pensar e entender o mundo pode contribuir para descolonizar os pensamentos e apontar caminhos para um futuro mais promissor para todos. Por isto, o Edson Kayapó defende que,

A escola tem o dever de se adequar aos “tempos de direitos” e abrir o diálogo sobre as histórias indígenas silenciadas por séculos. No entanto, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com tal realidade, o que pressupõe o empenho na produção de pesquisas e fontes sobre a temática indígena. (KAYAPÓ, 2014, p. 63)

Desta forma se evidencia a relevância do site que foi pensado a partir das orientações das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Este material didático promove o diálogo sobre e com os indígenas e apresenta diferentes linguagens a fim de promover empatia e conexão de professores e estudantes às vivências pretéritas e atuais dos povos originários.

Importa ainda destacar que este formato de site facilita a divulgação da pesquisa, pois não seria tarefa fácil conseguir investimentos e recursos para realizar uma exposição ou produzir um material impresso junto ao poder municipal. Desta forma, usar recursos digitais

ainda é uma estratégia mais viável, mais econômica e democrática de difusão desta nova história com a presença e agência indígena em São José. A divulgação da pesquisa e do site ocorrerá em grupos de aplicativos de mensagens, por e-mail com a cooperação da Secretaria de Educação, que poderá divulgar para as escolas, e junto ao coletivo de combate ao racismo do SINTRAM-SJ (Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José).

Por ser um espaço dinâmico, o ambiente do site apresenta a memória indígena de forma diferente de como é exposta nos museus, onde sempre esteve congelada, cristalizada e empoeirada. Agora a memória, a história e a agência indígena em São José seguem vivas e atuais no mundo digital.

Link de acesso ao site: <https://www.historiaindigenasj.com/>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes da administração municipal de São José precisam mudar a narrativa histórica desta região. Tradicionalmente têm-se contado a história deste município a partir da fundação da Vila de São José da Terra Firme, em 1750, tendo como marco a chegada de europeus. Quando raramente sujeitos indígenas são mencionados, aparecem estigmatizados nos relatos e são apresentados como meros coadjuvantes no processo histórico.

Em narrativas mais recentes sobre a história josefense os autores têm reservado aos povos indígenas um lugar no passado, o de primeiros habitantes. Depois eles desaparecem, passam a ser considerados exterminados, e sofrem o apagamento. Este tipo de discurso histórico tem ignorado os indígenas locais que vivem no município ou em aldeias bem próximas e limitado as suas histórias as velhas e estagnadas prateleiras do museu municipal e as poucas páginas que narram um passado longínquo e descomprometido com a atualidade, nas poucas obras que contam a história desta cidade.

Este apagamento da história indígena tem se refletido nas escolas e nas salas de aula municipais, pois muitos docentes não têm conhecimento de que estas terras já foram territórios tradicionais dos Guarani-carijó e dos Laklãnõ Xokleng e muitos não percebem suas existências na atualidade. Conseqüentemente, a difusão de uma nova história indígena local, que narre a trajetória destes grupos na região e que contemple aspectos essenciais de sua cultura, torna-se fundamental para incluir os nossos estudantes indígenas na dinâmica escolar, da qual são frequentemente excluídos por não se verem representados nas pautas de discussão e perceberem os equívocos existentes nas tratativas sobre seus grupos originários nos conteúdos tradicionais escolares.

Apesar do apagamento e da subalternização histórica, os povos indígenas, por meio de um processo longo de luta e resistência contra as violências advindas da colonialidade, foram conseguindo, junto a apoiadores, promover mudanças legais e educacionais com o objetivo de construir caminhos de futuro e de existência.

Um destes caminhos, que tem possibilitado mudanças no campo da educação para as relações étnico-raciais, tem sido trilhado a partir da lei 11.645/2008. Por meio dela as populações indígenas vem sendo incluídas nos currículos escolares e gradativamente no processo de valorização histórica e cultural que já vinha sendo implantado na educação nacional para dar destaque as populações de origem africana com a lei 10.639/2003.

Entretanto, apenas a existência destas leis não tem garantido um ensino qualificado sobre a temática nas escolas do país. As mudanças ainda são lentas e se a sociedade não foi impactada com as mudanças como deveria, se não teve o entendimento devido, também a escola não compreendeu a importância do tema e, por isso, ainda não promoveu a tomada de consciência que necessita. Por conta disto, é urgente que os docentes reflitam e se manifestem contra uma educação pautada no discurso do colonizador, uma vez que a legislação que regulamenta o ensino, no tocante as relações étnico-raciais, já tem quase vinte anos.

Como professora, penso nas inúmeras vezes em que eu me referi aos povos indígenas como os primeiros a habitarem as terras do Brasil, mas que, por sua pouca tecnologia, comparados aos europeus, foram exterminados. Eis o exemplo clássico de como o assunto não deve ser abordado. Em apenas uma breve narrativa eu sintetizava todos os erros na abordagem da temática, generalizando todos os povos indígenas brasileiros, suas culturas e forma de se relacionar com os europeus, criando uma visão romantizada sobre eles de vítimas no processo histórico, invisibilizando sua participação e protagonismo, enfatizando uma dicotomia entre heróis e vilões, apontando os povos como inferiores devido às condições materiais e tecnológicas, condenando-os ao desaparecimento na história ao afirmar que foram dizimados pela cruz ou pela espada.

Por tudo isto, precisamos urgentemente transformar o ensino de história, pois vivemos um período de aumento da intolerância, tentativas de retrocesso em relação às conquistas das minorias, um clima nebuloso para os povos indígenas e para todos nós. Agora mais do que nunca precisamos nos voltar para a sabedoria indígena, ouvir o que eles têm a nos ensinar e eles tem muito a nos dizer. Davi Kopenawa se dispõe a contribuir:

Gosto de explicar essas coisas para os brancos, para eles poderem saber. (...) Seus professores não o haviam ensinado a sonhar, como nós fazemos. (...) Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento. É por isso que eu gostaria que eles ouvissem minhas palavras através dos desenhos que você fez delas; para que penetrem em suas mentes. (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p.63 e 64)

Neste trecho Kopenawa nos fala sobre a importância dos conhecimentos que possui e o quanto esses saberes poderiam ajudar os brancos que “sempre estão preocupados demais com as coisas do momento”. Neste sentido, é fundamental que efetivemos um caminho de diálogo entre os indígenas e os educandos. Dar a chance para que possam aprender “a sonhar” com a sabedoria indígena.

Com efeito, a ideia seria então apresentar os indígenas como sujeitos importantes que são, com suas subjetividades, direta ou indiretamente relacionados à ancestralidade de todos os

brasileiros. Quanto mais os povos indígenas aparecem nas mídias, ganham visibilidade, mais eles estão presentes em nossas memórias, possibilitando o desenvolvimento de sentidos e sentimentos em relação a eles. Vale ressaltar que é importante que a escola atue teórica e metodologicamente na produção de narrativas que dêem destaque a estes sujeitos, provocando o surgimento de sentimentos positivos sobre os povos indígenas.

Segundo Pedro Paulo Funari e Ana Piñón (2020), “é inegável o papel que a escola pode ter no sentido de atuar para uma maior compreensão do quanto o Brasil deve aos índios e como se enriquece, em termos culturais, com essa experiência”.

Desta forma, o desafio é buscar nos ouvintes de nossas narrativas, os estudantes, elementos que os conectem com os indígenas construindo empatia e identidade, ao mesmo tempo possibilitando que estes jovens consigam perceber que existem muitas diferenças, pois é neste ponto que podemos conduzir os jovens ao encantamento e ao desenvolvimento do respeito. Afinal, “trabalhar o ensino de história de maneira empática não envolve apenas abordar diferentes conteúdos, mas desenvolver alternativas metodológicas que viabilizem perceber os sujeitos históricos de modo mais próximo, humanizado e contextualizado”. (PEREIRA, 2020, p. 47)

Assim, o entendimento sobre o que é diferença e similaridade, entre o eu e o outro pode contribuir para formar um sentimento de empatia e, por vezes, até de identidade para com os povos indígenas na medida em que este debate promova admiração, por parte dos estudantes, pelos ensinamentos indígenas, pelos seus exemplos. Além disso, o diálogo com os indígenas em sala de aula (por meio de vídeos, depoimentos, etc) permite uma abertura para tentar entender outros conhecimentos e práticas, ao mesmo tempo que possibilita compreender que a alteridade é algo fundamental entre os grupos humanos, resultando no respeito à diversidade.

Outro argumento importante que demonstra a importância em estudar e dialogar sobre a temática indígena na escola tem a ver com a necessidade de não naturalizarmos a história. A invisibilidade, a estigmatização e o preconceito contra os povos indígenas não são situações triviais, habituais, normais. É necessário mostrar que existem outros ângulos dos eventos, outras perspectivas sobre o processo colonizatório. A história não deveria ser monopolizada por grupos hegemônicos que criam narrativas enviesadas pautadas em seus interesses e intencionalidades. Todos deveriam ter a possibilidade de participar da escrita da história.

Diante disto, é possível pensar em novas perspectivas, em novas narrativas históricas que apresentem outros caminhos pelos quais percorreram os povos indígenas, possibilidades que não os representem apenas como subalternos, dominados e invisíveis.

Neste sentido é fundamental dialogarmos com os jovens sobre outras histórias, sobre outras perspectivas, valorizar outras experiências humanas, ouvir outras narrativas. O estudo da história e da cultura indígena, tendo os próprios indígenas como protagonistas na narração de seus saberes, ou o exercício de interpretar os fatos por outras óticas e lógicas, perseguindo a perspectiva indígena, pode ajudar a transformar a nossa sociedade tal como ela é, desigual e excludente.

Está aí a relevância em se buscar no passado evidências da presença indígena na história, buscando preencher lacunas de um passado repleto de contato, de negociações, de acolhimento, mais também de enfrentamentos entre os agentes históricos, negando a invisibilidade. Porém, mais que tudo, está em compreender e estabelecer também as razões do apagamento dessas pessoas da história, dos documentos oficiais, a partir da vinda de grandes levadas de imigrantes europeus (SALVADOR, 2017). Reescrever a história reconduzindo os indígenas aos seus lugares tradicionais e aos novos lugares que tiveram que encontrar para se adaptar às adversidades advindas com a conquista é lhes conceder a humanidade e a dignidade que por muito tempo lhes foi negada.

Hoje a população indígena vem crescendo no país e, não raramente, nos deparamos com estudantes indígenas em nossas salas de aula. Além disso, todos perdemos muito ao não nos colocarmos em um lugar de escuta e não nos abirmos para ouvir o que esses jovens e os povos indígenas têm a nos ensinar.

Afinal esses povos vêm exercendo um papel fundamental de nos lembrar do que a muito esquecemos e de nos ensinar a reconhecer a sabedoria ancestral, a viver e conservar o planeta, a respeitar crianças e idosos, a respeitar e acolher o outro, a deixar “memória de si” pela partilha e não pelo egoísmo. Neste contexto, se faz necessário alterar o modelo colonial, eurocêntrico e capitalista que tem visto este mundo caminhar para a beira de um colapso social, econômico e ambiental. Esta é a chance que os povos indígenas têm, se nos permitirmos ouvi-los é claro, de se tornarem eles próprios os agentes de transformação do pensamento, do modo ser e de viver de todas as pessoas. E o que está em jogo é a sobrevivência de todos nós. Kopenawa há algum tempo vem nos alertando sobre isso, segundo ele:

Nos Yanomami, estamos muito preocupados porque os brancos só pensam em estragar a Terra, só sabem destruir a floresta. Eles não têm amizade por ela, não a querem. Da profundidade do seu chão só arrancam coisas para fabricar suas mercadorias, depois as queimam e o mundo se enche de fumaças que viram doença xawara para todos. A floresta também adoce dessas fumaças, suas árvores morrem,

bem como suas águas e seus animais. É assim que entendemos as coisas. Por isso, nós Yanomami, estamos tão inquietos.⁷⁸

Também é importante voltarmos nossos olhares para o tempo presente e percebermos que, apesar de tudo, os povos indígenas continuam ativos e atuantes, se reinventando entre a conservação de seus modos de vida, de sua tradição e entre a contemporaneidade, buscando cada vez mais compreender os códigos não-índios a fim de se instrumentalizar para continuar criando possibilidades de futuro para seus povos e, acreditamos, para todos nós.

⁷⁸ Davi Kopenawa Yanomami - publicado originalmente no livro: Povos indígenas no Brasil 2006-2010 - Instituto Socioambiental - Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda essa destruiu o n o %C3%A9 nossa m arca, %C3%A9 a pegada dos brancos, o rastro de voc%C3%AAs na terra%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda%20essa%20destruiu%20o%20n%20so%20nosso%20mundo%20e%20a%20pegada%20dos%20brancos%20o%20rast%20ro%20de%20voc%20s%20na%20terra%22) – Acesso em 29.10.2021, 10:14hs.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida... [et al.] (org.) **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Pp. 21-29.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. e SANCHES, Livia Pizauro. **A implementação da lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. 2017 In: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ANDRADE, Catarina A. de Oliveira e ALVES, Álvaro R. José de Brito. O cinema como cosmopoética do pensamento decolonial. In: **Dossiê decolonialidade e política das imagens**. Logos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, UERJ. p. 80-96, 2020.

ANGATU, Casé. “Histórias e Culturas Indígenas” – Alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: De qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 179-209, jan./jun. 2015.

ANTUNES, Elizete. **História e Mito na Educação Guarani**. TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015.

ANTUNES, Eunice. **Nhandereko nhandembo'e nhembo' ea py**. Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas guarani da Grande Florianópolis. TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89-117.

BANIWA, Gersen José dos Santos Luciano e BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Descrição da **entrevista com Gersen Baniwa** em 15 de maio de 2012. II Fórum Internacional da Temática Indígena. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 127-148 – 2012

BERTHO, Angela Maria de Moraes. **Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza**. Tese de doutorado. UFSC, 2005.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. DA C. (Org.). **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 101-132.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

_____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. D.O.U. de 11 de março de 2008.

_____. Ministério da educação. **Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica, em decorrência da lei nº 11.645/2008**. Parecer CNE/CEB nº 14/2015, homologação publicada no D.O.U. de 18/04/2016, Seção 1, pág. 43.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução cne/cp nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da História e Cultura Indígena. In: Fábio Feltrin de Souza e Luisa Tombini Wittmann (Org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão: Copiart; [Erechim, RS]; UFFS, 2016, p. 234.

_____. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Artigo 2013, disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>

_____. E WITTMANN, Luisa Tombini. Povos indígenas. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. UDESC, 2018.

BRITO, Tamires e KAIAPÓ, Edson. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Revista de humanidades Mneme**. v. 15. n.35 (2014)

BRITO, Paulo Joze Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina**. Lisboa:1816.

BURKE, Peter. **A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. In: A escrita da História novas perspectivas. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 327 – 348.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do Epistemicídio. In: **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado USP. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **O Encobrimento do Brasil**. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 de Outubro de 1999. Acesso: 13/04/2022 às 22h. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0310199903.htm>

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. **Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1877.

COLMAN, Rosa Sebastiana. AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. ESTANISLAU, Barbara Roberta. **Os Guarani e o modo de ser caminhante**. Idéias, Campinas, SP, v.8, n.2, p. 197-218, jul./dez. 2017.

COMPANHONI, Rodrigo Vareiro. **Tempo, Território e História: Percepções do Ará – tempo/espaço Kaiowá e Guarani**. Dissertação ProfHistória. UEMS: 2020.

CONTE, Elaine. MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1191-1207, out./dez. 2015.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005, 2ª ed.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imagem e legibilidade da História. In: **Remontagens do tempo sofrido: o olho da história II**. Tradução: Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018. p. 17-82.

FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Pelas veredas do paraíso: Hans Staden e a expedição Sanabria. In: **História de Santa Catarina no século XIX**. BRANCHER, Ana e AREND, Maria Fávero (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

FARIAS, Patrícia Angélica de Oliveira Farias. **Representações docentes sobre alunos indígenas e as implicações da lei 11.645/2008**. Dissertação ProfHistória. UNIFESP, 2019.

FARIAS, Wilson Francisco de. **São José 250 anos: natureza, história e cultura para o ensino fundamental**. São José: Ed. do autor, 1999. 2ª ed.

FILHO, Alcides Goulart. **A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no Sul de Santa Catarina.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História.** Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo e PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GAMA, Angela Maria Resende Couto Gama. **Diagnóstico Ambiental do Município de Santo Amaro da Imperatriz – uma abordagem integrada da paisagem.** Dissertação do Curso de Mestrado em Geografia. UFSC, 1998.

GAYO, Clarice Ehmke. **“Me ouviram e me enxergaram”:** ensino de história por meio de narrativas de mulheres Laklãnõ Xokleng em contextos urbanos. Dissertação ProfHistória. UDESC, 2021.

GERLACH, Gilberto e MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme.** São José: Floriprint, 2007.

GÖTTERT, Marjorie Edvanez dos Santos. **Narrativas guarani na escola: contribuições para o ensino de história indígena.** ProfHistória, UFSC, 2021.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado.** Vol. 31, nº1, janeiro/abril 2016.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da Floresta.** São Paulo: Jandaíra, 2020.

KATAYAMA, Juliene. **Entenda o conflito entre produtores rurais no sul do MS.** Reportagem do G1:<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms16-06-16.html> - Acesso em: 04/03/2021.

KOPENAWA, Davi. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra". In: **Povos Indígenas no Brasil. ISA: 2006-2010.** Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda essa destrui%C3%A7%C3%A3o n%C3%A3o %C3%A9 nossa marca, %C3%A9 a pegada dos brancos, o rastro de voc%C3%AAs na terra%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda%20essa%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20nossa%20marca,%20%C3%A9%20a%20pegada%20dos%20brancos,%20o%20rastros%20de%20voc%C3%AAs%20na%20terra%22) – Acesso em: 05.03.2020.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton e FARIAS, Elaíze . Não é a primeira vez que profetizam o nosso fim; enterramos todos os profetas. **Entrevista ao portal Amazônia Real**. Manaus, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/nao-e-a-primeira-vez-que-profetizam-nosso-fim-enterramos-todos-os-profetas-diz-ailton-krenak/> - Acesso em: 03/03/2021.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de povos invisíveis. In: **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. BRANCHER, Ana (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: . In: **História de Santa Catarina no século XIX**. BRANCHER, Ana e AREND, Maria Fávero (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MACENA, Elizabeth Vieira. **A aplicação da lei 11.645 nas escolas públicas de Ponta Porã subsídios para o Ensino da temática indígena**. Dissertação ProfHistória. UEMS, 2018.

MENEZES, Paulo. O nascimento do cinema documental e o processo não civilizador. In: MARTINS, J. de S. et al. (Org.) **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 73-127.

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. [et al.] (Org.) **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 191 a 214.

MONTEIRO, John Manoel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: **A outra margem do Ocidente**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MOREIRA, Marcos. **Visão guarani sobre o Tekoa: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o território**. TCC curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica, 2015.

MORTARI, Claudia e WITTMANN, Luisa Tombini. O Equilíbrio de Histórias: Experiências no ensino de História por meio de narrativas africanas e indígenas. In: **A lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades**. Giovani José da Silva, Marinelma Costa Meireles. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019. Pp15-41.

MOTTA, Aline Villela de Mello. **Tekoa Pyau uma aldeia guarani na metrópole**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. **Entrevista concedida ao programa Bem Viver da Rádio Brasil de Fato**. São Paulo (SP) - 17 de Outubro de 2021 às 11:23 – Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema> - Acesso em 25/03/2022, às 19:00h.

_____. **O ato indígena de educar(se), uma conversa com Daniel Munduruku**. Transcrição de encontro realizado em 5 de julho de 2016, como parte da ação de difusão da 32ª Bienal: Programa de Encontros no Masp.

NAZARENO, Elias e ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **História e diversidade cultural indígena na base nacional comum curricular (2015-2017)**. In: Revista Temporis, ISSN 2317-5516 | v.18 | n.1 | jan./jun. | 2018 | ano 21, p.35-60 (de 269).

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: Conexões Possíveis. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23 - 53, 2014. DOI: 10.5965/2175180306122014023. Disponível: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014023>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PAIM, Elison Antônio. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de história. In: **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História**. MOLINA, Ana Heloísa e FERREIRA, Carlos Augusto Lima. (Org.) Curitiba: Ed. CRV, 2016.

PAIM, E. A., & ARAÚJO, H. M. M. (2018). Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(92). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3543> (Acesso em 09.02.2021).

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. "Memória Histórica sobre a Colônia Alemã de São Pedro de Alcântara". In: **Os Alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catarina**. Curitiba: Editora Oliveiro, 1929.

PEREIRA, Diego. **Aprender a ensinar com os Guarani**. Dissertação ProfHistória, UDESC. 2020.

PIAZZA, Walter. **Angelina um caso de colonização nacional**. Tese de doutorado. UFSC, 1973.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.
- RAMOS, Carla Cristina Bernardino. **Presença Indígena em Araruama: Patrimônio e Ensino de História**. Dissertação ProfHistória. UFRJ, 2016.
- ROVARIS, Carolina. **Narrativas sobre a Diáspora Africana: a construção de um site educativo para o ensino de História**. Dissertação do ProfHistória, UDESC, 2018.
- RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: **História, verdade e tempo**. SALOMON, Marlon (Org.). Chapecó: Argos, 2011. Pp. 259 – 290.
- SALVADOR, Angela Sabrine do Nascimento. **Entre escritos e vasilhas cerâmicas: o indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (séc. XVIII e XIX)**. Dissertação. UFSC, 2017.
- SANCHES, Roseli da Cunha. **Fronteiras Étnicas e educação de indígenas na escola urbana Municipal Júlio Manvailer**. Dissertação ProfHistória. UEMS, 2018.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SÃO JOSÉ. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Base da Educação Josefense: História**. 2020.
- SCHIMITT, Elzeário. Eles acreditaram no Brasil: A primeira comunidade alemã em Santa Catarina. In: **Blumenau em cadernos/150 anos da colonização alemã**. Blumenau, 1974.
- SILVA, Cristiani Bereta da. História Nacional e a construção do “espírito brasileiro” (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: **Educar para a Nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba: CRV, 2014. p. 19-42.
- SILVA, Elis do Nascimento. **Estudos ambientais simplificados e o movimento rio Cubatão vivo: um estudo de caso sobre um projeto de instalação de pequenas centrais hidrelétricas em Santa Catarina**. TCC do curso de Ciências Sociais, UFSC, 2011.
- SILVA, Giovani José da. A Lei n.º 11.645/2008 e a Inserção da Temática Indígena na Educação Básica. In: **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**/ Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- SILVA, Marcos. **Ensino de história e novas tecnologias**. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf - Acesso em 13/04/2022, às 20:55h

SILVEIRA, Thaís Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e ensino de História na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação ProfHistória. UERJ, 2016.

SOUZA, Thiago. **São José da Terra Firme ou simplesmente São José**. 2ª ed. São José, 1992.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. L&PM POCKET, 1556.

UFSC. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. **Território guarani**, 2016. Disponível em:

<https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf>

WAGNER, Altair. **Alfredo Wagner: Terra, Água e Índios**. Florianópolis, do autor, 2002.

WITTMANN, Luísa Tombini. Introdução ou a escrita da história indígena. In: **Ensino (d)e História Indígena**. WITTMANN, Luísa Tombini (org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

- ANEXOS-

Atividades problematizadoras dos temas, disponíveis no site: www.historiaindigenasj.com

M'BYA REKO, O JEITO DE SER GUARANI

ASPECTOS IMPORTANTES DA CULTURA GUARANI



Foto Comissão Pró-Índio de São Paulo

Os M'bya guarani se organizam em aldeias autônomas, compostas por famílias extensas, e vivem em territórios que consideram ser sagrados por conta da tradição, ancestralidade e conexão espiritual. Entendem a vida em três dimensões temporais:

- **A infância**, a qual entendem como um período em que o indivíduo aprende no contato direto com a natureza, com liberdade e respeito a seus saberes. As crianças participam dos rituais, do coral e frequentam a escola indígena que, além de outros conhecimentos, ensina a língua e a cultura ancestral.
- **A vida adulta** é o momento em que a pessoa passa a pôr em prática todo o conhecimento recebido. É um tempo de maior responsabilidade, pois executam tarefas diárias como a construção de casas, objetos, fazem hortas, realizam ações para fortalecer a cultura e lutam pela terra.
- **A velhice** é uma etapa muito importante, uma vez que a pessoa já fez longa caminhada e adquiriu muito conhecimento sobre o mundo. A sabedoria dos anciãos e anciãs é muito valorizada nas comunidades indígenas. Eles fazem alertas sobre o futuro, dando exemplos da própria vida. Ensinam os conhecimentos passados pelos antigos, contam histórias sobre a cultura e a espiritualidade.

Informações provenientes do Documentário: *M'bya Reko Nbarwete* (Facebook - Conexão Itaty)

"Para o povo Guarani Mbya, Tekoa é muito mais do que se pensa. O espaço que a comunidade ocupa vai muito além do limite da casa que é construída, e é preciso enfatizar que a casa em si é apenas um elemento que compõe o espaço habitacional construído pelos Guarani, isto porque as funções diárias são desenvolvidas no espaço do 'pátio' o espaço que é chamada na língua Guarani Mbya 'oka', que significa 'fora', 'fora da casa'. A vida social, a vida cotidiana, se fortalece dentro do tekoa, mesmo a comida é tudo feito na oka, ou seja, no quintal como dizem jurua kuery (as brancas). As Tekoa antigamente possuíam Dpy'i - casa de reza, e ao redor eram construídas casas menores. Cada família construa sua própria casa, e os outros os ajudavam, e todos tinham sua própria roça tradicional".

Trecho do TCC Licenciatura Intercultural Indígena/ UFSC de Domingo Hugo de Oliveira Karai, 2020. (KARAI, 2020 APUD GOTTERT, 2021, P. 68)

Por meio das informações apresentadas é possível perceber que a tradição do M'byá Rekó imprime marcas no povo guarani, as quais resultam na construção de uma identidade que, apesar de ter sofrido mudanças ao longo do tempo, tem resistido ao processo colonizador por séculos. Segundo Giovani José da Silva e Anna M^ª Ribeiro F. M. da Costa em seu livro "Histórias e culturas indígenas na educação básica": "com seus modos de viver peculiares, os povos indígenas desenvolvem técnicas distintas, o que os tornam únicos e diferentes dos demais, além de possibilitar, aos seus membros, meios de pôr a disposição ou ao alcance a facilidade de executar diversas tarefas." (2018, p. 39) Foi a versatilidade e a resiliência que possibilitaram aos guarani manter seu jeito único em meio a sociedade colonizada.

Pense sobre o M'byá Rekó (jeito de ser) Guarani e:

- 1) Pesquise e apresente exemplos do M'byá Rekó a partir de elementos da cultura material e imaterial guarani. Monte uma tabela ou um mapa mental para registrar e organizar os resultados de sua pesquisa.
Sugestões de sites/ vídeo para pesquisa: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo-Guarani_Mbya
https://www.youtube.com/watch?v=Ciz_cAdTWRI
- 2) Explique como os guarani entendem as fases da vida, depois compare com as concepções ocidentais e aponte semelhanças e diferenças.
- 3) Segundo Domingo Hugo de Oliveira Karai a "vida social, a vida cotidiana, se fortalece dentro do tekoa". Tendo em vista este depoimento, explique o que é a TeKoa e aponte as vantagens que uma vida comunitária como a dos guarani poderia oferecer a todos nós.
- 4) O jeito guarani de ser e viver é marcado por uma profunda conexão com o meio ambiente, por conta disto a sabedoria guarani apresenta concepções e entendimentos muito distintos dos concebidos pelos não-indígenas. Para os guarani a natureza é sagrada e os indígenas estão inseridos nela. Segundo Kaká Werá Jecupé "Em cada estação reina um dos quatro Nande Ru [pronuncia-se "nãnderu"], divindades que comandam os quatro cantos do espaço, que, por sua vez, comandam os quatro elementos sagrados: terra, água, fogo e ar, que interagem com o crescimento e o desenvolvimento do ser humano, bem como de todo o conjunto de vidas." (JECUPÉ, 2020, p. 26) Pense sobre esse entendimento indígena acerca da natureza e tente explicar em que momento histórico nós, não-indígenas ocidentais, nos distanciamos dela. Que problemas o entendimento individualista e consumista, provenientes do capitalismo, tem nos causado?

PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME



Índios Botocudos da província de Santa Catarina - Debret/ 1826

A imagem acima é uma litografia de Jean-Baptiste Debret de 1826. Existem obras dele sobre Santa Catarina, no entanto dúvidas sobre a procedência de sua "Viagem ao Sul" ainda pairam entre os historiadores por não haver documentação que a comprove. Ainda assim, na obra acima, indígenas foram retratados na região do Maciço do Cambirela (fundo da imagem), hoje município de Palhoça, mas que no século XIX pertenceu a São José da Terra Firme. Na imagem eles foram representados caçando, coletando e navegando no rio. Segundo Elizete Antunes, indígena guarani, em seu TCC do curso de Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, defendido em 2015,

Maciambu (Região e nome de um rio importante da região do Cambirela) sempre foi um lugar ocupado por Guarani. De acordo com os estudos baseados em relatos de navegadores europeus do século XVI (LITAFF, 1996) os Guarani são descendentes dos Karijô, uma denominação histórica para o nosso povo. (ANTUNES, 2015)

No relato de Eunice é possível perceber quão importante é a região do Maciambu para os Guarani da atualidade. Em seu argumento se refere a ancestralidade remetendo a história e a presença dos guarani-karijô na região a séculos. Sua presença nas regiões próximas e em São José é longa e ancestral.

Além dos guarani, outro povo indígena também esteve presente neste território por muito tempo. Eram os Xokleng que circulavam e viviam em regiões do sertão josefense, e no litoral, disputando com outros grupos áreas de seu interesse. É como no caso narrado por Debret em 1826, mas que aconteceu em 1815, em que os Xokleng, chamados de Bororenos, defendem a fonte de água termal e as cachoeiras do Rio Cubatão, sob seu domínio, dos colonizadores portugueses. Localizadas na região do maciço do Cambirela, onde hoje fica o município de Santo Amaro da Imperatriz (no século XIX pertencia a São José), em uma das montanhas próximas da ilha (Florianoópolis), estas águas termais tinham propriedades curativas (já havia pesquisas no início do século XIX para identificá-las na Europa) e os Xokleng, possivelmente, já sabiam disso. Assim defenderam a região, como é narrado no trecho abaixo:

[...] eles se lançaram com entusiasmo nos preparativos de guerra e começaram a abater as árvores próximas a este posto [militar], de forma a impedir a vinda de qualquer socorro ou a retirada dos soldados que eles queriam exterminar. [...] [escolheram] para este ataque noturno o período de um primeiro quarto de lua, cujo clarão momentâneo fosse

suficiente, em meio às florestas virgens, para organizar numerosas emboscadas que deveriam estabelecer sobre a linha de bloqueio. [...] Num instante, o pequeno corpo de guarda foi investido por um número considerável destes bárbaros (índigenas); estes, lançando-se de todos os lados, empregavam todos os meios possíveis de exterminio, massacrando os surpresos soldados durante o sono [...]. Esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da ilha de Santa Catarina. (DEBRET APLUD GERLACH E MACHADO, 2007, p. 24 e 25)

É importante perceber que o tom do relato, por ser de um europeu, é de ressentimento pelas ações dos indígenas, mas o que o autor não menciona é que muitos indígenas também morreram no conflito e que foram os portugueses que invadiram os territórios Xokleng. Foram perdas para ambos os lados. Nos importa agora reconhecer que esta era uma região sagrada para os Xokleng, que usaram todas as suas estratégias de luta para defender seu território. A atitude guerreira dos indígenas despertou medo entre os portugueses e possibilitou o retardamento do avanço colonial em, pelo menos, mais de uma década.

Agora responda as questões abaixo:

- Assista ao vídeo "Presença indígena" disponível no site, analise a imagem do início do texto e responda: Por que Debret retratou indígenas vivendo na região do Cambirela? Teria sido ele uma testemunha do ocorrido ou imaginou a cena a partir de histórias que contaram para ele? Justifique suas afirmações.
- O professor Carlos Humberto P. Corrêa em seu livro "História de Florianópolis Ilustrada" nomeia a imagem acima com o título: "Índios Botocudos da província de Santa Catarina". Os Xokleng eram chamados assim pelos colonos, por conta de usarem o "botoque" (ornamento feito com um pedaço circular de madeira). Analisando o mapa abaixo, sobre os territórios indígenas, e considerando o nome "botocudos" você acha possível que nas regiões da Terra Firme, mais próximas do litoral, mais de um grupo/cultura indígena frequentasse a região? Quais seriam os possíveis povos indígenas a viverem nas imediações do Morro do Cambirela?

Povos indígenas em SC (localização original)



- No relato de Debret, sobre as disputas pelas fontes termais entre portugueses e Xokleng, por que o europeu não mencionou as ameaças e perdas sofridas pelos indígenas? Na sua visão eles tinham a opção de não lutar? O que conseguiram com a sua luta?
- Como foi possível perceber no mapa, no vídeo e nos textos, os povos indígenas não são todos iguais, eles são detentores de histórias e tradições muito distintas. Em Santa Catarina são três os povos existentes. Faça uma pesquisa no site do Instituto Socioambiental, disponível abaixo, e aponte as principais diferenças culturais entre os Guaraní, os Laklãnõ-Xokleng e os Kaingang. https://iio.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

AGÊNCIA INDÍGENA NA HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME

Confrontos interindígenas

Sabemos que os povos originários compunham uma grande população humana que ocupava vastos territórios por todo o continente americano. São muitas as estimativas populacionais, mas é provável que cerca de 40 milhões de pessoas vivessem na América na época da chegada dos primeiros europeus no século XV. Esta população era composta por grande diversidade de povos, que apresentavam (e ainda apresentam) grandes diferenças entre si.

E foram estas diferenças, evidenciadas por meio da interação entre grupos indígenas e somadas a interesses divergentes, que motivaram muitas disputas e conflitos entre os povos americanos antes e, principalmente, depois da chegada dos europeus. Estes não compreendiam bem as diferenças entre os grupos indígenas, pois tinham pouco conhecimento sobre estes povos.



Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, "os portugueses preocuparam-se em classificar os índios, estabelecendo distinções entre eles. [...] foram, em geral, divididos em dois grandes grupos: os aliados dos portugueses e os inimigos. [...] Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles [os povos indígenas] interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si".¹

Um exemplo desta interação e de conflitos interindígenas aconteceu em São José da Terra Firme. Em seu artigo "Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina", Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho a ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos):

Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua família, muitos índios, e escravos, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os índios d'esta, como d'aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizeram com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [...] (COELHO, 1877, p. 6)

Para entender melhor o assunto e responder as questões abaixo, assista ao vídeo "Agência indígena Guarani" disponível no site <http://www.historiaindigenas.com> ou no link https://www.cafeva.com/design/D4F2SheedSM55EHvRtywCjrdDxpUXP8w/wprch?utm_content=D4F25hgedSM&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink

1- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp. 31 - 33

Agora responda as questões abaixo:

- a) O mapa apresentado acima revela uma grande diversidade indígena no Brasil em 1500. Diversidade que ainda hoje se revela no Brasil que registra 256 povos diferentes. Diante de tal multiplicidade o autor do mapa optou por apresentar uma divisão do território considerando-se apenas alguns grupos e troncos linguísticos. Contemple a presença e a diversidade de todos os povos indígenas existentes no Brasil atual visitando o site https://piib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal, pesquise os grupos indígenas de Santa Catarina e registre as principais características de cada um deles.
- b) Entende-se como agência indígena o conjunto das ações destes povos que demonstram que eles tomaram decisões, fizeram escolhas, agiram para alcançar seus objetivos, refutando versões antigas da história que apresentam os indígenas apenas como vítimas passivas no processo colonial. Sabendo disto, explique que consequência teve a ação indígena relatada no trecho/documento da página anterior (quadro verde). Na sua visão quem decidiu o futuro da nova vila que estava sendo fundada?
- c) Fazendo uma leitura atenta dos textos da página anterior, procure refletir e apresentar sua visão sobre as expectativas dos indígenas ao se envolverem nos conflitos descritos acima.
- d) O vídeo "Agência indígena guarani", disponibilizado no link da página anterior, apresenta, resumidamente, aspectos que demonstram a grande resistência dos povos indígenas ao superar a extrema violência que sofreram ao longo do avanço da colonização europeia. Assista este audiovisual e aponte todos os argumentos utilizados no vídeo que denotam agência dos povos indígenas. Diga ainda quais são as principais reivindicações dos Guarani e dos Lakiñõ-Xokleng, os povos citados no vídeo.

TERRITÓRIOS LAKLĀNŌ- XOKLENG EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME



Povo Laklānō-Xokleng marcha em Brasília contra a tese do Marco Temporal – 08.2021 / Foto Mídia Índia

<https://votavox.org/colunista-do-marco-temporal-e-este-dia-para-enfrentar-movimento-indigena/>

Os Laklānō-Xokleng habitaram os sertões de São José da Terra Firme por séculos. Existem muitos relatos de colonos que viveram nas terras josefense, no século XIX e XX, que evidenciam esta presença. De acordo com o Prof. Sílvio Coelho dos Santos (1976), esta existência teria resistido no entorno do Cambirela até as décadas de 1960/1970.

FONTES

Leia o depoimento de Brasília Práprá, 63 anos, líder dos Laklānō-Xokleng, que hoje habitam o Território Indígena (TI) Ibirama-Laklānō em Santa Catarina. Em seu relato ele denuncia o massacre que sofreram e defende o direito originário ancestral de seu povo às terras de sua reserva:

"Vivemos na região Sul há 5 mil anos, ocupando uma área de milhões de hectares. Com a chegada dos colonos europeus, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de nos eliminar. Eles achavam que a gente atrapalhava o progresso. Mas resistimos, sobrevivemos apesar das matanças e de nosso território ter sido reduzido e muito invadido, mesmo após a demarcação, já no século XX."

Reportagem de William Heil Filho – 15.08.2021 – 0.00:00 – Disponível em: <https://votavox.org/colunista-do-marco-temporal-e-este-dia-para-enfrentar-movimento-indigena/>. Acesso em 25.11.2021, às 8:30h.

FONTES

Entre 1878 e 1881 várias cartas emitidas pela Subdelegacia de Polícia do Distrito de Theresópolis e Santa Izabel (hoje município de Águas Mornas) foram enviadas ao presidente da província de Santa Catarina, João Rodrigues Chaves. Na época essas colônias estavam localizadas na Freguesia de São José da Terra Firme.

Em 1878, o Subdelegado Mathias Schmitz afirma que é "indispensável tomar providências para afugentar os bugres (Laklānō-Xokleng), que francamente aparecem na estrada em grandes turmas" por conta disso os colonos "são impedidos na lavoura de suas terras e obrigados a retirarem-se d'ali". Em novembro de 1879 ele diz que: "me foi recomendado empregar um 116 ou mais batedores de matto para afugentar os bugres das estradas. Tenho de informar a Vossa Excelência que a região ameaçada pelos bugres é muito extensa".

Trecho da dissertação de Mestrado de Andréa Viçente /2021 – Documentos provenientes do Povo História indígena em Santa Catarina – Arquivo do Estado de Santa Catarina.

FONTE 3

Em seu livro "Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng" Sílvio Coelho dos Santos relata as perseguições, massacres e atrocidades cometidos pelos colonizadores, financiados e apoiados pelos seus governos, contra as populações Xokleng em Santa Catarina. Destaca também a admirável resistência deste povo ao manter sua existência, mesmo diante da crueldade de bugreiros (caçadores de indígenas) e do racismo e conivência da sociedade colonial. No trecho abaixo Sílvio Coelho denuncia uma das muitas ações de extermínio dos colonizadores contra os Xokleng, ao apresentar o artigo "como se civiliza no século vinte" publicado em um jornal de Blumenau, em 1904. Segue parte do artigo:

"Os homens (bugreiros) avistaram um rancho grande de 35 metros de comprimento e 10 metros de largura, e mais alguns ranchos pequenos. Calcularam que dentro do acampamento deviam viver perto de 230 almas, a maior parte mulheres e crianças. O acampamento estava situado num alto, rodeado de taquara, o que serviu aos caçadores para se ocultarem. Como ficou combinado o assalto foi executado no dia seguinte ao romper do dia. O pavor e a consternação produzidas pelo assalto foi tal, que os bugres nem pensaram em defender-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo, a vida das mulheres e crianças. Baldados intentos!!! Os inimigos não pouparam vida nenhuma; depois de terem iniciado a sua obra com balas, a finalizaram com facas. Nem se comoveram com os gemidos e gritos das crianças que estavam agarradas ao corpo prostado das mães! Foi tudo massacrado."

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: ED. EDENSA, 1973, p. 84.



Bugreiros (como eram chamados os caçadores e assassinos de indígenas) posam com crianças e duas mulheres Xokleng sobreviventes ao massacre. Eles levavam alguns para servir de prova de que haviam feito o serviço. Foto: Acervo SCS.

Agora que você já leu os textos responda as questões:

- 1) No documento 1 Brasília Pripá, liderança Lakiãñõ-Xokleng, se remete a história indígena para defender o direito ancestral e originário às poucas terras de sua reserva. Que evidências históricas do documento 1 e 2 corroboram para a argumentação do líder lakiãñõ?
- 2) Brasília Pripá acusa o Estado brasileiro de querer eliminar os Lakiãñõ-Xokleng, promovendo matanças. Esta denúncia apresenta procedências nos documentos 2 e 3? Situações como as relatadas nos documentos eram recorrentes e condizentes com o que aconteceu no processo de colonização de Santa Catarina? (Se necessário, consulte o site: <https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/>)
- 3) O art. 17, I, da Lei nº 6001/ 1973, do Estatuto do Índio, e o art. 231 da Constituição Federal de 1988, garantem aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Se estas leis existem porque os Lakiãñõ ainda precisam se mobilizar e lutar por suas terras em pleno século XXI? Note que a manifestação Lakiãñõ, que aparece na imagem, é de agosto de 2021. O que estava em discussão? Que ataques os povos indígenas seguem sofrendo na contemporaneidade?
- 4) O genocídio de indígenas não é um assunto muito mencionado ou discutido nas mídias televisivas e jornalísticas brasileiras da atualidade, não há memória educativa/preventiva, denúncia ou preocupação de que violências estejam voltando a acontecer pelos sertões do país contra os povos indígenas. No entanto, a época dos massacres, nos séculos XIX e XX, estes eram notícias recorrentes em jornais de cidades de Santa Catarina, notícias estas que não chocavam quase ninguém. Será que as estratégias de violência contra os indígenas mudaram na atualidade? Justifique escrevendo uma conclusão sobre esta questão.

ORIENTAÇÕES GERAIS

OBJETIVOS

- Destacar a presença dos Xokleng na história de São José, em áreas próximas ao litoral, mas principalmente nos sertões da Terra Firme.
- Denunciar as violências e o genocídio sofrido pelos Xokleng ao longo do processo de colonização no Estado de Santa Catarina.
- Promover o entendimento das violências contemporâneas e tentativas de apagamento contra os Xokleng e todos os povos indígenas.
- Dar visibilidade a luta Xokleng contra a tese do marco temporal.

NARRATIVAS, VISIBILIDADE E RESPEITO

Atualmente os povos indígenas, organizados e instrumentalizados, estão conquistando espaços nos ambientes digitais. São depoimentos, audiovisuais, lives, seminários e outros canais de comunicação em que estas pessoas esclarecem os ouvintes sobre seus modos de ser e de viver. No entanto, nas mídias tradicionais os povos indígenas ainda são constantemente invisibilizados.

Isto acontece porque as falas indígenas carregam em si a resistência, a luta pelos territórios históricos e a defesa de suas culturas, memórias e ensinamentos de seus antepassados. Estes aspectos tornam seus relatos extremamente significativos. Com isso, as ações indígenas refutam os estereótipos do extermínio ao contar uma outra história que revela os povos indígenas como protagonistas. Quando um indígena fala, conta a sua versão, deixa de ser subalternizado e se transforma em um sujeito de ação.



Imagem e matéria disponíveis no site: <http://beta.ufrr.br/tema/morro-dos-cavalos-e-terra-guarani/>

O documentário "Morro dos cavalos: Terra Guarani", produzido pela Comissão Yvyrupa, uma organização indígena dos povos Guarani no Brasil, exemplifica a importância de se dar visibilidade as falas indígenas. Este vídeo destaca a presença guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando-os protagonistas de sua própria história. No vídeo os guaranis têm a oportunidade de mostrarem que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado.

Acesse o vídeo no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=EWfivUWShEM>



Santika Bitanes/ Foto: Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul, 20/10/2015.

"[...] em meio ao turbilhão de ataques e ameaças que estamos vivendo agora, não seria justo ficarmos calados sabendo que temos toda uma memória para mostrar. Temos que nos fazer valer de todas as ferramentas que os não indígenas criaram em nossa própria defesa, pois é assim que eles tentam nos destruir: tirando tudo o que foi nosso um dia e nos intimidando para nos calar."

<https://ciml.org.br/2015/05/37286/>

Eunice Antunes, cacique Guarani M'byá do Morro dos Cavalos, tem se destacado na luta pela preservação das terras indígenas de seu povo. É conhecida por atuar de forma política e intelectual contra os ataques direcionados aos guarani.

"Vendo os rios, as nascentes, sentindo os ventos e as florestas, percebemos que todos eles são seres com vida completa, entidades que respiram, pensam, comunicam-se, tal como a terra em seu princípio e como nós próprios. E é por isso que o modo de ser e de viver Guarani está intimamente ligado ao respeito à natureza."



Verá Tupã Popyguá Timóteo da Silva
Foto: Live Youtube

Timóteo da Silva Verá Tupã Popyguá, liderança guarani, escritor e autor do livro "A terra uma só", percorreu muitos caminhos pela Mata Atlântica junto de seu povo Nhande'iva'e, mais conhecido como Guarani M'byá. Agora ele compartilha seus conhecimentos com todos que quiserem ouvi-lo.

Após a leitura dos depoimentos e informações, responda as questões que seguem:

- a) Por que é importante dar visibilidade as narrativas indígenas? Por que muitas vezes estes povos não encontram espaço nas mídias tradicionais para apresentar suas versões?
- b) Em seu relato Eunice Antunes denuncia grande perseguição. Reflita sobre o seu depoimento, após assistir ao documentário "Morro dos Cavalos: terra Guarani", e tente apontar os motivos da violência cometida contra este grupo.
- c) Em seu depoimento Verá Tupã, Mbyá Guarani, fala sobre a relação indígena com a natureza. Com base neste relato e no vídeo dos guarani procure explicar por que a terra, os seres da floresta e o meio ambiente são tão importantes para este grupo.
- d) Por que lideranças indígenas estão falando mais na contemporaneidade? Pense, a partir do vídeo e dos relatos sugeridos acima, sobre as razões que estariam levando estas pessoas a narrarem seus modos de ser e de viver, em conexão com o ambiente natural, na contemporaneidade.

MEMÓRIA E IDENTIDADE JOSEFENSE



Monumento em homenagem aos imigrantes açorianos. Autor Plínio Verani, 2000.

O município de São José tem uma premissa, definida por seus governantes nas últimas décadas, a de ser um lugar de memória que enaltece a sua colonização açoriana. Em 1992 o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inicia um trabalho de construção da identidade açoriana nos municípios do litoral catarinense. Segundo Sérgio Luiz Ferreira (2018) *“O NEA, mais do que um núcleo de estudos universitários, tornou-se um agente de ação cultural que tem como projeto prioritário o mapeamento da cultura de base açoriana do litoral catarinense. O NEA, através de convênios com todas as prefeituras do litoral catarinense, realiza atividades de capacitação [...]”* São José estava entre estes municípios e passou a adotar a política da construção da identidade açoriana em seu território.

Rememorar o passado é sempre muito bom, no entanto, quando escolhemos apenas um grupo para representar toda uma população, injustiças históricas aparecem. Ao se ressaltar apenas a trajetória dos europeus, reafirmando a branquitude de sua gente, constroem-se narrativas que promovem a exclusão, invisibilizando as ações, as resistências e as contribuições de grupos inteiros - indígenas e negros - promovendo seus apagamentos na história.

Existem muitos monumentos em São José, no entanto, ainda considerando algumas mudanças promovidas pelo setor de cultura do município, a maioria deles destaca apenas a história dos colonizadores. Um exemplo de patrimônio histórico que segue esta descrição é o Hino Municipal de São José. Ele ainda é trabalhado nas escolas, de forma acrítica, como elemento importante da tradição local, uma “história única” que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a “ser maior do que o outro” e acrescenta: “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p.23). Este tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

Leia e reflita sobre os documentos abaixo:



Cestaria guarani, adquirida em aldeias da região, em exposição no Museu Histórico Municipal de São José.

Hino do Município de São José

Aqui outrora chegou o imigrante
que além dos mares deixou Portugal,
e através do trabalho constante
edificou nossa terra natal.

Os sacrifícios dos antepassados
foram sementes de fruto eficaz,
e os Josefenses, no amor immanados,
aqui trabalham em tempo de paz.

Em São José, interior e cidade
convivem sempre em perfeita união,
porque os laços da fraternidade,
abraçam todos na integração.

O mestre, o aluno e os trabalhadores,
industrial, militar ou civil,
comerciantes e agricultores,
se dão as mãos e constroem o Brasil.

Estribilho:

A sua história é um exemplo de fé.
Na inteligência de um povo febril.
Pelo trabalho eficaz, São José
também ajuda a construir nosso Brasil,
nosso Brasil, nosso Brasil.

O hino do município de São José foi criado pelo Maestro José Acácio Santana e homologado pela Lei Ordinária nº 863/1973 de 27/01/1973.

VERSÃO INDÍGENA

Durante mais de 1500 anos vivemos aqui só os Guarani. Desde as Missões até aqui em Santa Catarina; assim vivemos primeiramente. Então, pra nós, é uma terra só. Mas, depois da chegada dos jurua (brancos), e depois de terem matado muitos índios, os brancos começaram a brigar entre si. Eles brigaram, pois cada nação queria tomar tudo pra si. Os portugueses queriam todo o território para eles, os espanhóis e os holandeses também. Então, eles brigaram entre si. Depois, negociaram e se entenderam sobre como fazer as divisões. E foram dividindo: no Uruguai [Paraguai, Argentina] ficaram os espanhóis, e tinha também os portugueses, que ficaram aqui no Brasil. Eles também não eram brasileiros, eram estrangeiros. Nós é que somos brasileiros. Só que, até agora, os brancos ainda não conhecem a gente. [...]

Xeramzi Timoteo Oliveira – Karai Tataendy (Tekoa Itarhaen, Biguaçu/SC)

Fonte: Guata Porã/ Belo Caminhar – São Paulo, SP, 2015

Responda:

- a) A primeira estrofe do hino afirma que foram os imigrantes portugueses sozinhos que edificaram “nossa terra natal”, você acha que está correta esta afirmação? Que sujeitos não aparecem reconhecidos no texto como importantes dentro da concepção histórica municipal? Justifique.
- b) Leia atentamente o trecho: *“Os sacrifícios dos antepassados/ foram sementes de fruto eficaz,/ e os Josefenses, no amor irmanados,/ aqui trabalham em tempo de paz”*. Responda: De quem eram os antepassados sacrificados ao longo do processo colonizatório? Pense a partir da perspectiva de grupos não europeus.
- c) Que lugar foi reservado aos povos indígenas e as populações de origem africana nesta narrativa que compõe o hino josefense? Diga o que está faltando na letra oficial e proponha uma nova redação para um novo hino.
- d) Por que o indígena guarani Xeramôl Timoteo Oliveira, afirma que não são os portugueses, mas os indígenas os verdadeiros brasileiros? Por que ele afirma que até hoje “os brancos ainda não conhecem a gente”?
- e) No vídeo sobre o Museu Histórico Municipal de São José, disponível no tópico “Lugar de Memória”, na página inicial do site, se destaca a existência de um espaço para resguardar a memória histórica dos povos indígenas neste município. Assista ao vídeo e diga se o espaço organizado no museu corresponde às expectativas e dá o devido valor aos povos indígenas de hoje.

Link do vídeo:

https://www.canva.com/design/DAEumEeLIQ/ZsArt_d64afNyl1zoOrkFw/watch?utm_content=DAEumEeLIQ&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink

- f) Sabendo da presença indígena histórica no município, revelada pelos artefatos indígenas do Museu Histórico Municipal e por relatos de indígenas da atualidade, pense e liste as razões que teriam as autoridades para continuar perpetuando uma “história única” para São José.